

COLEÇÃO:

EBOOK TCC

INICIAÇÃO À PESQUISA EM PSICOLOGIA

ORGANIZADORES:

Angélica Paula Neumann

Cassandra Cardoso

Felipe Biasus



2018

Iniciação à Pesquisa em Psicologia

Série:

Trabalhos Acadêmicos Coleção em: E-BOOK TCC

Organizadores:

Angélica Paula Neumann

Cassandra Cardoso

Felipe Biasus



Erechim – RS

2018

Todos os direitos reservados à EDIFAPES.

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma e por qualquer meio mecânico ou eletrônico, inclusive através de fotocópias e de gravações, sem a expressa permissão dos autores. Os dados e a completude das referências são de inteira e única responsabilidade dos autores.

Editoração/Diagramação: EdiFAPES

Revisão: Autores

Capa: (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI Erechim)

Conselho Editorial:

Adilson Luíz Stankiewicz (URI / Erechim/RS) - Presidente

Cláudia Petry (UPF / Passo Fundo/RS)

Elcemina Lucia Balvedi Pagliosa (URI / Erechim/RS)

Elisabete Maria Zanin (URI /Erechim/RS)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - São Carlos/SP)

Maria Elaine Trevisan (UFSM / Santa Maria/RS)

Jadir Camargo Lemos (UFSM / Santa Maria/RS)

Michèle Satto (IFMT / Cuiabá/MT)

Neila Tonin Agranionih (UFPR / Curitiba/PR)

Sérgio Bigolin (URI / Erechim/RS)

Yuri Tavares Rocha (USP / São Paulo/SP)

E15 E-book [recurso eletrônico] : iniciação à pesquisa em psicologia / organização Angélica Paula Neumann ... [et al.]. – Erechim, RS: EdiFAPES, 2018.
1 recurso online. – (Trabalhos Acadêmicos Coleção em E-Book TCC)

ISBN: 978-85-7892-159-0

Acesso em: <http://www.uricer.edu.br/site/informacao.php?menu_superior_adicional=18>

1. Psicologia 2. Trabalhos acadêmicos 3. Método de Rorschach I. Neumann, Angélica Paula
II. Cardoso, Cassandra III. Biasus, Felipe IV. Série

C.D.U.: 159.9

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra Milbrath CRB 1012/78



Livraria e Editora
Av. 7 de Setembro, 1621
99.709-910 – Erechim-RS
Fone: (54) 3520-9000
www.uricer.edu.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
PERCEPÇÕES DE TUTORES DE CÃES QUE PARTICIPAM DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS	9
Fabiana Aline Bonatto	
Felipe Biasus	
EXPERIÊNCIAS EM TER UM FAMILIAR EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO	20
Andressa Silvestri	
Cassandra Cardoso	
A EXPERIÊNCIA DE MÃES DIVORCIADAS EM RELAÇÃO À SEPARAÇÃO CONJUGAL E À COPARENTALIDADE	30
Tatiana Suélen Lange Barbosa	
Angélica Paula Neumann	
PERSPECTIVAS DE FILHOS ADULTOS SOBRE O DIVÓRCIO DOS PAIS	41
Ana Keli Bogo	
Angélica Paula Neumann	
AS CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PERFIL DA VÍTIMA ATRAVÉS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS	51
Silvane Fabrine dos Santos Silva	
Felipe Biasus	
ESTUDO DA PERSONALIDADE DE HOMICIDAS PASSIONAIS POR MEIO DO MÉTODO DE RORSCHACH	62
Katiê Paula Caumo	
Fernanda Grendene	
ESTRESSE LABORAL: MENSURANDO OS IMPACTOS DE UMA INTERVENÇÃO BASEADA NAS TÉCNICAS DE <i>MINDFULNESS</i> COM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO	72
Ana Paula Spassini	
Felipe Biasus	
VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGRICULTORES FAMILIARES	83
Luciane Paula Gutowski	
Letícia Ribeiro Souto Pinheiro	

PREFÁCIO

Sinto-me honrada em prefaciar a primeira edição de uma coletânea de artigos resultantes de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Psicologia da URI Erechim. Realizar esta tarefa é gratificante, pois são produções organizadas por estudantes de um curso ao qual estou vinculada há 15 anos, orientadas por colegas e amigos que realizam um trabalho formativo sério e competente.

Uma das atribuições da URI, em sua missão como universidade comunitária, é gerar, sistematizar e divulgar o conhecimento, respeitando os princípios da ética. Neste contexto o TCC é uma das formas de atender este objetivo e promover a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo efetivamente para a formação profissional dos estudantes e para o fomento de ações na comunidade.

Construir um trabalho sério de iniciação à pesquisa na graduação é uma tarefa complexa. Pozo (2002), ainda na virada do século, já afirmava que vivíamos na sociedade da informação, do conhecimento descentrado e da aprendizagem. Nos últimos anos, essa realidade se acentuou, confirmando as ideias do autor. Nunca tivemos acesso a tanta informação, de modo quase instantâneo, disponíveis em grandes bancos de dados, através de diferentes tecnologias. Não existe mais a possibilidade de pensarmos que existe um saber absoluto que pode ser controlado ou dominado por alguma autoridade, pois o conhecimento evolui e muda rapidamente. Jamais houve uma época que demandou tantas aprendizagens contínuas e diferentes. Para o autor citado, um dos resultados desse momento em que vivemos é a perda das certezas e, portanto, a relativização do saber científico, que pode gerar nos estudantes a dificuldade em discernir informações e conhecimentos relevantes de outros, fragmentados, confusos e enganosos

Sendo assim, é preciso assumir a diversidade e a complexidade do processo de aprendizagem. Os estudantes precisam aprender a buscar, selecionar e reelaborar a informação, dando sentido e significado à mesma. É preciso aprender a resolver problemas, a tomar decisões e elaborar estratégias, pois a ciência não pode mais ser memorizada, precisa ser compreendida. Para isso, desenvolver a construção da autonomia intelectual ultrapassando o conhecimento do senso comum é um propósito que precisa ser assumido pelas escolas desde a educação básica.

Porém, sabemos das fragilidades do sistema educacional brasileiro, no qual os alunos ainda tem poucas oportunidades de organizar e dar sentido aos saberes. Por muito tempo a educação brasileira pautou-se na ideia de que o bom aluno era o que sabia dar as respostas, demonstrando o domínio do conhecimento. Hoje, apesar da reconhecida relevância de uma educação emancipatória, muitos estudantes ainda chegam ao Ensino Superior acostumados a serem apenas porta-vozes de saberes existentes, e não autores ou protagonistas de seu processo de aprendizagem. Entendem que seu papel é assistir aulas dadas pelo professor, acumular informações para repeti-las em dias de provas e assim obter o diploma e se inserir no mercado. Essa atitude passiva, sem análise crítica, inibe a inovação fazendo do ensino superior apenas uma extensão da escola de ensino médio.

É responsabilidade das instituições formadoras romper com práticas que apenas reforcem a repetição, influenciadas por tempos velozes e por práticas mercadológicas no ensino superior. A discussão acerca das metodologias ativas e da inovação, frequentes hoje na formação docente, tem como objetivo tornar os estudantes protagonistas de seu processo

educativo. A pesquisa faz parte deste processo, sendo o TCC uma oportunidade para esta aprendizagem. É preciso então, que o TCC não seja apenas uma tarefa a cumprir, mas, sim, sirva a seu propósito de desenvolver a habilidade de fazer perguntas, de buscar e construir o conhecimento, de questionar verdades estabelecidas, desenvolvendo maturidade intelectual e discernimento para enfrentar novas situações problemas. Isso tudo, fundamentado nas práticas científicas, contribui para a construção da autoria e autonomia intelectual.

Nos oito artigos desta publicação há uma diversidade de temas e de autores, que demonstram a natureza interdisciplinar da Psicologia e, por que não dizer, exercícios de autoria. O leitor das páginas que seguem deve olhá-las com generosidade, compreendendo que ser autor e escrever é um ato de coragem. Alícia Fernandez, uma das referências mais importantes da Psicopedagogia, em um livro que se intitulava *A Inteligência Aprisionada* (1991), já dizia que registrar é diferente de escrever. Quando registro, registro a palavra do outro. Quando escrevo, escrevo a minha própria palavra ou a palavra do outro transformada pela minha escuta. Para a autora, a escrita pressupõe um sentido que nenhuma máquina pode dar, sendo um espaço de autonomia de pensamento que passa por autorizar-se a pensar, permitir-se perguntar, deixar espaço à imaginação e ao prazer de aprender e de ensinar. Este é o viés dos artigos publicados nesta coletânea. Além disso, divulgar os resultados dos TCCs favorece a qualificação da pesquisa universitária e estimula os estudantes para seguir problematizando a realidade nos espaços em que venham a participar.

Boa leitura.

Erechim, janeiro de 2019

Prof. Dra. Jacqueline R. B. Enricone
Coordenadora de Área de Ciências Humanas
URI Erechim

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lançamos a primeira edição do e-book TCC do Curso de Psicologia da URI – Campus de Erechim. Esta publicação divulga trabalhos inéditos realizados pelos acadêmicos do curso durante o desenvolvimento de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, com relevância social e acadêmica. Assim, as pesquisas aqui apresentadas são fruto da dedicação e curiosidade científica de nossos acadêmicos, orientados pelos professores do curso. Os temas são os mais diversos, assim como as abordagens metodológicas utilizadas.

O primeiro artigo, “Vivências de Tutores de Cães que Participam da Terapia Assistida Por Animais” é de autoria de Fabiana Aline Bonatto e Felipe Biasus, e aborda uma técnica que vem ocupando cada vez mais espaço como aliada na promoção de saúde física, social, emocional e cognitiva, que é a Terapia Assistida por Animais (TAA). A vivência dos tutores de cães é o foco do trabalho que, em um enfoque fenomenológico, apresenta a preparação do cão e a operacionalização do processo terapêutico. Além disso, o estudo indica pontos importantes a serem considerados, como o afeto dos tutores pelos cães e a ação dos animais como importantes no processo terapêutico.

Seguindo na perspectiva de focar os coadjuvantes de tratamentos de saúde, o foco do artigo “Experiências Em ter um Familiar em Tratamento Radioterápico” foram os familiares cuidadores de pacientes com câncer e suas experiências. Os resultados indicam a importância da promoção de saúde mental também dos familiares dos pacientes. O método de coleta de dados utilizado, que foi o grupo focal, permitiu a emergência de temas próprios da interação entre os participantes. O estudo foi desenvolvido pelas autoras Andressa Silvestri e Cassandra Cardoso.

Falando de relacionamentos familiares, os dois artigos posteriores trataram do divórcio e suas repercussões. Em “A Experiência de Mães Divorciadas em Relação à Separação Conjugal e a Coparentalidade”, Tatiana Suélen Lange Barbosa e Angélica Paula Neumann investigaram a experiência de mães separadas e detentoras da guarda dos filhos em relação aos desafios frente a separação conjugal, a relação parental com os filhos e o exercício coparental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez mães detentoras da guarda unilaterial de seus filhos, crianças ou adolescentes. Evidenciou-se a partir dos resultados a importância e os desafios da coparentalidade na etapa pós-divórcio.

Já em “Perspectivas de Filhos Adultos sobre o Divórcio dos Pais”, Ana Keli Bogo e Angélica Paula Neumann investigaram os efeitos do divórcio dos pais sobre os filhos, a partir da perspectiva dos filhos adultos. A investigação explorou tanto a experiência dos participantes a respeito de sua família de origem, quanto as reverberações transgeracionais dessas vivências na fase da adultez inicial. Apesar da recorrência do divórcio na atualidade, o estudo denotou a necessidade de atenção para a maneira como os filhos vivenciam o divórcio dos pais.

O tema ainda tão recorrente da violência contra a mulher foi abordado pelo artigo: “As Características da Violência Contra a Mulher e o Perfil da Vítima Através dos Boletins de Ocorrências”. Na pesquisa de Silvane Fabrine dos Santos Silva e Felipe Biasus, foi realizada uma análise documental dos Boletins de Ocorrências (BO) registrados nos três primeiros meses do ano de 2017 na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Erechim-RS. Após apresentar dados de extrema relevância social,

concluiu-se que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública, a qual ocorre principalmente no convívio familiar.

Seguindo a temática da violência, Katiê Paula Caumo e Fernanda Grendene avaliaram as características de personalidade de três homicidas passionais, detentos em regime semi-aberto. No artigo “Estudo da Personalidade de Homicidas Passionais Através do Método de Rorschach”, foi utilizada uma metodologia de estudo de casos múltiplos. Os resultados indicaram certas características comuns aos participantes, como um comprometimento na conformação da identidade, na capacidade de estabelecer vínculos e constituir relações com qualidade empática, distorção do outro e da própria imagem, impulsividade e ausência de autocrítica e culpa.

Os dois estudos posteriores investigaram temáticas concernentes aos espaços laborais. A investigação “Estresse Laboral: Mensurando os Impactos de uma Intervenção Baseada nas Técnicas de Mindfulness com Profissionais da Área da Educação” apresentou, por meio da análise de uma intervenção focada na redução do estresse, o tema da técnica de Mindfulness. Os autores, Ana Paula Spassini e Felipe Biasus, contemplaram um tema necessário na Psicologia Positiva na atualidade, que é a avaliação de intervenções.

Ainda na temática do trabalho, Luciane Paula Gutowski e Letícia Ribeiro Souto Pinheiro abordaram uma importante realidade em nossa região, que é a do trabalho na agricultura familiar e as vivências de prazer e sofrimento de seus praticantes. O artigo “Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho de Agricultores Familiares” utilizou uma metodologia qualitativa por meio do uso de entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram os fatores desencadeadores de prazer e de sofrimento, bem como as estratégias utilizadas pelos participantes para manejar as dificuldades, como as distrações, o compartilhamento dos sentimentos e a expectativa de um futuro melhor.

Entendemos que as estratégias de enfrentamento referidas no último artigo se coadunam com a expectativa do Curso de Psicologia com a publicação deste e-book. Compartilhar bons sentimentos e bons resultados de alguns dos tantos trabalhos de Conclusão de Curso já realizados, na expectativa de um futuro cada vez melhor, é um dos objetivos deste e-book. Trabalhamos muito, aprendemos muito e agora vamos aproveitar um pouco do prazer de compartilhar nossas perguntas, nossos achados e nossa meta de fomentar e incentivar cada vez mais a pesquisa em nosso meio acadêmico. Boa leitura!

Angélica Paula Neumann
URI Erechim

Cassandra Cardoso
URI Erechim

Felipe Biasus
URI Erechim

PERCEPÇÕES DE TUTORES DE CÃES QUE PARTICIPAM DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS

PERCEPTIONS OF DOG TUTORS PARTICIPATING IN ANIMAL-ASSISTED THERAPY

Fabiana Aline Bonatto¹; Felipe Biasus²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Erechim. E-mail: fabianaalinebonatto@hotmail.com

² Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Erechim. E-mail: febiasus@uricer.edu.br

Resumo: A Terapia Assistida por Animais (TAA) é uma técnica que vem aperfeiçoando-se ao longo dos anos. Refere-se à utilização de um animal, para auxiliar o terapeuta e atingir objetivos propostos a cada paciente. Esta pesquisa teve como objetivo compreender, mediante as percepções dos tutores, como se dá o processo terapêutico realizado na Terapia Assistida por Animais. A pesquisa seguiu um delineamento qualitativo, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada. Participaram do estudo dois donos que são tutores de cães que participam da Terapia Assistida por Animais. As informações coletadas foram transcritas, compondo, assim, o corpus de análise, a qual foi realizada, utilizando-se o método fenomenológico. A partir da descrição fenomenológica, foi possível estruturar a redução fenomenológica a três temas: preparação do cão; processo terapêutico; e percepções dos tutores. Os resultados apontam para o afeto que os participantes nutrem pelos cães, presente em todo o processo de preparação tanto do cão quanto dos voluntários. O processo terapêutico ocorre com a alteração do foco do paciente, que ao prestar atenção na interação com o cão, favorece a realização da terapia, sendo o cão um adjuvante do processo.

Palavras-chave: Terapia Assistida por Animais. Tutores de Cães. Processo Terapêutico.

Abstract: Animal Assisted Therapy (TAA) is a technique that has been improving over the years. Refers to the use of an animal to assist the therapist and achieve goals proposed to each patient. This research aimed to understand, through the tutors' perceptions, how the therapeutic process performed in the Animal Assisted Therapy takes place from their experiences. The research followed a qualitative, descriptive and exploratory design. Data were collected through a semi-structured interview. Two owners who are tutors of dogs

participating in the Animal-Assisted Therapy participated in the study. The information collected was transcribed, thus composing the corpus of analysis, which was performed using the phenomenological method. From the phenomenological description it was possible to structure the phenomenological reduction to three themes: dog preparation, therapeutic process and tutors' perceptions. The results point to the affection that the participants feed on the dogs, present in the whole process of preparation of both the dog and the volunteers. The therapeutic process occurs with the alteration of the patient's focus, which, when paying attention in the interaction with the dog, favors the accomplishment of the therapy, being the dog an adjuvant of the process.

Keywords: Animal Assisted Therapy. Dog Tutors. Therapeutic Process.

Introdução

Os animais fazem parte da vida e do cotidiano dos humanos de diversas formas: para auxílio no trabalho, transporte, ou companhia, estabelecendo uma relação afetuosa entre as espécies (VIEIRA, 2013). Dentro dessas várias funções, presentes na relação homem-animal, percorreu-se, ao longo do tempo, um caminho de convívio doméstico com companheirismo e, também, de adestração (MENDONÇA et al., 2014).

Segundo Carvalho et al. (2011), os animais começaram a ser utilizados na Terapia Assistida por Animais, em 1792, por Willian Tuke, no tratamento de doenças mentais. Em um primeiro momento, a equoterapia foi utilizada como tratamento médico, no século XVIII e, em 1962, o psicólogo Boris M. Levinson ressaltou a importância do uso do animal como ferramenta clínica do processo terapêutico.

No Brasil, a utilização começou, nos anos 50, com a Dra. Nise da Silveira, quando utilizou os animais em um hospital psiquiátrico com pacientes psicóticos. Ela foi a pioneira da Terapia Assistida por Animais (TAA) no Brasil; porém, não é muito considerada na literatura estrangeira (DOTTI, 2005). As publicações de estudos científicos sobre os benefícios das interações com animais, começaram a ser divulgadas em 1980 e, a partir de 1990, a profissionalização na área cresceu, inclusive, nas pesquisas científicas e no desenvolvimento da prática (CHELINI; OTTA, 2016).

A TAA é uma técnica que vem aperfeiçoando-se, ao longo dos anos, dentro da área da Psicologia. Trata-se da utilização de um animal, para auxiliar o terapeuta em técnicas terapêuticas e atingir objetivos propostos a cada paciente (CHELINI; OTTA, 2016). Vale salientar que a TAA faz parte de um processo terapêutico que será planejado com procedimentos e metodologias, visando a promover a saúde física, social, emocional e funções cognitivas (CLERICI, 2009). É indicada para qualquer pessoa, seja criança, adulta ou idosa, e aplicada a diversos problemas de saúde, tendo resultado positivo em todas as áreas.

Havia a necessidade de se criar um nome específico para a atividade que estava sendo exercida com os animais, em interação com o homem, pois existiram muitas terminologias entre as décadas de 60 a 80. Surgiu, então, uma organização americana de referência para a implantação de programas de Atividade Assistida com Animais (AAA) e Terapia Assistida com Animais (TAA), a “Delta Society”, a qual definiu objetivamente como funciona a

interação homem-animal, visando a promover qualidade de vida, com auxílio do animal, bem como a saúde humana (DOTTI, 2005). Segundo este autor, definiram-se dois tipos de terminologias:

a) Atividade Assistida com Animais – AAA: É a atividade realizada por um profissional capacitado, proprietário, ou condutor do animal, visando a uma situação de visitação, distração e/ou recreação com o animal em instituições, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida.

b) Terapia Assistida com Animais – TAA: O animal é utilizado para trabalho e tratamento, sendo uma atividade dirigida que visa a promover saúde física, emocional, social e/ou em funções cognitivas. Torna-se um processo terapêutico, a fim de atingir um objetivo traçado.

Embora a TAA seja uma técnica não muito conhecida, Caetano (2010) destaca que esta vem expandindo-se. A autora destaca que verifica a eficiência de sua utilização quando ela integra um plano terapêutico construído por uma equipe multiprofissional. Diante disso, esta pesquisa tem por objetivo compreender, mediante as percepções dos tutores, como se dá o processo terapêutico realizado na Terapia Assistida por Animais.

Material e Métodos

A pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos CEP-URI, com Parecer registrado sob o nº 2.391.156. Seguiu um delineamento qualitativo, descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio da entrevista semiestruturada, mediante o uso de gravador de voz. Participaram do estudo duas donas, tutoras de cães que participam da Terapia Assistida por Animais, as quais consentiram sua participação em uma entrevista mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹. As entrevistas foram transcritas, compondo, assim, o corpus de análise, a qual foi realizada, utilizando-se o método fenomenológico proposto por Merleau-Ponty (1994), o qual se executa a partir de descrições sucessivas do material coletado.

A primeira etapa da análise corresponde à Descrição Fenomenológica, quando o pesquisador realiza uma descrição do material a ser analisado, sem fazer um juízo deste e também mantendo suas interpretações em suspenso. A segunda etapa da análise corresponde ao que se denomina Redução Fenomenológica, na qual, a partir da descrição dos dados coletados, faz-se uma identificação de núcleos de sentido da experiência relatada pelos participantes, aglutinando as ideias e experiências dos sujeitos quando semelhantes, dando origem a núcleo de sentido dos fenômenos em estudo. Por fim, a terceira descrição, denominada de Interpretação Fenomenológica, é o momento em que o pesquisador realiza um “triálogo” entre os conteúdos oriundos das entrevistas, o material teórico referente ao tema de estudo e suas reflexões sobre o fenômeno em análise (BIASUS; MENEGHETTI, 2004).

Resultados e Discussão

Descrição Fenomenológica

As entrevistas realizadas trouxeram informações sobre o projeto que as participantes desenvolvem, e apresentaram as experiências vividas na TAA até ao momento da coleta de dados. Para apresentação dos dados, optou-se por utilizar nome de flores para cada uma das participantes, a fim de preservar suas identidades. A tutora Rosa possui o cão terapeuta denominado, neste estudo, de Cão 1, e a tutora Lavanda possui o cão terapeuta denominado, no estudo, Cão 2.

Rosa relata que, com a chegada do Cão 1 e da convivência com o Cão 2, percebeu que podia fazer um trabalho com eles. Então, utilizando-se do Cão 1, e conversando com a Lavanda, ambas decidiram pesquisar como, realmente, o trabalho poderia ser desenvolvido. O primeiro passo foi buscar o adestrador, para poder trabalhar com os cães e, enquanto havia treinamentos, ela pesquisou sobre ONGs, pessoas que já trabalhavam com a TAA, para, assim, poder estruturar o projeto. Em suma, o primeiro passo foi pesquisar e conhecer a TAA e adestrar os cães.

A partir da primeira visita a um espaço de Cuidado à Saúde, foram desenvolvendo-se e especializando-se e, aos poucos, passaram a realizar a atividade em outras entidades que atendem pessoas com problemas específicos de saúde, como problemas visuais, e também pessoas com Transtorno do Espectro Autista. No ano de 2017, iniciaram ações também em centros hospitalares.

Rosa refere que o trabalho que haviam feito, não foi errado, nada fora dos padrões e dos protocolos de saúde exigidos, mas houve um conhecimento e aprofundamento em outras áreas. Hoje, desenvolvem a TAA com pessoas com autismo, na qual se trabalha com motricidade fina, com dificuldades do dia-a-dia, e também com a participação de profissional da área da fisioterapia, realizando sessões individuais. Atualmente, estão pensando em começar a desenvolver o trabalho na área de educação.

Quanto à preparação do cão, Rosa relata que a primeira regra é o banho. É necessária a higienização antecedente a cada visita, tomam banho, escovam os dentes e limpam os ouvidos. Esse processo é realizado no Pet Shop e em casa e, quando chegam às entidades, realizam novamente a limpeza. No caso de um Centro Hospitalar e quando há pacientes com baixa imunidade, ainda fazem uma limpeza do bumbum, e é colocado em cima da cama do paciente um lençol, para que o cão não encoste na roupa de cama deles. Rosa também salienta que, tanto os tutores quanto os voluntários que participam sem cão, têm um treinamento mensal, com conhecimento teórico e aulas práticas. Ela diz que isso é levado muito a sério, com comprometimento, pois estão trabalhando com vidas. Os voluntários também recebem um manual de conduta e assinam um termo de adesão e comprometimento.

Quanto à preparação do cão, para a participação no projeto, ela diz que foi tranquilo. Os cães devem passar, primeiramente, por uma avaliação de temperamento, para serem aprovados para o treinamento. Todo esse preparo exige envolvimento muito grande dos tutores, que, algumas vezes, não conseguem acompanhar e desistem.

A primeira visita realizada, no centro de apoio, a pacientes com câncer, foi conduzida pelo adestrador, mas, hoje, a condução é responsabilidade do tutor. Rosa referiu que, nesse dia, houve muita emoção ao ver o cão interagindo, caminhando, sendo escovado; é um momento em que, na percepção de Rosa, os pacientes parecem esquecer toda dor e sofrimento, mudando o foco de atenção, para um momento de tranquilidade e descontração.

Rosa refere, ainda, que vários estudos comprovaram que, após a visita do cão, o paciente aceita melhor a medicação, reduz muitas vezes a medicação para dor, que ele necessitaria, dentre outros benefícios. Ela acredita que é dessa forma que acontece o processo terapêutico, ou seja, no momento em que o paciente muda o foco de sua atenção e transforma seu sentimento.

Rosa ainda considera que, para a realização da TAA, é importante ter organização, que o cão precisa estar preparado e dessensibilizado. O cão precisa estar preparado para uma reação de susto, ou um momento inesperado. Como também o preparo de quem estará trabalhando, sendo que esse trabalho, hoje, é realizado por uma equipe com psicóloga, fisioterapeuta, pedagoga e estudantes estagiários, em que cada um saberá o que realizar no acompanhamento. Também é necessário preservar o bem-estar do cão: ele tem um limite de uma hora e meia por participação, pois um tempo superior a esse poderá causar prejuízos no funcionamento.

Ela ainda relata que já chorou, várias vezes, durante as sessões, pois a magia que envolve todo o processo de TAA não acontecerá sempre; porém, nos dias em que acontece é maravilhoso. Explica que existem situações muito marcantes. Só o fato de ver a pessoa, que estava triste, melhor, já valeu ter saído de casa.

Por fim, Rosa relata que, o que vale é ver o sorriso, é ver as pessoas felizes ao lado do cão. Que aquilo que imaginava no início do projeto, aconteceu, e muito mais. E é por isso que continua dedicando-se para que o projeto dê certo, levando-o para mais pessoas. Justamente pelo benefício que vê, pelas coisas boas que acontecem.

A segunda participante, Lavanda, diz que conheceu a TAA, lendo e buscando projetos e que, após a aquisição do Cão 2 foi instigada à atividade, iniciando, assim, uma busca de como poderia trabalhar. Relata que tem interesse em levar o amor que eles passam e ver o quanto as pessoas podem beneficiar-se na fisioterapia e na fonoaudiologia, por intermédio do cão.

Ela explica, então, que, alguns anos atrás, trocou ideia com uma psicóloga, que era voluntária em um centro de apoio a pacientes com câncer, a qual dizia sentir falta de um trabalho diferente no local. A partir desse contato, resolveram desenvolver um trabalho com cães, buscando mais informações sobre o assunto. Ela relata que os pacientes falam e pensam o tempo inteiro no problema, na doença, na dor, nas dificuldades. Sua primeira participação foi junto com Rosa, no mesmo local e dia, relatados por Rosa, onde o adestrador conduziu o cão. Foi um momento tranquilo e prazeroso.

Lavanda também referiu que a preparação do cão começa com o banho, antes da atividade, é alimentado e faz suas necessidades, antes de sair de casa. Antes do atendimento, é novamente escovado. Após higienizarem a pata e focinho, colocam-se a bandana e o colete e, nesse momento, o cão muda seu comportamento, denotando entender que estão iniciando a TAA. Ao chegar ao local, fazem novamente uma higienização do cão. Lavanda referiu, ainda, que utilizam brinquedos para ajudar na interação e, quando realizam trabalhos em clínicas de saúde, ou centros hospitalares, utilizam um lençol para colocar sobre o leito do paciente, como forma de proteção a este.

Quanto à preparação do cão, para participar da TAA, Lavanda apontou que foi tranquilo, porém tinha medo de que o cão virasse um robô, por privá-lo de algumas coisas,

mas o Cão 2 não deixou de brincar e correr. Lavanda explicou que o Cão 2 sabe diferenciar os momentos e que, quando se coloca o colete para iniciar a TAA, não pode pular, e outras coisas. Lavanda explica que o Cão 2 foi treinado para isso. Ela diz que não houve dificuldades nesse processo, que o adestrador ajudou e era capacitado para isso. Ela salienta a importância de entender as particularidades de cada cão como, por exemplo, na fisioterapia, onde poderá ficar mais fácil para o profissional trabalhar o braço do paciente se ele jogar a bolinha para o cão pegar.

Lavanda relatou que é difícil falar sobre o processo terapêutico. Então cita o exemplo de um menino que possuía os movimentos limitados e não gostava de estar com o cão. Após um tempo de trabalho conjunto, ele chegou ao local, feliz, foi ao encontro deles, sentou ao lado do cão e se deitou nele. Todos nesse momento ficaram impressionados.

Lavanda considerou que, para a realização da TAA, é importante ter disciplina, sabendo o que podem e não podem fazer, bem como ter responsabilidade; afinal, não se trata de uma brincadeira com animais. Diz que seu sentimento nas visitas é de amor, que é um desprendimento, expressando que somente quem vive a experiência consegue sentir. Lavanda refere que os atendimentos são realizados para pessoas de todas as classes sociais, em diferentes tipos de situações, às vezes até constrangedoras, em que estão sentindo-se o último ser humano na face da Terra, e o que buscam é auxiliar para amenizar sentimentos negativos.

Antes de falar sobre a sua percepção sobre a TAA, Lavanda refere que as pessoas deveriam utilizar mais o tempo para ajudar o próximo, participando de projetos, conversando, dando carinho. Também salientou que a TAA abrange muito mais do que elas fazem, mas que é uma pena que as pessoas não olhem dessa maneira. Por fim, ela espera que, no decorrer do que estão realizando, outras pessoas tenham consciência do quanto a atividade beneficia as pessoas como um todo, o sentimental, o lado afetivo, a motricidade, a alimentação. Lavanda referiu, ainda, que, com o passar do tempo, deseja que as pessoas consigam libertar-se de alguns paradigmas e abrir a mente para atividades como a TAA.

Redução Fenomenológica

A partir da descrição dos depoimentos, pode-se perceber temáticas pelas quais as participantes falaram sobre sua percepção e experiência com a TAA. De certa forma, seguiram o roteiro da entrevista de modo que foi possível identificar três temas pelos quais referem sua experiência e percepção. Esses temas foram organizados e deram origem à segunda descrição fenomenológica, denominada redução. Nesta sessão dos resultados, organizam-se as percepções das participantes, quanto à TAA, mediante três temas: (I) Preparação do cão; (II) Processo terapêutico; e (III) Percepções dos tutores.

Tema I: Preparação do cão

Após ler as descrições das entrevistas, percebe-se que a preparação do cão está diretamente vinculada à realização da TAA. Antes mesmo de serem adestrados para a TAA, os cães devem passar por uma avaliação de temperamento, para iniciar um treinamento especializado para a função. É um processo de preparo que exige muito envolvimento, pois

os tutores necessitam estar presentes para entender o funcionamento e também aprender como trabalhar durante os atendimentos. Sobre esse processo, as tutoras dizem que foi tranquilo com seus cães. Não tiveram dificuldades para o treinamento.

A regra principal para cada atendimento é a higienização dos cães. Eles passam por um processo de banho e escovação em Pet Shop e, após, também é realizado em casa para manutenção. Além deles tomarem banho, é feita escovação dos dentes, limpeza dos ouvidos e do bumbum. Como também, antes de irem para o local de atendimento, eles são alimentados e fazem suas necessidades. Quando chegam ao local, são novamente escovados e são limpadas as patas e os focinhos.

Isso é feito no Pet Shop e em casa, quando chega na entidade então se realiza de novo uma limpeza com um produto que chama gluconato de clorexidina, que é usado em hospitais, é um antisséptico que é usado internamente por eles, então nós usamos pra limpeza das patas, focinho. Tem um outro produto que é o Periovet que é usado na boca. E também mais uma escovadinha, com um pentinho. É isso, só depois disso que eles vão para a visita. (Rosa)

Nesse processo de preparação do cão, Rosa e Lavanda salientaram que existe uma preparação do tutor e dos voluntários que auxiliam durante as atividades. Nesse caso, existe um treinamento mensal dos tutores e voluntários, em que são realizadas aulas teóricas e práticas. Como o voluntário será responsável por auxiliar na higienização do cão, ele necessita aprender sobre todo o processo e, para isso, recebe treinamentos e um manual de conduta, além de assinar um termo de adesão e comprometimento com a atividade voluntária da TAA.

Tema II: Processo Terapêutico

Para explicar como acontece o processo terapêutico, as participantes Rosa e Lavanda deram exemplos para facilitar a compreensão:

(...) nós tivemos um menino completamente limitado de movimentos, não sentava e não gostava muito de estar ali conosco e com o cão no início. Claro que não só o nosso trabalho, da família enfim, as fisioterapias que ele faz semanais também... Quando ele chegou ele veio ao nosso encontro e sentou sozinho e se deitou em cima do cachorro... todo mundo ficou assim, pasmo. Primeiro por ele sentar sozinho sem ajuda, dobrar as perninhas que a gente sabe da limitação dele e querer ficar ali, querer passar a mão e querer deitar, que eu até tenho foto no celular dele deitadinho em cima da A (Lavanda)

(...) então pra ver como rompe a barreira. Do momento que as pessoas estão com o cão, interagindo com eles, seja caminhando, escovando, ou só conversando com a gente e o cão do lado, é um momento onde eles esquecem toda dor e sofrimento. (Rosa)

Rosa fala que o processo ocorre com o rompimento de barreiras: as pessoas passam a interagir com os cães, e assim conseguem esquecer a dor e o sofrimento que estão enfrentando. Esse processo terapêutico é a mudança de foco: tirar o paciente da sensação de tristeza, dor e sofrimento, para trazer benefícios ao tratamento. Dentro desse processo, é importante a ligação dos profissionais com os cães, com o fim de se construir uma ponte entre o profissional, o cão e o paciente.

Ainda sobre o processo terapêutico, Rosa referiu estudos científicos que correlacionam a visitação do cão e alterações do paciente como, por exemplo: aceitar melhor a medicação, maior adesão a tratamentos, diminuição da pressão arterial, dentre outros benefícios.

Tema III: Percepções dos tutores

A experiência das participantes revela suas percepções sobre a TAA. Rosa remete-se muito ao preparo necessário com o cão, que precisa de um treinamento, de ser dessensibilizado e que deve ser higienizado para cada visita. Como também o preparo das pessoas que estarão envolvidas. Destaca a importância de haver uma equipe multiprofissional que consiga atender as demandas de cada paciente. Assim, os pontos principais que ela aborda são: o preparo, a organização, o comprometimento e a responsabilidade.

Rosa e Lavanda demonstram ter muito amor e empatia pelo trabalho, relatam que se emocionam durante os atendimentos, em que existem momentos maravilhosos. Elas veem benefícios e coisas boas acontecerem e dedicam-se ao projeto para conseguir levar essa possibilidade a mais pessoas. Lavanda também diz que a terapia abrange muito mais do que elas realizam, e espera

(...) que as pessoas tenham uma consciência do quanto isso beneficia as pessoas como um todo assim sabe, o lado sentimental, o lado afetivo, o lado da motricidade, o lado da alimentação, de tudo. Que com o passar do tempo as pessoas consigam se libertar de alguns paradigmas e aí abrir um pouquinho a mente pra isso. (Lavanda)

Interpretações Fenomenológicas

A redução fenomenológica tornou possível analisar como ocorre o processo terapêutico com a utilização de um cachorro. A partir disso, o conteúdo da redução nos apresentou os discursos mediante três temas que, embora discriminados, encontram-se relacionados desde o processo de preparação do cão, o processo terapêutico e, por fim, às percepções dos tutores sobre a TAA.

De acordo com Dotti (2005), o animal deverá ser avaliado por veterinário e psicólogo especializado em comportamento animal, ou adestrador. Avaliam a saúde e o comportamento, como socialização, obediência e temperamento, para, então, estar apto aos treinamentos com proprietário, ou condutor. O animal passa por um adestramento básico, para ser educado e atender às exigências da organização.

Fulber (2011) traz que, após esse processo, e com o treinamento concluído, é importante a higienização do animal até 24 horas antes da visita e, ao chegar ao local, realizar a remoção do excesso de pelos. O animal deverá estar livre de qualquer tipo de parasita, para evitar alergias. Para iniciar o seu trabalho, ele deve ter feito suas necessidades, mas, ainda assim, o condutor deve portar um “kit limpeza” com toalha de papel, desinfetantes e sacos plásticos (DOTTI, 2005).

Ainda é importante enfatizar que dentro desse processo de preparação, também é necessária a preparação das pessoas que estarão envolvidas, tanto o tutor como os voluntários. Dotti (2005) ressalta que todos os participantes devem ser treinados, entendendo o processo por completo. Como também todos deverão participar dos adestramentos, para aumentar o conhecimento sobre o animal, quanto ao seu comportamento, cuidado e técnicas.

Rosa refere que o processo terapêutico é a mudança de foco, pelo qual o paciente poderá diminuir sua sensação de tristeza, dor e sofrimento. A literatura aponta que a participação de cães em atendimentos vem como um recurso adjuvante, em que o animal vai ser um facilitador para as técnicas que serão utilizadas. Quando bem utilizado, auxiliará a atingir objetivos. Não bastará o profissional inserir o animal em seu trabalho. Ele deverá conhecer seu paciente, seu papel e, principalmente, o papel do cão. O cão pode servir como mediador ou catalisador nas relações humanas, em que ele estará oferecendo um outro foco de atenção, auxiliando no vínculo terapeuta e paciente (CHELINI; OTTA, 2016). Em suma, dentro da TAA, o processo terapêutico é estabelecido por promover saúde física, social, emocional e/ou funções cognitivas, e está formalizado mediante procedimentos e metodologia (DOTTI, 2005).

É importante, também, entender as diferenças entre a Atividade Assistida por Animais (AAA) e a Terapia Assistida por Animais (TAA). Segundo Dotti (2005), a AAA envolve visitação, recreação e distração, desenvolvida por profissionais treinados, sem um objetivo claro, a qual poderá então se transformar em TAA. Esta envolve serviços profissionais da área médica e utilizam o animal como parte do tratamento, com objetivos claros e dirigidos, pelos quais o progresso é verificado e reavaliado. Durante as entrevistas, foi possível perceber que alguns dos trabalhos realizados por elas não têm um objetivo claro e pode, assim, ser considerada uma AAA.

Rosa ainda relata que, hoje, já estão trabalhando com crianças autistas, com a participação de uma equipe multiprofissional e com objetivos de tratamento. Um trabalho que se revela foi a constatação de benefícios físicos e comportamentais. Chelini e Otta (2016) trazem que estudos indicam que os animais estão no mesmo nível de comunicação de crianças com autismo, mantendo, assim, uma atuação de catalisador. A inclusão do cão no tratamento de uma criança autista pode diminuir os comportamentos sociais negativos, tornando-os positivos, a partir do aumento de comportamentos de tocar espontaneamente no cão.

É importante salientar, também, sobre a disciplina e responsabilidade que devem estar envolvidas no processo de TAA, pois esse deve ser um trabalho acessível à sociedade. Rosa e Lavanda relataram, nas entrevistas sobre esses aspectos, que, segundo Dotti (2005), quando as ações realizadas trazem felicidade, sendo uma conduta de disciplina e respeito, estarão contribuindo para o voluntariado.

Dentro dos aspectos apresentados na entrevista, é visível a relação empática do cão com os participantes. De acordo com Caetano (2010), essa relação de afeto e empatia, entre cão e pessoa, provoca sensação de bem-estar. Os animais têm muito a ensinar a todos sobre isso, e como eles conseguem estabelecer melhores as relações entre pessoas e o mundo, eles são parceiros preciosos.

Os benefícios presentes na literatura são vastos e eles condizem com os depoimentos dados nas entrevistas. Segundo Dotti (2005), existem os benefícios físicos, que vão variar em tipos de exercícios e estímulos; os benefícios mentais, que estimularão a memória e a cognição; os benefícios sociais, que se referem à recreação, comunicação, convivência, troca de informações e sentimento de segurança, socialização e motivação. E ainda existem os benefícios emocionais, que abordam o amor incondicional e atenção, o vínculo e confiança, diminuição da ansiedade, relaxamento, reações positivas a estímulos apresentados.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou conhecer as vivências dos tutores de cachorros que são terapeutas na TAA. Tal entendimento foi possível a partir de um olhar de duas pessoas que realizam o trabalho com seus animais.

A análise fenomenológica fez emergir três temas centrais para essas participantes, ao falarem desse tipo de proposta terapêutica, ou seja, a necessária preparação do animal, a forma como o processo terapêutico se desenvolve e as percepções das tutoras em relação a essa proposta terapêutica.

Foi possível perceber que as participantes adentraram no universo da TAA de forma gradativa, e fica explícito o afeto que nutrem pelos animais. Esse afeto recíproco também se evidencia no momento em que elas referem os procedimentos e cuidados para com as pessoas que participam da TAA, nos cuidados aos cães e no preparo dos voluntários que acompanham.

Destaca-se, ainda, que, inicialmente, embora não tenha sido declarado direta e claramente pelas participantes, pode-se perceber que as ações do projeto seguiam mais uma proposta de AAA, ou seja, Atividade Assistida por Animais e que, mais recentemente, tais ações passam a ganhar um status de TAA, pela participação de profissionais de diferentes áreas da saúde (fisioterapeuta, psicóloga, etc), estabelecendo-se, assim, um plano terapêutico.

O animal vem com o papel de auxiliar os pacientes na realização de tarefas, mas ele também vem carregado de amor, disponibilizando às pessoas muito carinho e afeto. Em suma, ele é responsável por um tipo de terapia que, mesmo ainda não sendo bem conhecida, beneficia as pessoas que recebem sua visita e participam das atividades.

Esse estudo possibilitou conhecer o trabalho que já vem sendo realizado e que, ainda, tem muito a se expandir. É necessário destacar a importância de mais estudos referentes à Terapia Assistida por Animais, por se tratar de um assunto pouco conhecido. Ainda não existem muitos trabalhos referentes ao processo terapêutico e ao impacto que podem gerar, configurando-se como um importante foco para novas investigações, tanto sobre o processo, como se torna possível e de que forma ele acontece, como se constitui um plano terapêutico.

Referências

BECKER, M.; MORTON, D. **O Poder Curativo dos Bichos**. 1a ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

BIASUS, F; MENEGHETTI, A. D. Descobrimdo a velhice: um estudo fenomenológico com mulheres da terceira idade. **Perspectiva**, v. 28, p. 55-70, 2004.

CAETANO, E. C. S. As Contribuições da TAA – **Terapia Assistida por Animais à Psicologia**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2010.

CARVALHO, N. et al. Importância da relação cão-idoso para aprimoramento da qualidade de vida em instituições de longa permanência para idosos na cidade de Uberlândia-MG. **Em extensão**, v. 10, n. 1, p. 128-139, 2011.

CHELINI, M. O. M; OTTA, E. **Terapia Assistida por Animais**. São Paulo: Manole, 2016.

CLERICI, L. G. W., **Zooterapia com cães: um estudo bibliográfico**. 2009. Monografia - Curso de Psicologia, Universidade Vale do Itajaí. Itajaí, 2009.

DOTTI, J. **Terapia & Animais**. São Paulo: Noética, 2005.

FÜLBER, S. **Atividade e terapia assistida por animais**. 2011. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MENDONÇA, et al. A terapia assistida por cães no desenvolvimento socioafetivo de crianças com deficiência intelectual. **Ciências Biológicas e da Saúde - Maceió**, v. 2, n.2, p. 11-30, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** (C.A.R. Moura, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1945), 1994.

VIEIRA, F. R. **A terapia assistida por animais (TAA) como recurso terapêutico na clínica da terapia ocupacional**. Trabalho de conclusão de curso - Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia. Brasília, 2013.

EXPERIÊNCIAS EM TER UM FAMILIAR EM TRATAMENTO RADIOTERÁPICO

EXPERIENCES OF BEING A CAREGIVER OF A RELATIVE IN RADIOTHERAPIC TREATMENT

Andressa Silvestri¹; Cassandra Cardoso²

¹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: dessa.silvestri@yahoo.com.br

²Professora do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: cassandra@uricer.edu.br

Resumo: O estudo teve como objetivo investigar as experiências em ser cuidador de um familiar com câncer, em tratamento de radioterapia em uma clínica localizada no norte do Estado do Rio Grande do Sul. O método de coleta de dados utilizado foi o grupo focal. Os participantes foram 11 familiares de pacientes em tratamento oncológico radioterápico, com idades variando entre 26 e 69 anos ($M = 45,4$). A maioria era do sexo feminino ($n = 7$). A análise de dados foi realizada pela Análise de Conteúdo de Bardin, tendo sido as categorias estabelecidas *a priori*, de acordo com os objetivos da pesquisa. Os resultados indicaram que os cuidadores percebem a doença como algo ruim, que seus sentimentos em relação ao familiar são sofrimento e tristeza e, ao mesmo tempo, de missão, luta, força e gratidão, e percebem aumento da aproximação com o familiar. Entre as dificuldades experienciadas pelo cuidador, os resultados indicaram as mudanças na rotina para cuidar do familiar doente, além de características da personalidade do familiar, que podem propiciar dificuldades de relacionamento. A partir disso, concluiu-se a importância de se conhecer a realidade dos cuidadores e de planejar ações voltadas a eles, visando à promoção de sua saúde mental.

Palavras-chave: Familiar. Cuidador. Câncer. Grupo focal.

Abstract: The aim of the study was to investigate the experiences of being a caregiver of a relative with cancer, in radiotherapy treatment at a clinic located in the north of the State of Rio Grande do Sul. The method of data collection used was the focal group. The participants were 11 relatives of patients on radiotherapy, with ages ranging between 26 and 69 years ($M = 45.4$). The majority were female ($n = 7$). The data were analyzed through the content analysis of Bardin, having been the categories established a priori, according to the objectives of the research. The results indicated that the caregivers perceive the illness as a bad thing, that their feelings towards the relative are suffering and sadness and at the same time of mission, struggle, strength and gratitude and increase of the familiar approach. Between the difficulties, the results indicate that the caregiver modifies their routine to take

care of the family member and the personality traits of the sick family member may imply relationship difficulties. From this, it is concluded the importance of knowing the reality of the caregivers and of planning actions directed at them, aiming at the promotion of the mental health.

Keywords: Relative, Caregiver, Cancer, Focal group.

Introdução

A radioterapia é uma forma de tratar o câncer, que funciona por meio de radiações ionizantes para destruírem células cancerígenas criadoras de tumores. Esse é um tratamento não tão agressivo quanto a quimioterapia, e é realizado em forma de sessões diárias que variam de 10 até 40 sessões, dependendo de cada caso (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. INCA, 2014).

O termo câncer origina-se do grego “*karkinos*” (caranguejo) e nomeia um conjunto de mais de 100 patologias que têm como principal característica um crescimento celular desordenado que atinge tecidos e órgãos (FERNANDES JUNIOR, 2010). As suas causas podem ser externas (relacionadas ao meio ambiente, hábitos e costumes) e/ou internas (geneticamente predeterminadas, vinculadas à capacidade de se defender de agressores externos) ao organismo (INCA, 2014).

A doença é um grave problema de saúde no mundo. Somente em 2016, houve mais de 596 mil casos de câncer, só no Brasil (INCA 2016). A estimativa do INCA é de 600 mil novos casos para cada ano em 2018 e 2019. No Brasil, os cânceres mais incidentes são os de próstata, pulmão, mama feminina, cólon e reto. Se for considerada a distribuição do câncer entre as regiões geográficas do Brasil, as Regiões Sul e Sudeste concentram 70% da ocorrência de casos novos (INCA, 2018).

Além dos próprios pacientes, os familiares e pessoas a eles vinculadas também sofrem com a doença. O câncer é uma doença debilitante, grave, com um tratamento agressivo que nem sempre traz resultados positivos. Nesse contexto, o seu diagnóstico muitas vezes causa, nos pacientes e em seus familiares, uma condição de fragilidade, impotência, medo e insegurança sobre o que vai acontecer e como o tratamento vai ser (PENNA, 2004; INCA, 2004).

A família precisa lidar com o diagnóstico, com o tratamento e a possível perda de seu familiar, tentando não demonstrar seus sentimentos mas, sim, dar força para que o paciente consiga realizar todo o tratamento. A dificuldade de lidar com diagnóstico de câncer causa, com frequência, nos pacientes e em seus familiares, problemas de ordem emocional como depressão e ansiedade (CEOLIN, 2008; PENNA, 2004).

O câncer é uma doença que pode alterar a relação das famílias sendo capaz de uni-las ao trazer à tona sentimentos de carinho, cuidado, gratidão e força antes esquecidos ou pouco demonstrados. As famílias que conseguem resgatar os sentimentos positivos organizam a rotina familiar para que o enfrentamento seja possível e, apesar de a doença mostrar as fragilidades do paciente e mesmo do grupo familiar, a força do grupo vence as dificuldades e leva ao cultivo de maior amor, respeito e gratidão entre seus membros (ALVES, 2013).

No que se refere ao estresse causado pelo câncer, sabe-se que a família pode apresentar queixas ocasionadas pelo sofrimento emocional, psicológico e físico de seu familiar, causado pelas consequências do tratamento como internações, cirurgias, sessões de quimioterapia e radioterapia (PENNA, 2004). Na rotina do tratamento de câncer, a família se encontra amedrontada frente à desconhecida e diferente realidade da doença. Assim como sofrem as consequências diretas da doença de seu familiar, os familiares também têm enorme influência sobre o tratamento do câncer do paciente (CEOLIN, 2008; FERREIRA, 2010).

Uma questão fundamental na descoberta do câncer é a definição de quem será o cuidador principal do familiar doente. Essa definição está envolvida com alguns fatores como afetividade, proximidade residencial, disponibilidade de tempo e suporte financeiro. Entretanto, nem sempre essa escolha é espontânea, uma vez que ela pode ocorrer por indicação da família, ou por falta de alternativas (RIBEIRO; SOUZA, 2010). Quanto ao perfil do cuidador, sabe-se que: há mais mulheres cuidando de seus familiares do que homens (RIBEIRO; SOUZA, 2010), a maioria são filhos ou por cônjuges dos pacientes (MARTINS; PIRES, 2011). Volpato e Santos (2007) realizaram uma pesquisa qualitativa na qual entrevistaram, individualmente, 16 familiares cuidadores de pacientes em tratamento oncológico. Os resultados indicaram a sobrecarga e agravos em sua saúde pelo cuidado do familiar.

O termo cuidador é atribuído à pessoa que auxilia e dá suporte integral a outra pessoa que não consegue gerenciar suas necessidades de cuidado com o corpo e de enfrentamento de doença, sozinha. Nesse contexto, o cuidador se torna diretamente responsável pelas tarefas que envolvem a manutenção da integridade física e emocional do outro (CEOLIN, 2008).

Quando se define qual o familiar que será o cuidador principal do paciente, essa pessoa precisa se adaptar a essa nova função, reorganizando sua rotina para acompanhar a nova rotina do paciente, como dar conta da dura realidade da doença. O cuidador, por estar sobrecarregado, pode apresentar problemas emocionais como: depressão, insônia, estresse, desânimo e doenças psicossomáticas (VOLPATO; SANTOS, 2007).

A partir do exposto, o objetivo geral deste estudo é conhecer as experiências de ter um familiar em tratamento radioterápico. Para isso, os objetivos específicos são: conhecer a percepção da doença pelo cuidador, quais são seus sentimentos, sua rotina e dificuldades em ser cuidador, quais as repercussões em sua rotina e na relação com o familiar doente.

Material e Métodos

Participantes

Os participantes da pesquisa foram 11 familiares acompanhantes de pacientes que estão em tratamento de radioterapia. Destes, sete eram do sexo feminino e quatro do sexo masculino. A idade variou entre 26 e 69 anos, com idade média de 45,4 anos. Quanto à situação conjugal, oito participantes eram casados, um estava em união estável, uma solteira e uma viúva. Em relação ao parentesco com o familiar com câncer, cinco participantes eram filhos, quatro cônjuges, uma irmã e uma neta. Quanto à convivência anterior com o familiar

com câncer, quatro dos participantes moravam na mesma casa do seu familiar que estava em tratamento e sete deles não residiam na mesma casa de seu familiar.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico (QSD):

Solicitou informações como sexo, idade, estado civil, classe econômica e escolaridade dos participantes.

Grupo Focal

O grupo focal consiste em uma entrevista realizada em grupo, com um foco definido (VÍCTORA ET AL, 2000). A técnica apresenta a potencialidade de, além de investigar, produzir novos significados do tema nos participantes, a partir de sua interação em grupo

Nesse estudo, o grupo focal foi realizado a partir de um roteiro semiestruturado contendo nove perguntas que abordaram: o que era câncer para os participantes, qual o estado de saúde do familiar, e como ele está com o tratamento, qual o seu sentimento em relação ao familiar, como está sendo este tratamento na visão do participante, a rotina de cuidar, as dificuldades, se houve mudanças na relação entre o participante e seu familiar com câncer durante o tratamento.

Procedimentos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Erechim, com Parecer 2-391.192. Inicialmente, foi obtido o TCLE, QSD e realizado o grupo focal na clínica onde é realizado o tratamento de radioterapia pelos familiares dos participantes. A entrevista teve duração de 55 minutos e foi gravada e transcrita, gerando um *corpus* de pesquisa.

Análise de Dados

O *corpus* foi analisado pelo método de análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2011). Inicialmente, foi realizada a leitura flutuante do material, e realizado o recorte das Unidades de Registro (UR). As URs foram reordenadas em categorias temáticas. As categoriais foram definidas *a priori*, com base nos objetivos da pesquisa.

Resultados e Discussão

No quadro a seguir, estão apresentadas as categorias de resultado, que foram organizadas em categorias amplas e categorias específicas. As categorias amplas referem-se aos objetivos específicos da pesquisa, e as categorias específicas referem-se aos conteúdos emergentes dos participantes. Após o quadro, segue a explicação das categorias amplas e específicas e a relação entre elas.

Quadro 1 - Categorias amplas e específicas

Categorias Amplas	Categorias Específicas
O que é câncer para o cuidador	É algo ruim
Estado de saúde do familiar	Familiar se sentindo bem Familiar se sentindo com dor Familiares com outras doenças além do câncer
Sentimentos do cuidador em relação ao familiar	Sofrimento e tristeza Missão, luta, força e gratidão Aumento da aproximação com o familiar
Rotina de ser cuidador	Moderada Intensa
Dificuldades em ser cuidador	Personalidade do doente Distancia de casa Deixar outras pessoas

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira categoria ampla é denominada “O que é câncer para o cuidador”. Nessa categoria, os participantes relatam sobre seu entendimento sobre câncer e qual o significado dessa doença para eles. Engloba a categoria específica “É algo ruim”-, na qual os participantes relataram ser ruim a descoberta do diagnóstico do câncer, como, por exemplo: “UR3-não é coisa boa”, “UR4-Na verdade é assustador”, e “UR5-eu fico em pânico no primeiro momento que a gente fica sabendo”. Esse resultado está de acordo com os de Penna (2004), que concluiu que o câncer tem um impacto negativo na vida dos familiares dos pacientes.

A segunda categoria ampla é denominada “Estado de saúde do familiar”. Engloba relatos dos participantes sobre como está o estado de saúde de seus familiares com o tratamento de radioterapia. A categoria contempla três categorias específicas. A primeira delas é denominada “Familiar se sentindo bem. Nessa categoria, os participantes relataram que seus familiares estão passando bem no decorrer do tratamento, sendo que alguns não estão tendo efeitos colaterais, por exemplo: “UR17- Meu esposo está plenamente bem. Está fazendo a radioterapia pela segunda vez, não se queixa e aparentemente está bem,” e “UR19- Meu esposo está fazendo as radioterapias e as quimioterapias e não se queixa de dor”.

A segunda categoria específica é denominada “Familiar se sentindo com dor”. Nela, alguns participantes relataram que seus familiares estavam com dor durante o tratamento. Por exemplo: UR26-“ Ai, o pai não está nada bem, tem que interna ele, traz pra radioterapia leva pro hospital” e:

UR20- Meu pai tem 78 anos ele tem três tumores cabeça pescoço e coluna e sente muita dor, isso tem de 9 para 10 meses e ele tá sob medicamentos fortes, e ele está fazendo as radioterapias, fez as quimioterapias e já acabou, parece que tá dando uma evoluída, mas assim, o câncer deixa todo mundo em pânico, em choque, é uma coisa que a gente sabe que não tem volta, a gente fica até se jeito de fala.

A terceira categoria específica é denominada “Familiares com outras doenças além do câncer. Nessa categoria, o participante explica como está o quadro de saúde do paciente:

UR16-O estado de saúde dele no geral, bom, o meu pai sofreu um AVC com 53 anos agora com 78 paralisou lado direito ele já tem uma perda de memória grande. Sequelou o lado direito e nunca mais se locomoveu sozinho, colocou prótese nos dois quadris e atualmente ele está com Alzheimer chegando nos estágios mais avançados ainda não sabe que está fazendo o tratamento e que está com câncer. Acha que estamos em casa e eu estou morando com ele. Ele não sente dor, este é o estágio dele hoje, é cadeirante, a gente está fazendo um trabalho com um menino que se formou na universidade também que por causa do Alzheimer, mas não vai mais consegui caminhar. Hoje o maior problema para ele é o Alzheimer e não o câncer. Está muito mais difícil passar por isso pela doença da cabeça.

Ao analisar “o estado de saúde do familiar”, percebe-se que existem diferenças no estado de saúde dos familiares dos participantes. Por exemplo, alguns familiares não estão sentindo dor e não têm reação negativa do tratamento; já outros estão sentindo dor, e as reações do tratamento são negativas. Considerando-se que a doença ocorre em um processo no qual o estado de saúde do familiar se modifica, a entrevista em grupo permitiu que os participantes pudessem confrontar-se com realidades diferentes das suas. Para Ceolin (2008), é difícil para os cuidadores conseguir lidar com a melhora, ou piora do familiar já que, no decorrer do tratamento, um dia eles estão bem e em outro estão mal, o que gera medo e incertezas quanto ao futuro.

A terceira categoria ampla é denominada “Sentimentos do cuidador em relação ao familiar”. Nessa categoria os participantes relataram os sentimentos experimentados por eles em relação aos familiares que estavam em tratamento. A categoria contemplou três categorias específicas: “sofrimento e tristeza”, “missão, luta, força e gratidão” e “aumento da aproximação com o familiar”.

Na categoria específica “Sofrimento e tristeza”, os participantes relataram estarem tristes e sofrendo com a situação do familiar como, por exemplo: “UR2- Fica sentido pela pessoa” e “UR32- Eu acho que me sinto mais preocupada que ele, ele não tem preocupações que eu tenho, estou com depressão e ainda não estou bem totalmente”.

A segunda categoria específica é denominada “Missão, luta, força e gratidão”. Nela, os participantes expressaram seus sentimentos de força gratidão por seus familiares, luta e a missão que estão passando junto deles, por exemplo: “UR22-Eu acho que estou cumprindo uma missão, é uma missão que vem lá de trás resguardada pra gente”; “UR24- Temos que dar uma força pra eles e apoiar”; “UR27- Ai, assim, penso que a gente faz pelo pai, eu fui criado pelo pai e pela mãe, enquanto eu tiver forças vou lutar pelo meu pai” e “UR31- É um sentimento de gratidão retorno por tudo que ele cuidou da gente”.

A terceira categoria específica é denominada “Aumento da aproximação com o familiar”. Nela, os participantes trouxeram as experiências de como a doença os aproximou mais de seus familiares que estavam em tratamento, por exemplo: “UR56- Eu sempre fui bem amigo do tio, mas agora somos bem mais amigos, ele me conta tudo”; “UR57-Pra mim também melhorou, estou mais junto, mais presente, mais próximos” e UR58-Melhora por que a gente tem que dar mais atenção, se tira um tempo maior para estar com a família”.

Os sentimentos vivenciados pelos familiares cuidadores variam, até mesmo pelo momento em que cada um está perante o tratamento. Os sentimentos negativos, de sofrimento e tristeza, podem ser uma forma de impotência por não poder fazer mais pelo seu familiar. Os sentimentos de luta, missão, força e gratidão trazem a esperança e a vontade que eles têm de poder ajudar seu familiar, mesmo sendo um momento difícil. De acordo com Volpato e Santos (2007), a aproximação do familiar cuidador é fundamental para uma maior segurança do paciente.

A quarta categoria ampla é denominada “Rotina de ser cuidador”. Nessa categoria, eles relataram como é sua rotina de cuidado com o familiar que está em tratamento de radioterapia diariamente. Subdividida em duas categorias específicas, a primeira delas é denominada “Moderada”. Nessa categoria, foram expressas as rotinas em que os familiares em tratamento têm mais autonomia em relação aos cuidadores. Por exemplo: “UR44- essa semana o pai tá com menos dor e não precisou internar, eu ajudo ele no banho, essas coisas”; “UR50-Mas ele se vira sozinho, eu só o auxílio na hora de fazer os curativos, tá fazendo as radioterapias e está cada dia melhor”; e “UR38- Eu sou só acompanhante, meu esposo se vira e faz tudo sozinho, sai caminhar”.

A segunda categoria específica é denominada “Intensa”. Nessa categoria, foram contemplados os relatos dos participantes cujos familiares não têm tanta autonomia e necessitam de uma atenção maior dos cuidadores. Por exemplo: “UR47- Com meu pai a rotina é bem puxada por ele precisar de ajuda para tudo, tem dias que ele está mais calmo, dias mais agitado”; e “UR49- Meu esposo tem que fazer curativo duas vezes por dia por que abriu alguns pontos do lado, quem faz os curativos sou eu”.

Portanto, a partir dos relatos, percebe-se que a rotina dos participantes se modifica desde o momento em que passam a cuidar de seu familiar doente, independentemente do grau de cuidado depreendido. Volpato e Santos (2007) também encontraram resultados que indicaram que a rotina de quem se torna um cuidador é modificada para cuidar do familiar que está em tratamento. Isso ocorre desde quando se define qual dos familiares será o cuidador. Este começa a ficar sobrecarregado e a apresentar problemas como cansaço e insônia.

A quinta e última categoria apresentada nesse estudo é denominada “Dificuldades em ser cuidador”. Cada participante expressou, nessa categoria, as dificuldades encontradas em ser o cuidador. A categoria engloba três categorias específicas: a primeira delas é denominada “Personalidade do doente”. Essa categoria indica a personalidade do doente como um ponto negativo no relacionamento com o cuidador. Por exemplo: “UR52-Meu marido sempre foi bem bruto e não aceitava ajuda de ninguém, agora depois que começou o tratamento ele tá aceitando mais as coisas, mas no começo foi feio o negócio, não queria vim pra cá fazer as coisas”.

A segunda categoria específica é denominada “Distância de casa”. Nessa categoria, os participantes relataram sobre a dificuldade de estar longe de casa. Por exemplo: “UR43- “Bem, o meu pai agora está fazendo as radioterapias, já terminou a quimioterapia e a nossa rotina é ficar a semana toda no tratamento”; e “UR45- Minha situação também, ficamos de segunda até no sábado no centro de apoio, quando o filho vem buscar é um vai e vem, só trocando mala”.

A terceira categoria específica é denominada “Deixar outras pessoas”. Nessa categoria, eles relataram a dificuldade de deixar outras pessoas em suas cidades e até mesmo aqueles que dependiam de seus cuidados, como filhos e netos: “UR40- e eu deixo minha netinha que sou eu quem cuida dele”; “UR54- Pra mim é ter que ir pra casa e deixar ele aqui com outra irmã minha, mas tenho que trabalhar, aí nos revezamos”.

Volpato e Santos (2007) também encontraram, em seus resultados, as dificuldades dos cuidadores em ter que deixar sua rotina, sua vida fica em segundo plano, muitos necessitam ficar longe de suas casas. O acompanhante compartilha os sentimentos, as angústias e todas as experiências vividas pelo paciente.

Considerações Finais

A partir do trabalho realizado, os objetivos foram atingidos no sentido de contribuir para conhecer mais sobre a experiência dos familiares cuidadores de pacientes em tratamento radioterápico. As categorias de resultado encontradas indicaram que os cuidadores percebem a doença como algo ruim, que seus sentimentos em relação ao familiar são sofrimento e tristeza e, ao mesmo tempo, de missão, luta, força e gratidão, aumento da aproximação com o familiar. Percebeu-se que o cuidador modifica sua rotina para cuidar do familiar, e isso constitui uma dificuldade para aquele. Além disso, características da personalidade do familiar doente também podem constituir-se em problemas de relacionamento.

Dessa maneira, os resultados da pesquisa ofereceram informações sobre o cuidador e sua experiência em uma perspectiva intersubjetiva, na qual ficou clara a importância das relações afetivas entre o cuidador e seu familiar doente. A doença do familiar e o seu enfrentamento proporcionam ao cuidador uma nova perspectiva de relação com o seu familiar além de sentimentos de estar cumprindo uma missão importante, que o gratifica. As dificuldades também foram consideradas pelos participantes. Nesse sentido, entende-se que a técnica de coleta de dados do grupo focal permitiu que os participantes pudessem trazer suas experiências em uma perspectiva compartilhada, que considerou as vivências diferentes das deles e lhes permitiu refletirem sobre o tema.

Os resultados também indicaram a necessidade de ações de saúde coletiva voltadas para os cuidadores, e que os serviços de tratamento oncológico disponibilizem para os familiares cuidadores um acompanhamento quando eles necessitarem. Isso porque os cuidadores interrompem suas rotinas para iniciar, juntamente com os pacientes, uma luta contra o desconhecido, sem saber o que acontecerá e nem por quanto tempo estarão envolvidos no cuidado de seus familiares. Entre as limitações do presente estudo, pode-se considerar que não foi avaliado o tempo em que o cuidador está envolvido na atenção ao seu familiar, o que pode ter sido um fator interveniente nas respostas.

A partir da realização dessa pesquisa, muitas outras questões surgem, como investigar mais profundamente o significado da experiência para o cuidador e sua interferência em sua percepção sobre temas como o sentido da vida, por exemplo. Além disso, aspectos como a qualidade de vida dos cuidadores também poderiam ser investigados.

Referências

ALVES, B, R, D. **O impacto da doença oncológica na família**. Licenciada pela Universidade Católica de Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga Portugal, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARVALHO, C. S. V. A necessária atenção família do paciente oncológico. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.54, n.79, 87 -96, 2008.

CEOLIN, V. E. S. A família frente ao diagnóstico do câncer. In: HART, C. F. (Org.) **Câncer: Uma abordagem psicológica** (p. 118-128). Porto Alegre: AGE, 2008.

FERNANDES, M. H. R. A família e as relações sociais e profissionais. In AZEVEDO, D. R. BARROS, M. C. M.; MÜLLER, M. C. (Orgs.) **Psicooncologia e interdisciplinaridade: Uma experiência na educação à distância** (p. 175-184). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FERREIRA, N. M, L. et al. Câncer e família: compreendendo os significados simbólicos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 269-77, 2010.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. (INCA). **O que é câncer?** In: Site *online*. 2014. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=322>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. (INCA). Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017, 128 p.

MARTINS, C. B. S.; SILVA FILHO, N.; PIRES, M. L. N. (2011). Estratégias de *coping* e o impacto sofrido pela família quando um dos seus está em tratamento contra o câncer. **Mudanças**, v. 19, n.1 e 2, p. 11-18, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2000.

PENNA, T. L. M. Dinâmica psicossocial da família de pacientes com câncer. In: MELLO FILHO, J.; BURD, M. (Orgs.) **Doença e família** (p. 379-389). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RIBEIRO, A. F.; SOUZA, C. A. O cuidador familiar de doentes com câncer. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 17, n.1, p. 22-27, 2010.

SALCI, A. M.; MARCON, S. S. Enfrentamento do câncer em família. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v.20, n. spe, p.178-186, 2011.

SALCI A. M.; MARCON, S., S. A convivência com o fantasma do câncer. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.31, n.1, p. 18-25, 2012.

SALES, C.A. et al. Cuidar de um familiar com câncer: o impacto no cotidiano de vida do cuidador. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 4, p. 616 -621, 2012.

SMEHA, L. N. A Escolha da Técnica do Grupo Focal. **Revista de Psicologia da IMED**, vol.1, n.2, 260-268, 2009

SOUZA M. G.G.; SANTOS, F. H. E. O olhar que olha o outro... um estudo com familiares de pessoas em quimioterapia antineoplásica. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 54, n.1, p. 31-41, 2008.

VÍCTORA, C.G.; KNAUTH, D.R.; HASSEM, M.M.A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VISONÁ, F.; PREVEDELLO, M.; SOUZA, E. N. Câncer na família: Percepções de familiares. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 1, p.145-155, 2012.

VOLPATO F., S.; SANTOS G. R. S. Pacientes oncológicos: um olhar sobre as dificuldades vivenciadas pelos familiares cuidadores. **Imaginário**, v.13, n. 14, p.511-544, 2007.

A EXPERIÊNCIA DE MÃES DIVORCIADAS EM RELAÇÃO À SEPARAÇÃO CONJUGAL E À COPARENTALIDADE

THE EXPERIENCE OF DIVORCED MOTHERS REGARDING MARITAL
SEPARATION AND COPARENTING

Tatiana Suélen Lange Barbosa¹; Angélica Paula Neumann²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: tatiana-SL-090895@hotmail.com

² Professora do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: angelicaneumann@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a experiência de mães separadas e detentoras da guarda dos filhos em relação aos desafios frente à separação conjugal, à relação parental com os filhos e ao exercício coparental. Participaram da pesquisa dez mães, com idades variando entre 26 a 48 anos de idade, as quais detinham a guarda unilateral de seus filhos; estes, crianças ou adolescentes. As participantes responderam a entrevistas semiestruturadas, que foram audiogravadas, transcritas e submetidas à Análise de Conteúdo. A partir da análise, foram elaboradas duas categorias: “Separação/divórcio” e “Relação entre pais e filhos e Coparentalidade”. O público investigado relatou que a separação foi um momento de difícil elaboração, superado por meio do apoio social recebido e de ajuda psicológica e/ou psiquiátrica. Encontrou-se que a maneira como a relação coparental era vivenciada antes do divórcio serviu de modelo para essa relação após o mesmo, sendo que quando ela se estabelecia de maneira saudável, mantinha-se funcional após essa transição, e vice-versa. Evidenciou-se, a partir dos resultados, a importância de investir em ações que promovam as relações coparentais.

Palavras-chave: Relação conjugal. Separação conjugal. Coparentalidade. Família.

Abstract: This research aimed to understand the experience of divorced mothers who had custody of children regarding the challenges facing the marital separation, the parent-child relationship and the co-parental exercise. The sample consisted of ten mothers, with ages varying from 26 to 48 years old and with full custody of their children, whether kids or adolescents. The participants responded to a semi-structured interview, which were audio recorded, transcribed and submitted to Content Analysis. Two categories have emerged: “Separation/Divorce” and “Parent-child relationship and Coparenting”. Participants reported

that the divorce it as a difficult moment to elaborate, which was overcome through the social support received and the psychological and / or psychiatric help. It was noticed that the pre-divorce co-parental relationship works as a model for this relationship after the divorce, once if it is established in a healthy way, it continues to be functional after this transition, and vice versa. The results turn light to the importance of actions that promote healthy coparental relations.

Keywords: Marital relationship. Marital separation. Co-parenting. Family.

Introdução

No contexto da família tradicional, o divórcio era algo inconcebível; porém, com o passar do tempo, e devido às mudanças socioculturais, o casamento passou a não ser mais algo infinito, e se estabeleceu a lei do divórcio (BRASIL, 1977; SANTANA, 2014). Dentre os principais motivos pelos quais os casais decidem divorciar-se, estão as brigas e discussões frequentes e as agressões do cônjuge, sendo as mulheres quem, geralmente, tomam a iniciativa por esse processo (ZORDAN et al., 2012). Dado o aumento na frequência de rupturas conjugais desde a homologação da Lei do Divórcio, a separação já pode ser considerada como uma crise do ciclo vital, da qual se deve compreender os seus desdobramentos, tais como a reorganização dos papéis parentais e o cuidado com os filhos (ZORDAN et al., 2012).

Em meio a esse novo cenário das relações familiares, encontramos as chamadas famílias monoparentais maternas, que são aquelas formadas pela mãe e seus filhos, sendo a mãe a principal responsável pelos cuidados da prole. Nessa perspectiva, dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) mostram que as famílias de mulheres sem cônjuge, e com filhos, constituíam 16,3% das famílias brasileiras no ano de 2015. Dentro desses índices, os filhos apresentavam, em sua maioria (20,2%), até 14 anos de idade. Ao mesmo tempo, nota-se que as famílias monoparentais paternas não são referenciadas pelas fontes de pesquisa do IBGE, o que pode indicar um número mínimo de constituições familiares nessa configuração (IBGE, 2016).

Tradicionalmente, são as mães as maiores detentoras da guarda de seus filhos após a ruptura do relacionamento conjugal (IBGE, 2006, apud WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011). Mesmo com a mudança na legislação ocorrida no ano de 2014, a qual prevê a guarda compartilhada como a primeira opção frente aos divórcios (BRASIL, 2014), muitas mulheres permanecem como as principais cuidadoras de seus filhos após a separação (ALVES et al., 2014).

Nesse contexto, é necessário que a relação coparental se estabeleça de forma cooperativa, ou seja, que o cuidado e a responsabilização pelos filhos sejam construídos em conjunto, por ambos os pais. O termo coparentalidade foi introduzido por Bohannon, na década de 70, sendo caracterizado como o interjogo de papéis que se relaciona com os cuidados globais da criança e definido como a responsabilidade conjunta pelo bem-estar desta. Essa relação se constitui antes mesmo de uma separação conjugal, pois se trata da maneira como os pais negociam suas contribuições para com a educação de seus filhos (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Apesar disso, estudos evidenciam que, após o divórcio, o contato do genitor não residente com os filhos tende a diminuir, acarretando maior envolvimento e sobrecarga do genitor que vive com a prole nos seus cuidados (WARPECHOWSKI; MOSMANN, 2012). Frente a isso, este estudo busca investigar a experiência de mães detentoras da guarda de seus filhos no que diz respeito à sua separação conjugal, à relação parental com os filhos e à relação coparental.

Material e Métodos

Participantes e delineamento

Este estudo seguiu um delineamento qualitativo, exploratório e descritivo, de corte transversal, tendo como participantes dez mães com idades variando de 26 a 48 anos de idade. Seus filhos apresentaram faixa etária entre um ano e três meses e 22 anos de idade. Considerou-se como critérios de inclusão que as mães estivessem separadas ou divorciadas, e que detivessem a guarda de seus filhos; estes, crianças ou adolescentes. Foram excluídas da amostra mães que reconstituíram família por meio de uma nova união conjugal. A amostra foi composta por conveniência.

O tempo em que as mães estiveram casadas variou de quatro a 20 anos, sendo que as mulheres estavam separadas ou divorciadas havia, no mínimo, dois meses e, no máximo, nove anos. Dessas separações, apenas duas não estavam oficializadas, por terem ocorrido havia menos de três meses da data da entrevista. Cinco participantes possuíam Ensino Superior; uma, Ensino Superior Incompleto; duas, Ensino Médio; uma, Ensino Fundamental; e uma, Ensino Fundamental Incompleto. Nove participantes exerciam trabalho remunerado, e uma referiu ser dona de casa.

Instrumentos

As participantes responderam a uma ficha de dados sociodemográficos e, em seguida, participaram de uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram audiogravadas e transcritas para posterior Análise de Conteúdo. A ficha de dados sociodemográficos investigou a idade das mães, número de filhos, idade do(s) filho(s), escolaridade da mãe, escolaridade do pai, profissão materna e profissão do pai da(s) criança(s). As entrevistas semiestruturadas foram guiadas por um roteiro, que abrangeu os seguintes aspectos: tempo de separação, guarda dos filhos, situação legal do divórcio, mudanças ocorridas após o divórcio, recebimento de pensão alimentícia, apoio social e familiar, relação pais-filhos, relação coparental e percepção social sobre a experiência das famílias monoparentais maternas, segundo as mães.

Procedimentos

Inicialmente, foi realizado contato telefônico, ou presencial, com o público a ser estudado. Nesse contato, a estudante pesquisadora realizou a caracterização dos sujeitos,

para verificar se as participantes atendiam aos critérios de inclusão. Após, a entrevista era agendada em local de escolha da participante, desde que assegurasse a sua privacidade no momento da coleta de dados. As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, de igual teor e forma, onde constavam as informações necessárias para o resguardo acadêmico e do sujeito pesquisado. Após, foram coletados os dados sociodemográficos de cada participante e realizada a entrevista semiestruturada, cuja duração variou entre trinta minutos e uma hora. O projeto foi aprovado junto ao Comitê de Ética da URI - Câmpus de Erechim, pelo Parecer nº 2.507.400.

Análise dos Dados

Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas conforme a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Foram executadas as três fases desse método, iniciando-se pela pré-análise, que é a fase de organização, na qual, a partir da leitura flutuante, derivaram-se os códigos iniciais. Posteriormente, tais códigos foram reorganizados em categorias e realizou-se a categorização dos dados. Por fim, seguiu-se a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação destes, quando os resultados brutos foram interpretados e analisados teoricamente.

Resultados

A partir da Análise de Conteúdo, foi possível identificar duas grandes categorias, que emergiram das entrevistas. A primeira categoria é nomeada “Separação/divórcio”, e a segunda categoria é intitulada “Relação entre pais e filhos e Coparentalidade”.

Categoria 1. Separação/divórcio

Essa categoria compreende as questões que se referem à perspectiva das mães entrevistadas sobre as experiências vivenciadas durante e após a separação conjugal. Assim, apresenta os seguintes temas: significado da separação/divórcio; processo legal de divórcio; decisão pelo término da relação conjugal; guarda dos filhos; recebimento de pensão alimentícia; apoio social recebido antes e depois da separação; e expectativas após a separação.

A decisão pelo término da relação conjugal ocorreu, em seis casos, por iniciativa das mulheres, por não suportarem o tipo de relacionamento que estavam mantendo com seus parceiros. Dois rompimentos foram decididos pelos cônjuges, que já estavam em outro relacionamento, e em outros dois casos, as relações terminaram por decisão conjunta entre os ex-parceiros.

Todas as mães pesquisadas detinham a guarda de seus filhos, sendo que nenhuma delas pensou em deixar os filhos sob o cuidado do pai. Quatro participantes referiram que os filhos não recebem pensão alimentícia. Percebe-se que as mães que têm maior nível de instrução escolar são as que menos exigem esse direito do ex-cônjuge.

A vivência do divórcio eliciou nas participantes sentimentos diversificados, variando entre raiva e tristeza para umas, e alegria para outras. Algumas relataram que seus relacionamentos já estavam desgastados e não mais suportavam viver naquela situação, pontuando que a separação foi algo bom para suas vidas:

Eu nem pedia explicação mais, porque não tinha mais vontade de..., sabe, porque não adiantava mesmo, né. E, eu tinha vontade de me separar sabe, era, o meu sonho era me separar (Olhos lacrimejam) (E1).

Outras participantes relataram que gostariam de voltar aos seus relacionamentos anteriores, mesmo que, para isso, precisassem superar situações de traição e de desrespeito, vivenciados na relação conjugal. A seguinte fala exemplifica esse processo:

Eu me arrependo da separação [...] porque logo depois veio a morte da minha mãe, sabe, um monte de coisa junto (Começa a chorar)... e que eu não tinha... [...] eu acredito que eu perdi a referência entendeu, né, então eu acho que de repente eu me vi sozinha. Eu acho que se eu tivesse pensado... (E3).

A maioria das entrevistadas percebeu uma aproximação maior da família de origem e de seus amigos próximos após a ruptura, sendo que a família foi o apoio mais significativo nessa fase de suas vidas, auxiliando no cuidado com os filhos e no amparo emocional para esse momento de transição. Outras entrevistadas relataram que a relação com sua rede de amigas e familiares não sofreu mudanças significativas, pois os vínculos que mantinham antes da separação continuaram existindo. Também foi relatada, por duas entrevistadas, a busca de ajuda psicológica e/ou psiquiátrica para que pudessem reorganizar suas vidas, como é relatado na sequência:

Então é, são medos né, mas nada, não é impossível entende, a gente pode né, tem psicólogos, tem psiquiatras, tem, eu, por exemplo, faço tratamento toda semana, então, pra poder aguentar toda essa carga, né. É, pra ficar mais fácil, mais leve. Tudo fica mais leve quando a gente enxerga que precisa e vai procurar ajuda, né (E2).

No que diz respeito às expectativas de futuro, que foram relatadas pelas participantes acerca de um novo relacionamento amoroso, é interessante observar que, em praticamente todas as entrevistas, as mães afirmaram que só teriam uma relação amorosa novamente quando sentissem que realmente é isso o que desejam, pois não querem que seus filhos vivam mais uma experiência negativa de desentendimentos, como foi o relacionamento anterior. Três dessas mães estavam vivendo um novo relacionamento, mas estes não estavam oficializados em sua família, pois diziam apenas estar conhecendo um possível companheiro:

É solteira, estou conhecendo outra pessoa, mas na verdade não, não tem relação nenhuma com os meus filhos, por enquanto. Prefiro evitar, porque é muito recente, então até pra não, eles não criarem vínculo, nada, por enquanto (E2).

Categoria 2. Relação entre pais e filhos e coparentalidade

Essa categoria compreende a relação estabelecida entre as mães e seus filhos, e entre os pais e seus filhos, assim como a relação coparental exercida pelos progenitores. Percebe-se que, no que diz respeito ao relacionamento das mães com os filhos, antes da separação, elas relataram que não passavam muito tempo com eles devido ao trabalho, ou por terem que dividir o seu tempo livre entre os filhos e o cônjuge:

Então, o tempo que eu tinha para as crianças, eu dividia entre eles e o pai, e hoje eu não tenho ninguém, então é só pra eles, sabe? (E10).

Após a separação, houve melhora nesse quesito em todas as famílias pesquisadas. Segundo as mães, elas passaram a dispensar mais tempo para a relação mãe-filhos, além de ser a relação afetiva mais próxima para as crianças, pois muitas delas estabeleceram um contato mínimo com os seus pais após o divórcio:

Eu me dou bem com eles, no caso, a (Filha 1) como é a minha filha mais velha, depois que eu me separei ela é não só minha filha, como ela é uma amiga no caso, eu conto meus problemas, minhas dificuldades, nós tentamos se ajudar, se possível ela me dá um apoio, sabe? [...] Nós estamos mais amigas (E1).

No que se refere ao relacionamento do pai com os filhos, antes e depois da separação conjugal, nem todas as participantes discutiram sobre esse tema. Contudo, algumas das que o fizeram, apontaram que a relação entre o pai com seus filhos não era boa durante o casamento, sendo uma relação bastante ausente, e nesses casos, só piorou após o divórcio. Nessas situações, as mães referiram que se sentem culpadas pela ausência do pai, e tentam suprir das mais diversas formas o que consideram um vazio na vida dos filhos. Apesar disso, elas relatam sentir certo ciúme do contato que os filhos estabelecem com os pais. Dizem, também, que seus filhos veem o pai como um herói, tentando protegê-los de qualquer tipo de frustração nessa relação. Esses dados demonstram uma ambivalência das mães acerca da relação entre os pais e seus filhos.

[...] o que que eu percebo, com o pai, eles vão lá, eles brincam, eles não se queixam de absolutamente nada [...] Eu percebo que eles não querem magoar o pai, eles protegem o pai, e eu não, eu já posso (E6).

Dentre as entrevistadas, quatro mães relataram que o pai tem um bom convívio com seus filhos. Em dois desses casos, o divórcio aconteceu em comum acordo entre os ex-cônjuges, e a relação pai-filhos já era considerada boa antes dessa transição:

Ele é bem presente, né. Então assim, eles né, ele vê as meninas toda semana, e todo, todo o final de semana né, não passa assim, a (Filha 2) não passa dois dias assim. O (pai) vê ela, ou vem buscar, ou enfim, né (E9).

Acerca da relação coparental, percebe-se que as mães são o cerne dela. São elas, muitas vezes, que instigam os pais a participarem das atividades dos filhos e de seus cuidados diários:

Não, eu tenho que ir atrás. Eu tenho que mandar mensagem “Olha, só pra avisar, os meninos estão bem”, né. “Oi. Você vem, vai buscá-los hoje?”, enfim, é tudo assim. Não tem a parte dele assim, ah vou buscar, ah eles estão bem, ah eles estão precisando de alguma coisa, não existe isso (E2).

Ressalta-se, ainda, que, nas famílias investigadas, a relação coparental que era estabelecida durante o casamento manteve-se após o divórcio do casal, mesmo com a ausência diária de um dos pais. Isso pode ser observado tanto quando o pai já era considerado ausente, quanto nas situações em que o pai se fazia presente e participativo na vida dos seus filhos:

É, por causa que sempre fui mais eu, sempre foi a mãe por tudo né, no caso. Eu sempre, com eles sempre fui eu que fiz tudo. Desde ir num colégio, ir numa reunião, sempre fui eu, ele nunca fez isso né, então acaba sempre sendo a gente, então não muda muita coisa (E1).

E a gente, sempre que precisa, a gente conversa né. Em todos os aspectos né. Se o (Filho) está com algum problema de saúde, os dois se envolvem, se, agora né, as coisas de adolescência também, né. Teve um período assim que ele estava mais angustiado, mais, aí os dois se envolveram também né, e procurar ajudar, e entender, encaminhar (E4).

Outras mães referiram precisar de tempo para conseguir reestabelecer uma relação coparental após o divórcio, como pode ser visto na fala de E5:

Mas a gente está. Eu estou conseguindo conversar melhor com o pai dele, e a gente se organizou que, a cada quinze dias ele vai passar o sábado lá no pai e na vó. Porque eu acho importante isso para o (Filho 2) (E5).

Discussão

Atualmente, percebe-se em nossa sociedade uma diversidade de modelos familiares, de modo que nenhum destes pode ser um padrão para os demais. Dessa forma, nesse estudo trabalhou-se com o conceito de família monoparental materna, constituída por uma mulher e seus filhos. Esse modelo familiar foi instituído, na Constituição Federal, pelo parágrafo 4º do art. 226, em que se postula que a família pode ser constituída por qualquer um dos pais e seus descendentes (ROSA, 2013).

A família monoparental, portanto, pode se estabelecer quando há uma separação conjugal, quando um dos progenitores vem a óbito, e também por meio de duas outras condições: mediante a parentalidade autônoma, ou pela reprodução assistida. Dessa forma, tanto um homem quanto uma mulher poderão, perante a Lei, constituir uma família monoparental, sendo que esse modelo familiar obteve crescimento após a instituição da Lei do Divórcio, pois, anteriormente, tais famílias se constituíam, em sua maioria, devido ao óbito de um dos cônjuges (ROSA, 2013; SANTANA, 2014).

Analisando-se os dados encontrados nas famílias monoparentais maternas estudadas, derivadas de separações conjugais, nota-se que a iniciativa para esses divórcios partiu, na maior parte dos casos, por escolha das mulheres, que não mais suportavam o tipo de relacionamento que mantinham com seu parceiro. Apesar da amostra dessa pesquisa ser pequena, esses dados corroboraram os resultados expressos em outros estudos, como na pesquisa realizada por Zordan (2010), na qual, dentre os 152 processos judiciais arquivados de 1992 a 2006, no Fórum de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, 50,3% dos casos de solicitação de separação/dissolução partiram do sexo feminino; 33,8% dos casos, por ambos os sexos; e 15,9%, pelo sexo masculino. Portanto, as mulheres são o público que, ao que tudo indica, demonstra maior tomada de decisão no contexto das separações conjugais.

Após a transição do divórcio, a família passa por uma readequação no ambiente familiar, principalmente em relação à divisão dos cuidados dos filhos, que é chamada de coparentalidade. Independentemente da separação do casal, a proteção em relação à saúde e ao bem-estar dos filhos estará relacionada a um convívio saudável entre os pais, que devem saber lidar, de forma madura, com seus próprios conflitos (GRZYBOWSKI, 2011; WAGNER; MOSMANN, 2009; JABLONSKI, 2009). Em relação a essa temática, nota-se que a relação coparental, construída antes do divórcio, manteve-se, mesmo que o pai da criança/adolescente não estivesse presente em seu cotidiano. Assim, os casais que exerciam a coparentalidade enquanto estavam juntos mantiveram uma relação coparental, na qual compartilhavam as responsabilidades sobre os filhos, após o divórcio. Por sua vez, aqueles que não conseguiam exercer a parentalidade conjuntamente, enquanto coabitavam, também apresentaram dificuldades em exercê-la de maneira satisfatória após o divórcio.

Apesar disso, percebe-se que, em geral, as mães que conseguiram elaborar a separação conjugal apresentavam estratégias e faziam esforços para contribuir com uma boa relação entre os pais e os filhos, sendo estas caracterizadas pelas tentativas das mães em estabelecer um bom relacionamento coparental com seu ex cônjuge e, também, pelas iniciativas tomadas por elas para favorecer uma maior aproximação entre os pais e seus filhos. Esse aspecto é de grande importância uma vez que, de acordo com a hipótese *spillover* (EREL; BURMAN, 1995, apud WAGNER; MOSMANN, 2009), o clima da relação conjugal transborda e se expressa diretamente na relação parental, influenciando no ajustamento dos filhos. Ou seja, as características e dificuldades existentes na relação entre o casal, ou ex-casal, respinga diretamente na relação que será construída com seus filhos. A existência de uma boa relação coparental, assim, é um fator de proteção para o desenvolvimento dos filhos. De acordo com a literatura, existem atributos que poderão prever uma boa relação coparental; entre eles, estão: divórcios menos hostis; satisfação com o apoio financeiro; baixo nível de conflito entre os ex-cônjuges; número e idade dos filhos; relação com o ex-cônjuge; acordo sobre as visitas, dentre outros (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010), atributos, esses, que foram evidenciados nos relatos de algumas mães entrevistadas.

Dentre as mães pesquisadas, quatro delas alegaram que seus filhos não recebiam pensão alimentícia de seu ex-cônjuge. Percebeu-se, a partir das entrevistas, que as mães que não solicitavam a pensão alimentícia para seus filhos eram aquelas que apresentavam níveis mais altos de escolaridade e melhores níveis socioeconômicos. Esse dado também foi

encontrado em uma pesquisa realizada por Grzybowski e Wagner (2010), pontuando que esse público possui um perfil diferenciado, evidenciando mais autonomia, inclusive na parentalidade, o que parece indicar maior poder em relação ao controle e educação dos filhos, quando comparado ao público que apresenta maior dependência econômica de seu ex-cônjuge.

Ainda assim, considerando-se a pensão alimentícia como um direito dos filhos, o não recebimento desta pode fomentar novas possibilidades de estudo para que se compreenda o seu sentido. Questiona-se se o abdicar da pensão alimentícia pode constituir uma maneira de não manter contato pessoal com o ex-cônjuge, por ser algo ainda doloroso, ou frustrante, especialmente quando os pais tornam o pagamento algo difícil. Entretanto, pondera-se, também, que o não recebimento da pensão pode se constituir como uma forma de contribuir para o afastamento do ex-cônjuge da relação pais-filhos, demarcando uma relação de maior poder da mãe sobre os filhos. Considerando-se os resultados que evidenciam a ambivalência das mães acerca da presença dos pais na vida dos filhos, demarcada pelo desejo de que exista uma convivência e, ao mesmo tempo, sinais de ciúmes da relação pais e filhos, considera-se que tais aspectos precisam ser mais bem explorados.

Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objetivo principal investigar a experiência de mães separadas e detentoras da guarda dos filhos em relação aos desafios enfrentados no exercício coparental. Em relação ao divórcio, as entrevistadas demonstraram, em sua maioria, uma certa satisfação por não estarem em suas antigas relações, o que pode ser explicado, em muitos casos, pelo desgaste emocional que esse relacionamento produzia. Assim, apesar de o divórcio gerar tristeza e sofrimento, as participantes em sua maioria conseguiram superá-lo com apoio social recebido e ajuda psicológica e/ou psiquiátrica.

Percebe-se que um dos pontos mais significativos dessa vivência diz respeito à forma como os ex-cônjuges administraram a relação coparental após o divórcio, pois, como já foi salientado, quando a relação conjugal não era saudável, atingia diretamente a relação coparental, e vice-versa. Nesse sentido, evidencia-se a importância de investir em ações que promovam relações coparentais saudáveis, possibilitando o diálogo e o respeito entre os pais no que diz respeito ao cuidado dos seus filhos.

Dentre as limitações desse estudo, ressalta-se que apenas as mães foram entrevistadas, sendo que a separação conjugal é um fenômeno complexo que envolve diferentes figuras familiares, que não foram investigadas pela pesquisa. Possivelmente, a participação dos ex-cônjuges e dos filhos do ex-casal poderiam contribuir ainda mais para o estudo. Em se tratando de novas pesquisas nessa área, nota-se como interessante o estudo do significado da pensão alimentícia para as mães e para os pais, aspecto que não foi aprofundado nesse estudo. Além disso, outras pesquisas poderão compreender se há questões de gênero envolvidas na decisão pela separação.

Referências

- ALVES, A. P.; ARPINI, D. M.; CÚNICO S. D. O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. **Psicologia e Argumento**, v. 32, n. 79, p. 61-70, Supl. 1, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei N° 6.515, de 26 de Dezembro de 1977. Da Dissolução da Sociedade Conjugal. **Presidência da República**. Brasília, 1977.
- BRASIL. Lei N° 13.058, de 22 de Dezembro de 2014. Da Guarda Compartilhada. **Presidência da República**. Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm > Acesso em: 02/06/2018.
- GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, Casa da mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, n. 1, p. 77-87, 2010.
- GRZYBOWSKI, L. S. Ser pai e ser mãe: como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In: WAGNER, A. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**: Pesquisas e Reflexões (p. 112-119). Porto Alegre: Artmed, 2011.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2016.
- JABLONSKI, B. Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e no casamento: duas décadas de estudos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Casal e família: permanências e rupturas** (p. 109-134). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- ROSA, C. P. **IFamily: um novo conceito de família?** São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANTANA, E. L. F. F. Família Monoparental Feminina: Fenômeno da Contemporaneidade? **Revista Polêmica**, v. 13, n.2, p. 1225- 1236, 2014.
- WAGNER, A.; MOSMANN, C. A promoção da qualidade conjugal como uma estratégia de proteção dos filhos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: permanências e rupturas** (p. 169-180). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In. WAGNER, A. (Org.) **Desafios psicossociais da família contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- WARPECHOWSKI, A.; MOSMANN, C. P. A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções. **Temas em Psicologia**, vol. 20, n. 1, p. 246-260, 2012.
- ZORDAN, E. P. Separação Conjugal: Uma Leitura Psicossocial dos Processos Judiciais. **A Separação Conjugal na Contemporaneidade: Motivos, Circunstâncias e Contextos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia, PUCRS. Porto Alegre. 2010.

ZORDAN, E. P.; WAGNER, A.; C. MOSMANN. O perfil de casais que vivenciam divórcios consensuais e litigiosos: uma análise das demandas judiciais. **Psico – USF**, v. 17, n. 2, p. 185-194, 2012.

PERSPECTIVAS DE FILHOS ADULTOS SOBRE O DIVÓRCIO DOS PAIS

PERSPECTIVES OF ADULT CHILDREN ABOUT THEIR PARENTS' DIVORCE

Ana Keli Bogo¹; Angélica Paula Neumann²

¹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: anakbogo@gmail.com

²Professora do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: angelicaneumann@uricer.edu.br

Resumo: Esta pesquisa investigou os efeitos do divórcio (dos pais) sobre os filhos, abordando um tema que tem feito parte da realidade social das últimas décadas. Assim, teve como objetivo analisar as perspectivas dos filhos adultos sobre o divórcio dos pais. Seguiu-se um delineamento de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, de corte transversal, realizada com base em uma entrevista semiestruturada. Participaram da pesquisa sete mulheres e um homem, com idades entre 18 e 25 anos, os quais vivenciaram a separação dos pais durante a infância, adolescência e vida adulta. A análise dos dados deu-se pelo método de Análise de Conteúdo, que resultou em duas categorias: Experiência quanto à separação dos pais e Reverberações da separação para o futuro do participante. Observou-se que a separação dos pais teve influências na vida dos filhos, tanto no momento em que ocorreu quanto no futuro amoroso destes. Evidenciou-se a falta da figura paterna, exercida dentro da família, após a separação. Apesar da recorrência do divórcio na atualidade, o estudo denotou a necessidade de atenção para a maneira como os filhos vivenciam o divórcio dos pais.

Palavras-chave: Divórcio. Pais. Filhos. Família.

Abstract: This research investigates the effects of parent's divorce on the children, addressing an issue that has been part of the social reality in the last decades. The main goal of the present study was to analyze the perspectives of the young adult upon the divorce of their parents. It followed a qualitative, descriptive and exploratory cross-sectional survey design, and was based on a semi-structured interview. Seven women and a man ranging from 18 to 25 years old, which experienced the separation of parents during childhood and adolescence, participated in the study. The data analysis was based on the Content Analysis method, which resulted into two main categories: Experience with parental separation and Reverberation of separation for the participant's future. The results pointed out that parent's separation had influence on the children's life and in their loving future. The lack of the father within the family is evidenced after separation. Despite the recurrence of divorce these days, the study shows the need for attention to the way children experience parent's divorce.

Keywords: Divorce. Parents. Children. Family.

Introdução

Há mais de 20 anos, Féres-Carneiro (1998) apontou que, na sociedade contemporânea, os indivíduos se divorciam, não pelo fato do casamento não ser importante, mas sim pelos cônjuges não aceitarem um relacionamento que não corresponda com suas expectativas acerca de uma relação feliz. Embora, muitas vezes, o divórcio possa ser a melhor solução para um casal, cujos membros não se acreditam capazes de continuar sua relação, ele é sempre vivenciado como uma situação extremamente difícil, dolorosa e estressante. De acordo com Goulart (2012), quando o casal não tem filhos, o enfrentamento dos problemas fica limitado apenas ao contexto do casal; porém, quando este tem filhos, é normal que eles absorvam, ou estejam expostos, aos conflitos. Com isso, as situações de discussões dos casais, e como eles as resolvem, repercutem no desenvolvimento dos filhos.

Conforme Mosmann e Wagner (2010), a forma como se estabelece uma relação conjugal tem consequências que transbordam e atingem a relação pais-filhos, de modo que, se as relações conjugais se estabelecem de forma negativa, seus efeitos podem atuar de forma igualmente negativa sobre os filhos. Essa transmissão geracional é percebida na repetição de padrões de comportamentos de uma geração a outra. A transgeracionalidade representa padrões familiares que se repetem de uma geração a outra. Esse padrão é definido a partir dos fenômenos de lealdade, valores, mitos, ritos e legados (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012). Essa perspectiva denota que os problemas de cada indivíduo têm seu início, ou são mantidos, em decorrência no âmbito familiar, havendo comportamentos que são transmitidos de geração em geração (LINS et al., 2016).

Nesse sentido, Féres-Carneiro (1998) enfatiza que os filhos estruturam seu psiquismo a partir de um lugar simbólico, ao qual estão ligados os seus ideais, regras, mitos familiares e condições inconscientes que se desenvolvem, ao longo do ciclo vital, no seio de sua família. Assim, ao se identificar com as atitudes e comportamentos das figuras parentais, os filhos tendem a repeti-las nos seus relacionamentos futuros.

Dessa forma, considerando-se a influência da transmissão transgeracional na vida dos filhos, percebe-se a importância de investigar quais são as perspectivas dos filhos adultos frente à separação dos seus pais, buscando compreender como eles percebem essa separação retrospectivamente e se identificam reverberações do divórcio dos pais em seus projetos de relacionamento. Assim, o estudo teve como objetivo analisar as perspectivas de filhos adultos sobre o divórcio dos pais, identificando-se a percepção dos participantes sobre os sentimentos vividos e sobre as influências nos seus relacionamentos amorosos.

Material e Métodos

Delineamento e participantes

A pesquisa teve enfoque qualitativo, descritivo e exploratório, de corte transversal. Participaram sete mulheres e um homem, com idades entre 18 e 25 anos, os quais vivenciaram a separação dos pais durante a infância, adolescência, ou vida adulta. Os participantes foram convidados a participarem da entrevista por critério de conveniência.

Instrumentos

Foi realizada uma entrevista semiestruturada audiogravada, norteadas por 13 perguntas que versaram sobre: como vivenciaram a separação dos pais; quais foram seus sentimentos e dificuldades; qual a sua visão sobre a separação dos pais atualmente; e quais as influências percebidas em seus relacionamentos atuais e/ou futuros.

Procedimentos

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URI - Erechim (nº 2.428.840), a acadêmica convidou os participantes indicados. As entrevistas foram realizadas em suas casas, locais de trabalho e também no Centro de Psicologia Aplicada da URI- Erechim (CPA), conforme escolha do participante. Antes do início da entrevista, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise dos Dados

A análise dos dados deu-se pelo método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Iniciou-se pela leitura flutuante, da qual derivaram os indicadores iniciais das categorias e subcategorias. As mesmas foram definidas a partir dos dados, conforme a frequência de respostas sobre determinadas temáticas, e com a sua relevância para a compreensão da temática. Por fim, os dados foram interpretados e analisados teoricamente.

Resultados

Categoria 1: Experiência quanto à separação dos pais

Essa categoria reúne as lembranças dos participantes sobre o momento da separação dos pais e o período posterior ao divórcio. Analisa, também, como compreenderam e reagiram a esse momento; quais as dificuldades percebidas; quais foram suas fontes de apoio; e como se estabeleceu o contato com ambos os pais após a separação.

Momento da Separação

Ao descrever o contexto da separação, a maioria dos participantes disse não lembrar do momento em que os pais se separaram, pois eram muito pequenos. Em suas memórias, constavam apenas lembranças que os pais lhes contaram, ou referem lembranças de quando já eram mais velhos. Acrescentaram, ainda, saber apenas um lado da história que motivou a separação, ou seja, a versão contada por aquele que permaneceu com a guarda: “Na verdade eu não me lembro muito, foi quando eu tinha dois anos, eu sei a história que a minha mãe me contou” (P8, F, 24 anos, 2 anos no momento da separação). Apenas um participante, cujos pais se separaram quando adulto, disse ter descoberto por conta própria, sem dar muitos detalhes de como se deu essa descoberta “Eu descobri por conta mesmo” (P4, M, 23

anos, 22 anos no momento da separação.) Os jovens referiram ter presenciado várias brigas entre os pais, sendo que alguns disseram que a separação aconteceu, pois um dos cônjuges havia traído o outro, como ilustrado por P6: “...eu lembro bastante do pai e da mãe brigando na minha frente” (P6, F, 22 anos, 5 anos no momento da separação). A mesma participante ainda diz ter trauma de traição, uma vez que o divórcio dos pais se deu por este motivo.

Como a maioria dos participantes eram muito jovens quando os pais se separaram e não tiveram muito contato e convivência com a figura paterna, relataram que esses pais eram vistos como estranhos. Para esses jovens, o papel do pai era exercido por outro membro da família, ou era inexistente, como pode ser evidenciado por um dos participantes:

Eu sempre tive pessoas que fizeram o papel de pai pra mim, lá em (nome da cidade) eu tinha um tio que era casado com uma irmã da minha mãe e ele acabou ajudando na minha educação, aí depois que eu vim morar pra cá, aí eu morei com um tio também que morou comigo e com a minha mãe e que também foi ajudando, então essas duas pessoas fizeram mais o papel de pai assim, porque meu pai era meu pai mas não era um pai presente (P7, F, 22 anos, 1 ano e dois meses no momento da separação).

Dificuldades Percebidas

Os participantes relataram dificuldades diversas, que ocorreram em suas vidas, após a separação dos pais. Entre as dificuldades relatadas, encontraram-se as dificuldades de “se virar sozinho” e de entender o momento da separação. A insegurança também foi vista como uma das maiores dificuldades que um dos participantes passou após a separação dos pais. A falta da pensão também foi relatada por uma das participantes; porém, para outra, ela não foi vista como dificuldade, sendo o maior problema a falta do pai como uma figura paterna:

Financeiro não porque eu sempre tive o apoio do meu padrasto e da família dele, e nem pela parte da minha mãe mas ainda quando eu fui pedir pro meu pai me ajudar com a minha faculdade, eu mais pedi pra ele comparecer mais [...] agora emocional com certeza deixou marcas porque eu não falo com ele agora, então eu nunca fui atrás de ver isso mas acredito que eu guardo rancor, não quero falar com ele, não falaria com ele agora (P8, F, 24 anos, 2 anos no momento da separação).

Uma participante relatou que começou a arrancar os próprios cabelos devido à separação dos pais. Por ser muito apegada ao pai, entende que, em decorrência disso, tornou-se uma pessoa mais agressiva:

Eu comecei a mudar o meu jeito, tanto que naquela época eu comecei a arrancar o meu cabelo, eu nem percebia isso, eu cheguei num nível assim de ansiedade de que eu arrancava o meu cabelo mas não percebia, quando eu via já estava arrancando [...] então talvez foi pela separação mesmo, acho que por eu ser muito apegada no meu pai causou isso sabe eu acho que foi por causa disso (P3, F, 22 anos, 15 anos no momento da separação).

Sentimentos

A maioria dos participantes relatou ter aceito a separação dos pais. Para estes, essa ruptura foi vista como uma coisa boa que aconteceu em suas vidas, pois, eles relataram, havia muitas brigas entre os pais. Houve um sofrimento no começo, mas uma aceitação após entenderem que a separação era algo a agregar coisas boas em suas vidas.

Outros, porém, disseram ter sofrido um “baque” quando receberam a notícia. Sentimentos de raiva, mágoa, frustração, revolta e medo também foram relatados pelos participantes, exceto um deles que relatou não ter sentido tristeza pelo fato de não ter tido uma convivência com o pai: “Ah, sentimento de tristeza, essas coisas eu não tinha, porque eu não tinha convivência com ele. Então para mim ele não era o meu pai, ele era uma pessoa conhecida” (P7, F, 22 anos, 1 ano e dois meses no momento da separação). Ao contrário dos demais participantes, uma jovem relatou que o divórcio dos pais não significou tanto para ela no começo; porém, com o passar do tempo, ela pôde vivenciar alguns sentimentos relacionados a esse evento:

Acho que naquela época não significou tanto por eu não saber o que estava acontecendo, mas que com os passar dos anos isso veio trazendo à tona algumas coisas, teve uma época que eu fiquei bem transtornada assim, eu fiz carta pra ele dizendo que eu não queria que ele tivesse feito isso, devia ter os meus 11 pra 12 anos (P1, F, 21 anos, 2 anos no momento da separação).

Contato com os pais

A maioria dos participantes continuou residindo com a mãe, após a separação dos pais, exceto um participante já adulto que ficou morando com o pai e com a irmã. Logo após a separação, alguns reconheceram que houve um acentuado distanciamento daquele que não permaneceu com a guarda, com sérias repercussões na convivência familiar: alguns não queriam aproximações com o genitor que havia deixado a casa. Uma participante relatou que não tem contato com o pai por escolha própria, pois, hoje, entendeu que ele não quer aproximação. Então, já não insiste mais em procurá-lo. Foi a partir de uma conversa com o pai que teve a iniciativa do afastamento, pois percebeu que seu pai não havia se arrependido de tudo o que havia feito:

Eu só não consigo entender o porquê do afastamento do meu pai porque a relação que ele tinha era com a minha mãe [...] Teve uma coisa que eu conversei com o meu pai e foi ali que ele mostrou que ele não era uma pessoa legal ele me falou assim “traição acontece e que homem nunca fez?” Naquele momento eu vi que ele não tinha se arrependido, talvez ele sinta algo por mim mas ele nunca me ligou nem no meu aniversário nem nada desde que eu cortei laço com ele (P8, F, 24 anos, 2 anos no momento da separação).

No entanto, a maior parte dos entrevistados relatou ter uma boa convivência com os pais que não moram mais junto. Por mais desavenças que certos participantes tenham ainda com o pai, uma das participantes manifestou que “ainda que ele seja durão e difícil de lidar”, é um pai protetor e carinhoso: “Apesar dos pesares ele é bem protetor, ele sempre me

protegeu quando eu precisei, em questão a isso ele é nota dez” (P6, F, 22 anos, 5 anos no momento da separação). Outra participante disse ter se reaproximado mais do pai no período da adolescência.

Categoria 2: Reverberações da separação para o futuro do participante

Essa categoria mostra a visão que os participantes têm, atualmente, sobre a separação dos pais e sobre a influência que a separação pode acarretar em sua vida amorosa, casamento e filhos. Visa a investigar o processo de transmissão transgeracional, considerando-se os relacionamentos dos filhos enquanto adultos.

Visão da separação dos pais na adulez inicial

Ao ponderarem sobre a separação dos pais, no momento atual de suas vidas, quase todos os participantes relataram que a ruptura foi algo bom, pois como havia brigas ou traições no casamento de seus pais, tinham medo de que essas situações persistissem se os pais continuassem juntos. Compreendiam, também, a separação como um fato natural, atribuído à opção dos pais:

Eu acho que eu não sei, mas eu acho que foi bom sabe porque às vezes eu penso que se eles estivessem juntos a gente não seria uma família feliz, talvez o meu pai podia estar traindo a minha mãe e de repente ela não estaria feliz com isso, então eu acho que hoje eu vejo como bom sabe? (P1, F, 21 anos, 2 anos no momento da separação).

Contudo, houve um participante que se referiu à separação dos pais como se tivesse perdido uma pessoa. Nesse momento eliciou a mágoa que ainda sentia pela sua mãe: “Algo que aconteceu no decorrer da vida, só isso, é como você perder uma pessoa, é isso aí, mas é superado” (P4, M, 23 anos, 22 anos no momento da separação). Houve quem referiu que preferia ver os pais separados, pois percebia que a mãe não estava feliz com a relação: “Hoje eu acho que foi melhor assim porque meu pai é alcólatra também e brigava muito com a minha mãe” (P5, 18 anos, 1 ano no momento da separação). Os participantes referiram que não seria justo os pais terem ficado juntos só por conta dos filhos.

A maioria dos pais separados já têm outras famílias, e os participantes se sentem aceitos por essa. Outros dizem que têm um bom relacionamento, tanto com a nova família do pai, quanto com a nova família da mãe, e que todos eles mantêm uma boa convivência. Houve, ainda, quem relatou que acharia estranho se os pais não fossem separados, pois se acostumou a não ter a presença do pai por perto.

Influência na vida amorosa/casamento/filhos

De maneira geral, os jovens referiram que a separação dos pais não influenciou em nada na sua vida amorosa. Uma das participantes relatou não ter presenciado brigas e discussões dos pais, porque era ainda bebê, mas alega que, inconscientemente, sabe que, de

alguma forma, influenciou. Observou-se uma controvérsia naqueles que disseram que não há influência na vida amorosa, mas, em outros momentos da entrevista, relataram ter outra visão sobre os namoros por conta do que presenciaram, dentro de casa, com a separação dos pais.

Sobre aqueles que disseram perceber essa influência, há quem diga que influenciou na hora de escolher o seu parceiro, porque não podia ser qualquer pessoa, ou seja, buscava por alguém que também quisesse algo duradouro. Foi relatado, também, o medo de ser traído(o), em decorrência da infidelidade presenciada no casamento dos pais. Outra participante relatou que percebe essa influência pelo fato de já ter passado por vários namoros e nenhum ter longa duração: “Meu primeiro namoro durou 2 anos, mas geralmente é assim, quando eu vejo que passa de 1 ano eu caio fora, talvez seja por causa disso” (P8, F, 24 anos, 2 anos no momento da separação).

Alguns relataram que, antes da separação dos pais, tinham uma visão de que o casamento era “para sempre” e, depois da separação, essa ilusão evaporou-se e deu lugar à frustração. Acerca do casamento, alguns participantes o consideravam algo bom e pretendiam casar-se independentemente de se iria dar certo, ou não: “Olha eu quero casar, apesar de todo mundo falar que isso é uma loucura eu quero, ah sei lá, eu quero ter uma família e quero ter filhos também, eu pretendo casar” (P2, F, 19 anos, 12 anos no momento da separação). Nesse sentido, houve quem falou querer casar-se porque o casamento envolve companheirismo e amizade, um ajuda o outro. Porém, outros participantes disseram que não querem casar-se, alegando que o sonho de igreja e vestido de noiva foi embora junto com a separação dos pais.

Em relação a ter filhos, uma participante relatou que deseja ser mãe porque se baseia na história da mãe que, mesmo sozinha, conseguiu criar os seus filhos. Uma participante relatou querer ter uma “penca” de filhos, dizendo que a separação dos pais não influenciou em nada no desejo de casar-se e construir uma família. “Quero ter uma penca, uns doze (risos) eu não deixo levar o que aconteceu com eles em relação a minha decisão de ter filhos” (P6, F, 22 anos, 5 anos no momento da separação).

Discussão

Como podemos perceber, nos resultados, o divórcio pode ser visto como um alívio, ou como uma perda, como se a pessoa estivesse vivenciando um luto por um projeto de vida que foi construído dentro da família e que está sendo interrompido (GONZAGA, 2005). A separação dos pais provoca repercussões importantes nos filhos, mas nem todas são catastróficas, ou traumáticas. Ambientes em que existem muitos conflitos conjugais não são benéficos para nenhum membro da família, principalmente para os filhos. Nos resultados, muitos dos participantes relataram que existiam brigas no ambiente familiar antes da separação dos pais e que eles sofriam com os conflitos conjugais. Nesse sentido, a separação se constituiu em algo positivo, por trazer a possibilidade de que os pais e toda a família pudessem ser felizes, vivendo outras configurações.

Nesse estudo, as separações se deram em várias idades dos participantes, mas a grande maioria era de tenra idade. Suas consequências foram percebidas como diferentes

dos participantes cujos pais se separaram quando já estavam maiores. Os participantes P1, P2, P5, P6, P7 e P8, cujos pais se separaram quando ainda eram crianças, demonstraram ter sentido mais tristeza e mágoa dos que tiveram os pais separados na adolescência. Estes últimos referiram já compreender o porquê da separação, o que minimizou o seu sofrimento.

Da mesma maneira em que ocorre com os adultos separados, para os filhos, a reorganização e reestruturação da vida e de sentimentos também levam tempo. Na construção de um novo rumo, mesmo quando tudo já se ajustou, o filho manifesta o desejo de ter o pai de volta, morando em casa. A tristeza, angústia e medo são sentimentos extremamente fortes e, quando não escoam suficientemente pela expressão verbal, podem surgir como sintomas físicos e alterações de conduta (TOMASZEWSKI, 1997). Isso foi demonstrado por uma das participantes que começou a arrancar os próprios cabelos devido à separação dos pais.

Quando a separação estiver bem definida, e a convivência entre os ex-cônjuges for mantida de forma amigável, compartilhando a educação dos filhos, estes conseguem compreender de maneira satisfatória a decisão dos pais de não mais viverem juntos (TOMASZEWSKI, 1997). Esse aspecto foi observado no relato dos participantes, uma vez que muitos validaram a separação e entenderam que foi necessária. Muitas pais recasaram-se após a separação, sendo que a maior parte dessas se respeita e convive bem entre si e, conseqüentemente, os filhos também vivem em harmonia.

Segundo Grzybowski (2011) ainda que o vínculo conjugal não seja para sempre, o vínculo parental o será. Portanto, por mais que existam ex-maridos, ou ex-esposas, nunca existirá um ex-pai, ou uma ex-mãe. Essa é uma das maiores dificuldades do divórcio, a diferenciação da conjugalidade (ser marido e mulher) e da parentalidade (ser pai e mãe), na medida em que a intensidade dos conflitos entre os cônjuges reverbera no modo como os pais exercem seu papel parental. Na maioria das vezes, são as mães que ficam com a guarda dos filhos e comumente os pais se afastam (ALVES; ARPINI; CÚNICO, 2014). Isso foi visto pelos participantes da pesquisa, na qual quase todos vivem com a guarda materna, mas eles sentiram um afastamento acentuado do pai que não mais está presente.

Essa ausência paterna, seja ela física, ou emocional, também pode ser percebida pelos filhos de formas diferentes. O modo como um filho sente a ausência paterna implicará em diferentes repercussões no seu desenvolvimento, de modo geral, percebidas como negativas, visto a importância do papel paterno no desenvolvimento de crianças e adolescentes (COLOSSI; DAMINIANI, 2015). Algumas das participantes que tiveram a figura paterna ausentes relataram essa ausência como dolorosa no começo, e pontuaram que o sentimento de tristeza deu lugar ao de raiva e mágoa.

É importante destacar que os impactos da ausência paterna, para o desenvolvimento dos filhos, variarão conforme os recursos emocionais, a rede de apoio e o manejo dos membros da família (COLOSSI; DAMINIANI, 2015). A rede de apoio dos participantes, após a separação dos pais, foi de extrema importância para que eles não se sentissem fragilizados e abandonados, sendo o maior apoio vindo da família em geral, e principalmente, da mãe.

O conceito de transgeracionalidade ajuda a entender o impacto da separação dos pais no relacionamento atual dos participantes adultos. Uma vez que todo o indivíduo se insere

em uma história preexistente, é natural que a vivência de sua família de origem influencie na sua identidade individual e nas suas escolhas futuras (FALCKE; WAGNER, 2004).

Mesmo quando os filhos se tornam adultos e decidem exercer exatamente o oposto do que seus pais já vivenciaram, é comum que essa busca pelo adverso acabe por fortalecer, na prática, a dinâmica familiar anterior que, teoricamente, se quer evitar. Muitos participantes disseram que não havia influência do divórcio dos pais em seus relacionamentos; porém, quando questionados sobre casamentos e filhos, alguns disseram que não querem casar-se pelo fato de que o sonho de casamentos, vestido de noiva e “felizes para sempre” foi embora junto com a separação dos seus pais (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).

Apesar da influência transgeracional, isso não significa que os filhos estejam fadados a repetirem os relacionamentos dos seus pais. O desenvolvimento de um processo de separação-individação saudável da família de origem, junto com a compreensão do funcionamento dessa família, permite que os jovens desenvolvam um padrão conjugal diferenciado quando iniciem um novo relacionamento (FALCKE; MOSMANN; WAGNER, 2004). Os participantes argumentaram que, depois que cresceram e conseguiram entender o porquê da separação dos pais, apresentaram um olhar diferenciado acerca da separação, resultando assim numa aceitação e maturidade sobre os fatos que ocorreram.

Considerações Finais

A partir dos resultados, pode-se constatar que os filhos sofrem repercussões diretas em suas vidas devido à separação dos pais. Além de ser um momento doloroso, especialmente em decorrência da falta da figura paterna ao longo do desenvolvimento, pode-se perceber que a separação dos pais tem influência nas escolhas dos parceiros e relacionamentos amorosos dos filhos. Apesar disso, os filhos percebem o divórcio como uma transformação que traz novas possibilidades para eles e para os pais, permitindo à família ser feliz sob outras configurações.

É necessário ressaltar que esse estudo possui algumas limitações. Por se tratar de um estudo qualitativo e com número reduzido de participantes, os resultados não podem ser generalizados. É importante pontuar que, dentre todos os participantes, apenas um era do sexo masculino, adulto, e vivia numa família com guarda paterna, enquanto todos os demais eram do sexo feminino e ficaram com a guarda materna após a separação. Assim, uma amostra composta por um número igualitário de participantes masculinos e femininos, com maior diversidade de idade e/ou que tivessem maior igualdade entre a guarda paterna e a materna, após o divórcio, poderia ter encontrado outros resultados.

Referências

ALVES, A. P.; ARPINI, D. M.; CÚNICO S. D. O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. **Psicologia e Argumento**, v. 32, n. 79, Supl. 1, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAPTISTA, M. N.; CARDOSO, H. F.; GOMES, J. O. Intergeracionalidade familiar. In. BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção** (p. 16-26). Porto Alegre: Artmed 2012,

COLOSSI, P. M.; DAMIANI, C. C. A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. **Pensando famílias**, vol. 19, n. 2, 2015.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In.: WAGNER, A. **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares (p. 25-45). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.

FALCKE, D.; WAGNER, A.; MOSMANN, C. P. Passando a história a limpo: o impacto das experiências da família de origem na conjugalidade. In WAGNER, A. **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares (p. 67-78). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2004.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.11, n.2, 1998.

GONZAGA, J. C. **Os Filhos na Separação dos Pais**: Uma Visão Psicológica. Monografia. Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro 2005.

GOULART, V. R. **Conflitos Conjugais**: Perspectivas dos Filhos. Porto Alegre, 2012. 84 f. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia.

GRZYBOWSKI, S. L. Ser Pai e Ser Mãe: Como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In. WAGNER, A. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**: Pesquisas e Reflexões (p. 112-122). Porto Alegre: Artmed, 2011.

LINS, D. R. T.; MOURA, G. C.; SANTOS, N. F.; SANTOS, R. C. L. Avaliação Inter e Transgeracional da Família. **Ciências Humanas e Sociais**, v.3, p.61-72, 2016.

MOSMANN, C.; WAGNER. A Promoção da qualidade conjugal como uma estratégia de proteção dos filhos. In. FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e Família**: Permanências e Rupturas (p. 169-176), São Paulo, 2010.

TOMASZEWSKI, A. DE A. O dano moral no âmbito do direito de família: filhos de pais separados. **Scientia Iuris**, v. 1, p. 189-214, 1997.

AS CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PERFIL DA VÍTIMA ATRAVÉS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIAS

THE CHARACTERISTICS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE PROFILE
OF THE VICTIM THROUGH BULLETINS OF OCCURRENCES

Silvane Fabrine dos Santos Silva¹; Felipe Biasus²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: silvane.psico@gmail.com

² Professor do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: febiasus@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa buscou descrever a violência contra a mulher e o perfil das vítimas, por meio dos registros presentes nos Boletins de Ocorrências (BO) registrados, nos três primeiros meses do ano de 2017, em uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) da cidade de Erechim-RS. Seguiu um delineamento de pesquisa quantitativa-qualitativa, do tipo documental, exploratória e descritiva. Foram analisados 257 BOs referentes ao primeiro trimestre de 2017, a partir dos quais foi possível caracterizar o tipo de violência sofrida e o perfil de vítima mediante as descrições encontradas naqueles documentos. Os resultados apontam para vítimas de faixa etária adulta, entre 21 e 50 anos, com baixa escolaridade, e que, na maioria são vítimas de violência cometida por pessoa conhecida, em geral companheiro ou ex-companheiro. Embora residentes em mais de 45 localidades do município, o bairro-centro apresenta o maior número de registros, tendo o final de semana como os dias com maior número de ocorrências registradas. Concluiu-se que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública, a qual ocorre, principalmente, no convívio familiar. Ao se conhecer essa realidade por meio dos dados pesquisados, pode-se pensar em intervenções para coibir esse tipo de violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência doméstica. Boletim de Ocorrência.

Abstract: The present research aimed to describe the violence against women and the profile of the victims through the registers present in the Bulletins of Occurrences (BO) registered in the first three months of 2017 in a Specialized Police Station for Women's Assistance (DEAM) in the city of Erechim-RS. A quantitative-qualitative, documentary, exploratory and descriptive research design was followed. We analyzed 257 BOs referring to the first quarter of 2017, from which it was possible to characterize the type of violence suffered and the victim profile through the descriptions found in those documents. The results point to

victims of the adult age between 21 and 50 years old, with low schooling, and who are mostly victims of violence committed by a known person, usually a companion or former companion. Although residents in more than 45 localities of the municipality, the neighborhood center presents the largest number of records, taking the weekend as the days with the highest number of recorded occurrences. It was concluded that violence against women is a public health problem, which occurs mainly in family life. By knowing this reality through the data researched, one can think of interventions to prevent this type of violence.

Keywords: Violence against women. Domestic violence. Bulletin of Occurrence.

Introdução

A violência doméstica é um fenômeno presente na sociedade há muito tempo. Nesse complexo fenômeno, encontra-se a violência dirigida à mulher, sendo constante e recorrente. Ela normalmente é praticada por parceiros íntimos. Portanto, é um problema de segurança pública e de justiça, considerado, também, como problema de saúde e de direitos humanos, estando como uma das prioridades para a Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1996 (SOUZA; NOGUEIRA; GRADIM, 2013).

Para Neves (2010), a violência retrata a diferença em uma relação hierárquica de desigualdade, a qual tem como objetivo controlar, dominar e oprimir, e que vai se perpetuar a partir do silêncio e passividade da vítima. É uma relação de poder, pois um lado precisa manter-se submisso, enquanto o outro sujeito domina, estabelecendo-se uma relação de força em que um lado se caracteriza pela dominação enquanto o outro pela “coisificação”.

A violência doméstica é todo comportamento dominante e destrutivo, praticado no ambiente doméstico e familiar, manifestando-se em diversas ocasiões e de diferentes maneiras, tais como: psicológica, física, ou sexual (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013). Ainda, Gomes, Minayo e Silva (2005, apud ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013) referem que esse tipo de violência causa mais mortes em mulheres, de 15 a 44 anos, que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras. As formas de agressões são as mais variadas; entre elas, estão estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e assassinatos.

Mesmo existindo diferenças entre os tipos de violência, Silva, Coelho e Caponi (2007) enfatizam que há um entrelaçamento e que a violência psicológica geralmente evolui para a violência física. Ainda de acordo com as autoras, a “principal diferença entre violência doméstica física e psicológica é que a primeira envolve atos de agressão corporal à vítima, enquanto a segunda forma de agressão decorre de palavras, gestos, olhares a ela dirigidos, sem necessariamente ocorrer o contato físico” (p. 98).

O conceito de violência contra a mulher foi gerado pelo movimento feminista há, aproximadamente, vinte anos. Surge de análises e reflexões sobre as diferentes formas de violência sofrida pela mulher, como: violência física, violência sexual, assédios sexual e moral, assassinatos, abusos emocionais, espancamentos, prostituição forçada, violência étnica e racial, mutilação genital, impedimentos ao trabalho e estudo, entre outros (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Ainda, de acordo com os mesmos autores, a violência

conjugal está intimamente ligada à violência contra as mulheres, e passou a ter visibilidade na década de 80 também com o surgimento do movimento feminista e com as pesquisas de violências dentro dos lares.

Ao longo dos anos, diante dos avanços femininos, a cultura do patriarcado vem sofrendo muitos abalos, devido à inserção da mulher em lugares que, antes, eram considerados somente masculinos. Esses avanços dão às mulheres instrumentos para se empoderarem e lutarem por maior autonomia. O empoderamento é preciso ser compreendido no individual e no coletivo, devido ao reconhecimento das limitações sociais e da necessidade de reverter essas situações, mediante educação não sexista, inserção da mulher em cargos de poder e nos contextos individuais, com aumento da autoestima e autonomia, tanto dentro do lar, como fora dele (CORTEZ; SOUZA, 2008).

Segundo Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 96) o Ministério da Saúde e pesquisadores engajados nessa temática, dividiram a violência doméstica em:

Violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas: (hemorragias, fraturas), externas (cortes, hematomas, feridas) ...

Violência sexual é toda a ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução), ou do uso de armas ou drogas...

Negligência é a omissão de responsabilidade, de um ou mais membros da família, em relação a outro, sobretudo, com aqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição específica, permanente ou temporária.

Violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio.

No ano de 2006, houve um marco histórico na luta contra a violência doméstica praticada contra a mulher: a criação da Lei número 11340/2006, também denominada Lei Maria da Penha, a qual tem como objetivo prestar proteção à mulher, vítima de violência, e punir os agressores, possibilitando a figura do “flagrante”, e com prisão preventiva decretada, além de aumentar as penas.

Por essa lei, todo caso de violência doméstica contra a mulher é considerado crime, passando por inquérito policial, e remetido ao Ministério Público. A lei possibilita que o agressor seja preso em flagrante, ou tenha sua prisão preventiva decretada quando ameaçar a integridade física da mulher. São incluídas medidas de proteção para a mulher e espera-se o afastamento do homem do ambiente familiar. Esta lei entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, recebendo o nome de “Lei Maria da Penha”. Também, foram criados serviços específicos voltados para o enfrentamento do problema, como as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM) (NOBRE; BARREIRA, 2008 apud ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013, p.64).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) tiveram seu início nos anos 70/80 por meio das lutas feministas. Nessa época, os homens que eram levados a julgamento, eram defendidos pelo princípio da “legítima defesa da honra”. Em agosto de 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa a Mulher (DDM), na cidade de São Paulo. Em 1995, foram criados os Juizados Especiais Criminais (JECrim), para as quais eram encaminhadas infrações penais de menor potencial, como lesão corporal leve, ameaça e casos de violência doméstica, quando era realizada para audiência de conciliação e julgamento, sendo, então, crimes mediados e não mais investigados. Com a criação da Lei Maria da Penha em 2006, os casos de violência doméstica contra a mulher, foram retirados dos JECrims os casos de violência doméstica, passando para a DEAM a responsabilidade de investigar os casos (SOUZA; CORTEZ, 2014).

Compreender os danos, causados pela violência doméstica às mulheres, vai para além de um problema de justiça e segurança: passam a ser um problema de saúde. Trata-se de cuidar do indivíduo na sua integralidade, conforme princípios e modelo de ação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois a violência vivenciada pela mulher deixa marcas físicas e consequências psicológicas (SOUZA; NOGUEIRA; GRADIM, 2013).

Diante da perspectiva apresentada, esta pesquisa teve como objetivo descrever a realidade da violência contra a mulher e o perfil das vítimas no município de Erechim/RS a partir dos Boletins de Ocorrência (BO¹), disponíveis na DEAM, e registrados no período de janeiro a março de 2017.

Material e Métodos

A pesquisa seguiu um delineamento de pesquisa quantiqualitativa, do tipo documental, exploratória e descritiva. Seu desenvolvimento foi consentido pela delegada responsável pela DEAM, e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da URI - Campus Erechim, conforme Parecer de nº 2.410.072.

A pesquisa foi realizada no município de Erechim/RS, a partir dos boletins de ocorrências (BOs) disponíveis na DEAM, referentes aos meses de janeiro a março de 2017. A escolha pelos boletins de ocorrências (BOs), para constituir os dados da pesquisa, levou em consideração o fato desse procedimento policial ser o que reúne vários elementos do ocorrido, como dados da vítima, do acusado e a descrição do fato. Por se tratar de documentos restritos, os dados oferecidos pelos BOs foram coletados na Delegacia, no período de fevereiro de 2018 a junho de 2018.

Foram coletados e agrupados 257 BOs, referentes aos meses de janeiro a março de 2017. Não foram incluídos nesse total os BOs em que a vítima não era mulher, os que não aconteceram na cidade de Erechim (somente foram registrados nesse município), e os que tinham duplo registro (em que a pessoa era vítima e acusada), uma vez que tais BO não atendiam ao objetivo da pesquisa. Os dados coletados foram organizados em tabelas por idade, bairro de residência, raça, escolaridade, tipos de violências que apareceram nos BOs, dentre outras características importantes para traçar o perfil da vítima e o da violência cometida sobre elas.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentam informações relacionadas a qualquer tipo de violência praticada contra as mulheres, não somente as agressões praticadas por parceiros. Mediante análise dos 257 BOs, verificou-se que algumas vítimas registraram mais de um, perfazendo um total de 232 vítimas. Embora um número importante para um período de 3 meses, especula-se que, ainda, não representa todos os casos de violência doméstica praticadas contra a mulher no município de Erechim, uma vez que muitos não chegam à DEAM.

A Tabela 1 descreve a localização de residência das vítimas, que são moradoras de 50 bairros/localidades diferentes. Os bairros/localidades descritos na Tabela foram os que mais tiveram números de vítimas, sendo que o Centro é o local que mais apareceu, com 43 vítimas; em segundo lugar, o bairro Cristo Rei, com 13 vítimas. Olhando para os resultados, infere-se que as vítimas que residem no Centro podem ter maior facilidade em se deslocar até à DEAM, bem como entendimento de que é preciso registrar a violência sofrida.

Tabela 1 - Bairros/localidades onde se encontra maior número de vítimas que denunciaram a violência contra a mulher

Bairro	Nº de Vítimas
Centro	43
Cristo Rei	13
Presidente Vargas	12
Progresso	12
Três Vendas	12
Outros*	140

*Corresponde a 45 bairros/localidades.

A Tabela 2 apresenta o perfil das vítimas. Nela podemos observar que a faixa de idade, com maior número de vítimas, é dos 21 aos 30 anos, com um total de 67 mulheres que sofreram algum tipo de violência. Quanto à raça, 201 mulheres se declararam brancas, e do total de mulheres que denunciaram a violência doméstica; 117 delas têm somente o Ensino Fundamental.

Observa-se que a violência contra a mulher é algo que faz parte das diversas classes sociais, independentemente da idade, raça, profissão, ou escolaridade. Porém, apresenta-se de forma mais acentuada com as mulheres que apresentam um nível de escolaridade mais baixo e que, conseqüentemente, por não possuírem uma ocupação fora do lar, ou por terem uma profissão que tem uma remuneração mais baixa e dependem, financeiramente, dos seus companheiros.

De acordo com a ocupação das vítimas encontradas nos BOs, aquelas que estão desempregadas somam um total de 24 mulheres, seguido por 19 mulheres que se auto-

intitulam “do lar”. As demais profissões que contêm um número significativo, são profissões que não requerem uma escolaridade elevada, e sua remuneração é considerada baixa. Foram encontradas, nos registros de BOs, diversas profissões como médica veterinária, fisioterapeuta, frentista, esteticista, dentre outras profissões, mas o número de vítimas relacionadas, às demais, foi baixo e, em 81 BOs, não constava a profissão da vítima.

Tabela 2 - Perfis das vítimas encontrados nos Boletins de Ocorrências em Erechim/RS, primeiro trimestre de 2017

Idade	Nº de Mulheres	%
13 - 20	19	7,3
21 - 30	67	26
31 - 40	53	20,6
41 - 50	50	19,5
51 - 60	21	8,1
61 - 70	15	5,8
71 - 84	7	2,7
Raça		
Branca	201	78,2
Mulata	21	8,1
Parda	4	1,5
Preta	5	1,9
Não consta	1	0,3
Escolaridade		
Ensino Fundamental	117	45,5
Ensino Médio	66	25,6
Semi-alfabetizada	24	9,3
Ensino Superior	20	7,7
Não consta	3	1,1
Não Alfabetizada	2	0,7
Ocupação		
Não consta	81	31,5
Outros*	70	27,2
Desempregada	24	9,3
Do lar	19	7,4
Auxiliar de limpeza	15	5,8
Aposentada	12	4,7
Auxiliar de produção	11	4,2

Nota. *Outros refere-se à soma total de 32 profissões.

A Tabela 3 apresenta as características da violência contra a mulher. É importante salientar que, em alguns BOs, estava registrado mais que um tipo de violência sofrido pela vítima. Percebe-se que a violência mais praticada contra a mulher é a ameaça, com 131 casos registrados. Em seguida, encontram-se os registros de lesão corporal, vias de fato, e violência doméstica, que podem ser contabilizados juntos, pois partem da característica de que houve agressão física contra a mulher. Dessa forma, verificaram-se 126 registros de agressões físicas contra as vítimas. Nos BOs analisados, a violência mais frequente praticada contra a mulher é a violência psicológica, a qual é descrita na Lei Maria da Penha por condutas de controle sobre a vítima, ameaça, perseguição, constrangimento e humilhação. A Lei se remete ainda aos impactos que este tipo de violência gera sobre as vítimas, tendo como consequências danos à saúde emocional e a autoestima (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Ainda na Tabela 3, encontra-se descrito a relação da vítima com o agressor, na qual, dos 257 BOs pesquisados, 207 foram praticados por alguém com quem a vítima já se relacionou, ou se relaciona amorosamente, como maridos, namorados e ex companheiros. Dos 50 registros restantes, 40 foram praticados por alguém que pertence ao grupo familiar da vítima (pai, mãe, irmãos, cunhados, etc), sendo apenas 10 BOs registrados com o acusado sendo do convívio externo da vítima, ou desconhecido.

A partir desse estudo, verifica-se que o maior número de violência contra a mulher é cometido por seus parceiros, ou ex-parceiros. Segundo Heise (1993, apud BRASIL, 2002, p. 7) foram realizados estudos em alguns países onde se verificou que, em um, a cada quatro casais, os maridos, ou companheiros cometiam algum tipo de violência contra suas esposas. A partir desses dados, infere-se que a violência nas relações de casais assume um caráter endêmico.

Segundo Gomes et al. (2015), dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que a violência praticada por parceiro íntimo é a que apresenta maior frequência, atingindo 30% das mulheres. Todos os dias, 38.020 mulheres são vítimas de agressão no Brasil, e destas, 71% moram com o agressor. Ainda, por meio dos registros de 2016, do Ligue 180, do total de registros atendidos, a violência doméstica e familiar somou-se 86,07%. E, em 65,91% das ocorrências, os agressores têm, ou tiveram algum vínculo afetivo com a vítima, como maridos, namorados, ex-companheiros, ou amantes (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2016).

Estudos populacionais e em serviços indicam maior risco de agressão às mulheres por parte de pessoas próximas, como parceiros e familiares, do que por estranhos. Apresentam também um padrão centrado na violência doméstica, sendo o parceiro ou ex-parceiro o agressor em aproximadamente 77,6% dos casos registrados. (SCHRAIBER et al. 2002, p. 471).

A violência contra a mulher estaria associada às relações de poder e desigualdade no espaço doméstico. O espaço que seria ligado à família, segurança, companheirismo, passa a ser local de conflitos e violências em virtude da imposição de poder do agressor (COUTO, 2006).

Tabela 3 - Características gerais da violência contra a mulher no município de Erechim, referente ao primeiro trimestre de 2017

Tipo de Violência*	Nº de BOs	%
Ameaça	131	51
Lesão corporal	77	30
Injúria	41	16
Vias de fato	29	11,2
Perturbação da tranquilidade	21	8,2
Violência doméstica	20	7,7
Dano	8	3,1
Disparo de arma de fogo	5	1,9
Difamação	5	1,9
Desobediência	4	1,5
Estupro	2	0,7
Tentativa de homicídio doloso	2	0,7
Relação da Vítima com o agressor		
Ex-Marido/Companheiro	99	38,5
Marido/Companheiro/Noivo	93	36,2
Filho(a)	21	8,1
Ex-Namorado/Ficante	10	3,8
Namorado	5	1,9
Pai	4	1,5
Irmão	4	1,5
Cunhado(a)	3	1,1
Desconhecido	3	1,1
Não consta	3	1,1
Mãe	2	0,7
Sogro	2	0,7
Tio	2	0,7
Amigo da mãe	1	0,4
Chefe	1	0,4
Ex-amigo	1	0,4
Genro	1	0,4
Sobrinha	1	0,4
Vizinho	1	0,4
Uso de Drogas/Álcool		
Não consta	208	81
Sim	49	19

*Verificou-se mais de um tipo em cada BO.

Quanto ao uso de álcool, ou de outras drogas no momento do ocorrido, dos 257 registros somente 49 relatam o fato do acusado estar sob efeito de alguma substância. Percebe-se um número baixo de uso de álcool, ou de outras drogas. Porém, é importante salientar que, nos registros, as vítimas se detêm mais em caracterizar a violência sofrida do que descrever se o acusado fazia uso de alguma substância no momento. Segundo Vieira (2014), as taxas de agressões contra as mulheres são mais altas quando os agressores fazem consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

O uso do álcool faz com que aconteça um aumento na agressividade em situações de conflitos interpessoais, familiares, ou outros. O consumo exagerado ocasiona mudanças de humor, o que reflete, negativamente, na relação conjugal, aumentando as discussões e

consequentemente, contribuindo para situações de violências entre o casal. Diante disso, percebe-se que, na relação conjugal, ou familiar, quando um dos membros faz uso abusivo do álcool, há uma fragmentação nas relações (VIEIRA, 2014).

Para caracterizar melhor a violência contra a mulher, utilizou-se a Tabela 4, em que se descrevem o dia de maior ocorrência na semana, e os horários. Percebe-se, pela Tabela, que o sábado se destaca com mais ocorrências, seguido pela segunda e domingo, decaindo o número nos outros dias da semana. Porém, há pouca diferença na quantidade das ocorrências registradas durante a semana. O horário de maior incidência é o período das 18hs às 23hs, com 111 ocorrências.

Tabela 4 - Frequência dos registros da violência contra a mulher em relação a dia e horário

Dia da Semana	Nº	%
Domingo	39	15,1
Segunda-feira	41	16
Terça-feira	34	13,2
Quarta-feira	37	14,4
Quinta-feira	30	11,7
Sexta-feira	33	12,8
Sábado	43	16,7
Horário		
00h às 05h	25	9,7
06h às 12h	69	26,8
13h às 17h	52	20,2
18h às 23h	111	43,3

A violência contra a mulher traz consequências físicas e psicológicas, maiores índices de suicídios, distúrbios gastrointestinais, sofrimentos psíquicos, abusos de álcool e de outras drogas. No Sistema de Saúde são queixas vagas. Em relação à saúde sexual, a violência associa-se a DSTs, como a síndrome da imunodeficiência humana adquirida (AIDS), além de dores pélvicas crônicas, doenças inflamatórias e gravidez indesejada (SCHRAIBER, 2002).

Segundo Lyon (1997, apud BRASIL, 2002), as mulheres vítimas de violência são as que apresentam maior frequência de problemas relacionados à saúde física e mental. Também têm maiores chances de ter vários relacionamentos e parceiros que as proibam de estudar, ou trabalhar.

Considerações Finais

A partir dessa pesquisa, podem-se delinear as características da violência contra a mulher no município de Erechim/RS, referente ao primeiro trimestre de 2017, podendo também caracterizar o perfil da vítima. Possibilita assim, construir um entendimento acerca dos significados da violência contra a mulher.

Conhecer que a maioria dos casos acontece no âmbito familiar, e é perpetrada por companheiros íntimos, amplia a reflexão para projetos que tenham como objetivo trabalhar a saúde da família. Bem como programas e projetos que possam oferecer espaço para ações coletivas e psicoeducativas com as mulheres das faixas etárias de maior incidência. Outra possibilidade refere-se a abrir espaços para projetos com o agressor, nos quais se compreendam os riscos para homens e mulheres de agredirem e serem agredidos.

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e necessita de profissionais qualificados que façam o atendimento das vítimas, para que elas se sintam acolhidas e apoiadas, podendo, assim, estabelecer-se um vínculo. Outra possibilidade de atuação refere-se à manutenção de visitas domiciliares periódicas para acompanhamento dos casos. Em casos em que as mulheres continuam convivendo com o agressor, que se possam sugerir atendimentos psicológicos tanto individuais como de casal, ou família.

Muito embora os resultados apresentados nessa pesquisa correspondam a três meses do ano de 2017, acredita-se que possam contribuir com projetos que visem a coibir a violência contra a mulher. Destaca-se, também, a importância de estudos mais abrangentes, que tenham como recorte um período maior de tempo e que possam analisar, dentre outros fatores, quantos boletins de ocorrências foram representados, ou seja: foi dada sequência jurídica pela vítima, bem como daqueles que não foram; o motivo para desistir da representação, uma vez que tal situação pode caracterizar um estágio do ciclo da violência.

Notas

¹Boletim de ocorrência (BO) “é o documento utilizado pelos órgãos da Polícia Civil para o registro da notícia do crime, ou seja, aqueles fatos que devem ser apurados através do exercício da atividade de Polícia Judiciária” (POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2000, p. 73).

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Cadernos de atenção básica nº 8. Brasília. 2002.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COUTO, M.T. et al. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1323-1332, 2006.

GOMES, V. L. O. et al. Violência doméstica contra a mulher: representações de profissionais de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 23, n.4, p.718-724, 2015.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA R. L.S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 256-266, 2015.

NEVES, A. S. et al. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Polícia Judiciária**. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2000.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, Canoas, n.24, p. 95-104, dez. 2006.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Ministério dos Direitos Humanos. **Balço anual 2016**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2016.

SILVA, L. L., COELHO, E. B. S., CAPOANI S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** v.11, n. 21, p. 93-103, 2007.

SOUZA, L. & CORTEZ, M B. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 621-639, 2014.

SOUSA, A. K. A. de; NOGUEIRA, D. A.; GRADIM, C. V. C. Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil. **Cad. saúde colet.**, v.21, n.4, p.425-431, 2013.

VIEIRA, L. B. et al. Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. **Rev Bras Enferm**, v. 67, n.3, p.366-372, 2014.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013.

ESTUDO DA PERSONALIDADE DE HOMICIDAS PASSIONAIS POR MEIO DO MÉTODO DE RORSCHACH

STUDY OF PERSONALITY OF PASSIONAL MURDERERS BY THE RORSCHACH
METHOD

Katiê Paula Caumo¹; Fernanda Grendene²

¹Psicóloga egressa do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: katie@unochapeco.edu.br

²Professora do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: fegrendene@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste estudo é avaliar as características de personalidade de homicidas passionais. Participaram três homens, entre 33 e 63 anos de idade, detentos de uma penitenciária no interior do estado de Santa Catarina. No momento da pesquisa, todos cumpriam pena no regime semiaberto. Realizou-se um estudo de casos múltiplos, com três casos e foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, uma entrevista semidirigida e o Método de Rorschach (Sistema Compreensivo). Os dados foram analisados com base nas variáveis do Rorschach: relacionamento interpessoal, sentimentos de culpa e autocrítica, impulsividade, autopercepção e traços narcísicos e capacidade de suportar conflitos. Os resultados indicaram um comprometimento na conformação da identidade, na capacidade de estabelecer vínculos e constituir relações com qualidade empática, distorção do outro e da própria imagem, impulsividade, ausência de autocrítica e culpa.

Palavras-chave: Homicidas passionais. Método de Rorschach. Personalidade.

Abstract: The aim of this study was to evaluate the characteristics of homicidal passionate personality. Three men, between 33 and 63 years of age, inmates in a prison in the state of Santa Catarina participated. At the time of research both serving sentences in semi-open regime. This paper discusses three case studies and was used as tools for data collection and a semi-directed interview and method Rorschach (Comprehensive System). Data were analyzed using the variables, interpersonal relationships, feelings of guilt and self-criticism, impulsivity, self-perception and narcissistic traits and ability to support conflict. The results indicated an involvement in the shaping of identity in the ability to bond and build relationships with empathic quality. Distortion and other image itself, impulsivity, lack of self-criticism and guilt.

Keywords: Passionate murderers. Rorschach method. Personality.

Introdução

Segundo o Ministério da Justiça, (2011), a partir da década de 1980, observou-se um aumento considerável da criminalidade no Brasil, demarcada por uma das mais altas taxas de homicídios do mundo. O total de pessoas assassinadas no Brasil, entre os anos de 1980 e 2006, aproxima-se de 900 mil. Tais dados revelam que a violência letal é, hoje, uma questão que demanda com urgência respostas governamentais imediatas e efetivas, por constituírem um dos problemas públicos que mais impactam a sociedade brasileira.

Não existe a possibilidade de explicar um ato criminoso, como o homicídio, com apenas uma única visão. Trata-se de algo complexo e, nesse sentido, é importante o entendimento dinâmico dos aspectos psicológicos dos sujeitos, pois este permite que se obtenha uma visão global de características de personalidade, contribuindo para o esclarecimento de sua dinâmica e dos processos representativos dos indivíduos (BARBIERI, 2012).

A literatura sobre a constituição da personalidade entende que os primeiros anos de vida do indivíduo são fundamentais para sua estruturação psíquica e seu desenvolvimento (LEVY; GOMES, 2011). Pesquisas sugerem que a combinação de vários fatores de risco, por certo período de tempo, especialmente durante a infância, encoraja o indivíduo ao comportamento violento e/ou homicida. Dentre os fatores de risco, os mais citados são os fatores familiares e situacionais, fatores sociais e fatores de personalidade, como a autoestima baixa e autoimagem negativa, depressão, impulsividade, falta de habilidades sociais e interpessoais, pouco juízo crítico, raiva, transtornos de personalidade (RESENDE, 2011).

Quanto ao homicida passional, a dinâmica de personalidade revela conflitos primitivos que remetem à fase oral do desenvolvimento e à relação do próprio assassino com a mãe, projetadas na figura da vítima. Nesse sentido, ocorre a utilização da identificação projetiva, na qual o indivíduo coloca no outro seus próprios sentimentos intoleráveis, aliviando-se por não os ter dentro de si, e as partes do seu *self*, ou dos objetos internos são clivadas, expelidos e projetadas em objetos exteriores, ou seja, noutra pessoa que se torna, então, possuída e controlada pelas partes projetadas, identificando-se com elas. A iminência da perda do objeto amado é vivenciada pelo agressor como perda total de si mesmo, por não possuir as imagens internas para garantir sua segurança (KERNBERG, 1995).

O homicida passional desenvolve um comportamento atípico, apresentando sentimentos exagerados, extremos e anormais. O que faz com que o crime passional seja diferenciado dos demais, é uma relação afetiva entre a vítima e o homicida, podendo esta, ser sexual ou não (PESSÔA; DE SOUZA, 2013). A literatura aponta que os assassinos passionais raramente se arrependem, tem uma personalidade extremamente vaidosa, são pessoas ciumentas e inseguras. O descontrole emocional, a perda da autoestima, o individualismo exacerbado a imaturidade em lidar com sensação de derrota, ou de quando se sentem abandonados e rejeitados, são básicas características básicas dos passionais (RIBEIRO, 2008).

O homicídio passional foi incluído no rol dos Crimes Hediondos (SCOTTI, 2012) e a pena varia de doze a trinta anos de reclusão. Tal crime é considerado como sendo de motivo

torpe e será qualificado quando o agente mata por vingança (PESSÔA; DE SOUZA, 2013). No âmbito penal, também há possibilidade de reconhecer as estratégias usadas pelo sujeito para lidar com a responsabilidade de seus atos, sua estrutura interna, como foram introjetadas as regras e normas sociais, identifica simulação de doença mental, incluindo a omissão e a desatenção seletiva (FASOLI, 2012). Para tanto, o Teste de Rorschach é uma das técnicas mais valiosas entre os testes psicológicos para a investigação de traços de personalidade psicopata e criminosos em geral (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010).

De acordo com a literatura, há vantagens na utilização de técnicas e testes psicológicos conjuntamente com as entrevistas na avaliação forense, visando ao entendimento da dinâmica da personalidade, bem como a confirmação e complementação dos achados clínicos de transtornos psicopatológicos. As pesquisas com Rorschach em homicidas passionais, especificamente, são escassas, embora o Rorschach seja amplamente utilizado na área forense. De uma forma geral, são utilizadas nos estudos as terminologias psicopatas e antisociais e referem-se à categoria homicídio como um todo (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010).

Em uma pesquisa realizada por Resende (2011), com adolescentes de 16 e 17 anos que cometeram entre um e três homicídios, observou-se por meio do método de Rorschach as seguintes características de personalidade: desinteresse pelas pessoas; predomínio de relacionamentos interpessoais conflituosos; ausência de qualquer estresse afetivo, de remorso ou culpa; um caráter explosivo e descontrolado nas descargas emocionais, e retraimento em situações mais afetivas.

Hartmann, Norbech e Gronnerod (2006) realizaram uma pesquisa na Noruega, com o objetivo de investigar a personalidade de criminosos violentos do sexo masculino pelo uso do método de Rorschach. A análise dos resultados revelou diminuição da capacidade de relação e intimidade, apresentando, também, menos sofrimento interno. Observou-se uma tendência mais forte para verem a si mesmos como danificados, machucados, e/ou vítimas. Obtiveram-se muitas respostas de imagens agressivas, sádicas e masoquistas. Também apareceram índices de grandes perturbações agressivas e déficits na cognição e na modulação emocional.

Como pode ser observado na literatura, os homicidas não constituem um grupo homogêneo, no que diz respeito à personalidade, porém algumas características podem aparecer com mais evidência (FASOLI, 2012). Desse modo, considera-se importante explorar a perspectiva ideográfica, ou clínica, para auxiliar na identificação das características pessoais de funcionamento mental de criminosos, especialmente, nas avaliações periciais. Desse modo, o presente trabalho objetiva investigar as características de personalidade dos homicidas passionais por meio do método de Rorschach.

Material e Métodos

Considerando-se o objetivo da presente pesquisa, este estudo caracteriza-se com o tipo de pesquisa qualitativo. A pesquisa qualitativa tem características intrínsecas que a torna a melhor opção para fundamentar a argumentação presente nesta pesquisa, pois considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo

indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

A pesquisa utilizará o método de estudo de casos múltiplos, com delineamento descritivo e exploratório, pois, tem o intuito de analisar, interpretar e identificar características de personalidade visando identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este estudo de caso tem caráter intrínseco ao não visar à formulação de leis universais, mas sim, a compreensão do caráter multifacetado do objeto (PERES; DOS SANTOS, 2005).

Participaram desta pesquisa três sujeitos do sexo masculino nomeados de S1, S2 e S3, entre 33 e 63 anos, detentos de uma penitenciária no interior do estado de Santa Catarina, escolhidos por indicação da Direção da penitenciária, seguindo o critérios de inclusão de ter cometido somente crime passional, o que configura uma amostra por conveniência. Não foram incluídos na pesquisa sujeitos que tenham cometido outros tipos de homicídios. Os três sujeitos não tinham antecedentes criminais.

A pesquisa utilizou, como principal instrumento de coleta de dados, o método de Rorschach – Sistema Compreensivo de Exner, e uma entrevista semiestruturada. O teste projetivo Rorschach compreende elementos quantitativos e qualitativos; assim esse teste se apresenta como um excelente instrumento projetivo em trabalhos de pesquisa (VAZ, 1997). O Rorschach é composto por um conjunto de dez pranchas com manchas de tinta, padronizadas, constituindo-se no material específico dessa investigação normativa e permitindo a avaliação de características da personalidade. Os processos, perceptivos e associativos, devem ser levados em consideração ao se tratar deste instrumento de avaliação psicológica (JACQUEMIN, 2012).

O pressuposto básico do teste Rorschach é a maneira como os indivíduos formam suas percepções, que estão relacionadas com a maneira como eles geralmente organizam e estruturam os estímulos em seus ambientes (PERVIN, 2001). Nessa pesquisa foram avaliadas as seguintes variáveis, de acordo com os objetivos do estudo: Relacionamento interpessoal: através de COP, Food, Isolate/R; proporção de conteúdos humanos (H) para os conteúdos para-humano inteiros (H); detalhe humano Hd e detalhe para-humano (Hd); Sentimentos de culpa e autocrítica: avaliados mediante V e FD; Impulsividade: através de CF e C; Autopercepção e traços narcísicos : $3r+(2)/R$, $Fr+rF$, FD, $An+Xy$, MOR e $H < Hd + (Hd) + (H)$; Capacidade de suportar conflitos: Analisada pela Nota D e AdjD.

Já a entrevista semi-dirigida foi elaborada com base em algumas questões da Escala Hare de Psicopatia (MORANA, 2003), e buscou fazer um resgate histórico, enfocando aspectos sociodemográficos, constituição e organização da dinâmica familiar, ocupações com e sem remuneração, aspectos relacionados à saúde e à sexualidade, o envolvimento com o ato infracional, uso de drogas, recursos e armas que usou para o ato criminal, bem como a análise dos prontuários, com o intuito de levantar informações sobre os sujeitos no período de reclusão.

Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Câmpus Erechim, sob o Parecer nº 472.209. Todos os cuidados éticos, inerentes à pesquisa científica com seres humanos, foram conduzidos. A coleta de dados foi realizada nas dependências da penitenciária, numa sala

adequada para atendimento e testagem psicológica, onde regularmente as psicólogas da instituição realizam suas atividades. Após a coleta de dados, as informações adquiridas por meio das entrevistas e prontuários foram, analisadas em termos de coerência e incoerência. Os testes de Rorschach foram corrigidos e interpretados manualmente.

Resultados e Discussões

Os testes de S1, S2 e S3 continham número suficiente de respostas para fornecer um relatório confiável e interpretativamente válido ($R=29$, $R=17$ e $R=25$, respectivamente, e sem rejeições). Não houve indícios evidentes nos dados estruturais dos testes de esforços deliberados na tentativa de dissimulação de um transtorno psicótico, ou do humor; porém, quando analisado o λ , S2 e S3 apresentaram escores acima da média. As pessoas que apresentam λ alto costumam ter um campo de visão estreito, decidem sem pensar muito, e com pouco investimento emocional. Optam quase sempre pelas opções mais simples e familiares. Quanto ao afeto e às emoções, procuram simplificar suas vivências e experiências, em contatos mais formais e superficiais, mantendo o equilíbrio devido a uma vida restrita e de esquiva (RESENDE, 2008).

Em relação aos aspectos dos relacionamentos interpessoais, observa-se um grande prejuízo, tanto em S1, S2 e S3. Em relação a S1, observa-se que ele mesmo é atraído pela estimulação emocional; entretanto, este fator aumenta a possibilidade de descontrole afetivo, podendo ser observada em Afr: (0,70). Entretanto é através de (T) que se permite saber como S1 lida com a afetividade, por meio do escore ($T=0$), observa-se que S1 não se sente confortável em situações de proximidade emocional e tende a evitá-las. Mostra-se como um sujeito que mantém um distanciamento em suas relações interpessoais. Provavelmente, esse distanciamento tem relação com os primeiros contatos primitivos, que foram geradores de confusão e desconforto. Essa questão pode ser observada quando S1 relata: “... eu tenho quinze irmãos, mas sou próximo de três”, “... eu sempre fui na minha, tinha amigos, mas não muitos”.

S2 apresenta as maiores dificuldades no que diz respeito aos aspectos de relacionamento interpessoal. Percebe-se que S2 tem aversão a situações que envolvam expressões de sentimento, observado através de Afr = (0,3) e, como consequência, possui uma retração emocional, que prejudica a adaptação interpessoal e social. O sujeito sente-se constrangido diante de situações de demonstração de afeto: é uma pessoa mais reservada, fria e distante. Esses aspectos são intensificados, pois apresenta ($T=0$), que diz respeito à necessidade de S2, manter uma distância das pessoas, até mesmo para se sentir seguro. A ausência de perceptos humanos em S2 é um indicador de sérios conflitos na formação da própria identidade, da falta de habilidades empáticas e de maior comprometimento psicológico. Esses dados se confirmam através da história de vida de S2, em que viveu no interior, não convivia com muitas pessoas, relata que sempre preferiu ficar sozinho, cuidando dos animais; seu lazer era pescar sozinho.

No caso de S3, observa-se em ($FC:CF+C+C_n = 0: 0+0+0$): uma pessoa com alto índice de constrição afetiva. E, sendo ($CF=0$), percebe-se que utiliza, predominantemente o controle racional em todas as circunstâncias, o que pode levá-lo a eventuais asfixia da vida

afetiva e receio em expressar abertamente seus sentimentos, receio de relaxar emocionalmente, sendo bastante reservado em relação aos seus sentimentos. Acaba por sugerir ser alguém que apresenta um controle rígido das emoções em quase todas as situações. Durante a entrevista, S3 relata “... parece que eu estou calmo, mas, eu não choro em falar disso porque já faz quatro anos”. É a partir desta frase que se pode ilustrar o controle rígido de suas emoções.

No que tange à avaliação do sentimento de culpa, constata-se a indisponibilidade à autoanálise ($FD=0$ e $SumV=0$) em S1 e S3, o que pressupõe menor disponibilidade e menor recurso pessoal para a introspecção e autocrítica realista e, conseqüentemente, dificuldades para ressignificar suas ações. Os resultados ($V=0$ e $FD=0$) sugerem uma discrepância entre o que foi verbalizado na entrevista, e o que foi obtido no teste. Os sujeitos referiram que após cometerem o crime, sentiram-se arrependidos, o que leva a supor que os sujeitos do presente estudo ratificam a questão de que o assassino passional raramente se arrepende e tem uma personalidade extremamente vaidosa (RIBEIRO, 2008). Entende-se, aqui, que o sentimento de culpa, verbalizado pelos sujeitos nas entrevistas pode estar relacionado ao sentimento de não ter evitado o encarceramento e não em relação ao homicídio. Também é possível observar essa questão no entrevista de S1, quando ele relata “... mulher não se mata, mas essa...”, e em outro momento quando S3 fala “...as pessoas me falavam que ela estava me traindo, mas eu não acreditava, ela nunca pensou em como eu ficaria, em como ficaria a minha honra”.

Corroborando com os estudos de Eluf (2007), os homicidas passionais não se cansam de invocar a honra, ainda hoje, perante os tribunais, possivelmente na tentativa de ver perdoadas suas condutas. Ainda conforme Ribeiro (2008), os passionais não sentem um arrependimento verdadeiro, pois eles não se veem como assassinos, sentem simplesmente que ficaram presos ao passado, sentindo-se lesados, ofendidos na honra e no sentimento pessoal. O ressentimento e o ódio pela perda das ilusões depositadas no casamento, ou no parceiro provocam um desejo de aniquilar o outro (LEVY; GOMES, 2011).

No que diz respeito ao controle geral dos impulsos, observa-se que S1 apresentou os seguintes escores: ($CF= 5$ e $C=1$), o que sugere descontrole e impulsividade, deixando-se levar pelas emoções imaturamente. S1, em sua história de vida, apresenta diversas passagens que demonstram ser levado pelas emoções de forma imatura e impulsiva, como quando relata “... quando eu era pequeno, eu brigava com os meus colegas porque eles me chamavam de preto”, “... eu bati na minha mulher porque ela bateu na minha nenê”.

Já S2 apresentou ($CF= 2$ e $C=0$), que também apresenta impulsividade. Correspondendo aos dados de seu prontuário, S2 já havia agredido fisicamente por diversas vezes a filha e a esposa. Para S3, os escores foram ($CF= 0$ e $C=0$), sugerindo novamente constrição afetiva. Estes dados corroboram com a literatura em que, de acordo Ribeiro (2008), o passional perde a noção de controle e autocrítica e age, na maioria das vezes, por impulso. Apresenta imaturidade em lidar com sensação de derrota, ou de quando se sente abandonado e rejeitado (QUEIROZ, 2007).

Quanto aos traços de personalidade narcísicos, o presente estudo não ratificou os resultados de alguns indicativos da literatura sobre a presença de traços narcísicos em homicidas, quando analisados os índices de egocentrismo e presença de Fr isoladamente. S1

apresentou ($3r+(2)/R= 0,34$), ($Fr+ rF= 0$), ($FD=0$), ($An+Xy = 1$) e ($Mor=3$). Entretanto, o Rorschach nos possibilita avaliar tais variáveis em relação a outras, avaliando a proporção dos conteúdos humanos para os detalhes humanos, para-humanos e detalhes para-humanos. No caso de S1, as proporções foram ($H < Hd + (Hd) + (H) = 2 < 6$), tais dados sugerem uma autoimagem e percepção do outro distorcidas e baseadas em fantasias, o que dificulta as relações sociais, provoca mal-estar e desconforto nas relações interpessoais, bem como capacidade limitada de perceber o outro. Tratando-se de um sujeito menos amadurecido, ou com noções mais distorcidas de si e os demais. Esses conteúdos denunciam que S1 pode estar interpretando mal seu meio ambiente e sua auto-imagem. Do mesmo modo quando apresenta $Hd >$ do que todos os outros conteúdos H, (H) e (Hd) como é o caso deste, sugere dificuldade em ver o ser humano íntegro em decorrência de perturbações emocionais. S1 não consegue perceber com clareza as qualidades e os defeitos que coexistem no ser humano, supervalorizando apenas as qualidades ou apenas os defeitos.

S2 apresentou ($3r+(2)/R= 0,17$), ($Fr+ rF= 0$), ($FD=1$), ($An+Xy = 0$) e ($Mor=2$) também sugerindo que não há a presença de traços narcísicos. Entretanto ao avaliar as seguintes variáveis

($T=0 + H < 2 + Afr < 0,45 + isolamento > 0,38$), este também sugere comprometimento grave na base da capacidade de formar vínculos com os outros. Quando os conteúdos humanos são diminuídos, isto também sugere que S2 apresenta dificuldades nos processamentos de identificação, não manejando adequadamente a empatia ou, então, não se interessando pelo ser humano e nem por estabelecer relações com ele.

No caso de S3, ($3r+(2)/R= 0,36$), ($Fr+ rF= 0$), ($FD=0$), ($An+Xy = 0$) e ($Mor=1$), nota-se que não há evidências de traços narcísicos. Porém, também avaliando ($H < Hd + (Hd) + (H) = 1 < 4 + 0 + 2$) esses dados indicam uma autoimagem e percepção do outro distorcidas; apresenta também, capacidade limitada de perceber o outro. Trata-se de um sujeito menos amadurecido, ou com noções mais distorcidas de si e dos demais.

Constata-se a presença de prejuízos na autoimagem (MOR elevado) dos três participantes, principalmente em S1 e S2, o que pode permitir uma leitura de que existem dificuldades narcisistas em tais sujeitos. Assim, em uma análise mais aprofundada das variáveis do Rorschach, os resultados do índice de autopercepção e narcisismo vão ao encontro do que sugere a literatura, onde o criminoso passional comete tal crime porque, acima de tudo, é um narcisista, apaixonado por si mesmo (PESSÔA; DE SOUZA, 2013).

No que tange a capacidade de suportar conflitos, percebida pela (Nota D e AdjD), S1 apresentou (Nota D = +3) e (AdjD = +4). S2 (Nota D = +2) e (AdjD = +2) e S3 (Nota D = +1) e (AdjD = +1) Ao integrarmos a história pregressa e atual dos três sujeitos podemos afirmar que os três casos apresentam uma falsa capacidade de controle e manejo do estresse. Observa-se um estilo de vida encolhido, que evita a consciência de pensamento e afetos perturbadores, que evita circunstâncias novas e desafiadoras que possam impor pressões psicológicas. O equilíbrio é mantido devido a uma vida restrita e de esquiva. Esse tipo de proteção é frágil e de estabilidade precária. Quando as circunstâncias mudam repentinamente, sobrecarregam-se, e estressam-se, facilmente. Percebe-se, também, que os sujeitos não apresentam ansiedade, tensão, porque sentem-se satisfeitos e estáveis mesmo

com muitos problemas psicológicos. Mostram-se resistentes à mudança desejável em seus comportamentos, ou em suas personalidades, para que possam melhorar a convivência consigo mesmos e com os outros, ou no grupo em que estão inseridos.

Considerações Finais

Os resultados desse estudo são compatíveis com algumas das características gerais retratadas na literatura científica a respeito de homicidas passionais. Observam-se níveis diferenciados de comprometimento psicológico, mesmo em se tratando do mesmo ato cometido. Entretanto, é importante ressaltar que não foi objetivo do estudo apresentar generalizações a respeito dos homicidas passionais. Esse estudo de caso teve caráter intrínseco, pois não visou à formulação de leis universais, mas sim, à compreensão do caráter multifacetado e dos dinamismos da personalidade desses sujeitos.

Os resultados apresentados constituem dados expressivos para as variáveis (V, FD, CF, C, T, MOR, (H), Hd, (Hd), A Nota D e AdjD), por contribuírem para a validade do uso do método de Rorschach, mas sobretudo ajudar na compreensão da dinâmica psíquica dos sujeitos. Observa-se um comprometimento na conformação da identidade, na capacidade de estabelecer vínculos e constituir relações com qualidade empática, distorção do outro e da própria imagem, impulsividade, ausência de autocritica e culpa. Conclui-se que o Método de Rorschach mostrou-se válido para gerar dados das características de personalidade implícitas nos diferentes processos de adaptação à realidade dessas pessoas, evidenciando grave comprometimento em suas organizações psicológicas, respondendo ao objetivo do presente estudo.

Delineamentos de estudos futuros, que considerem essas variáveis, poderão atingir e elencar evidências mais consistentes, emergentes na avaliação psicológica de homicidas passionais. O seguimento de novas pesquisas dirigidas elucidam a identificação e a compreensão da dinâmica dos fatores de risco e de proteção são de especial importância para a ampliação de medidas de promoção e intervenção dirigidas à população que sofre com a violência doméstica que, por muitas vezes, chega ao homicídio. Por fim, justifica-se a necessidade de seguimento de estudos de validade do Rorschach, em situações de violência doméstica, pela importância deste Método para responder às especificidades desse fenômeno e pela escassez de estudos brasileiros com essa temática.

Referências

BARBIERI, C. P. Os enigmas da criminalidade à luz da psicanálise. **Cogito**, Salvador, v. 13, p. 08-21, nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ano 3, n. 6, **Panorama dos Homicídios no Brasil**. Brasília Distrito Federal, 2011.

DAVOGLIO, T.R. ARGIMON, I.L.L. Avaliação de comportamentos anti-sociais e traços psicopatas em Psicologia Forense. **Revista Avaliação Psicológica**. Porto Alegre. v. 9, n.1, p. 111-118, 2010.

ELUF, L. N., **A Paixão no Banco dos Réus**. São Paulo: Saraiva, 2003.

EXNER, J. E. Jr. **O Rorschach: Sistema Compreensivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

EXNER, J. E. Jr.; SENDIN, C. **Manual de interpretação do Rorschach para o Sistema Compreensivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

FASOLI, C.B. **O Rorschach em homicidas: uma revisão teórica no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

HARTMANN, E. NORBECH, P.B. GRONNEROD, C. Psychopathic and Nonpsychopathic Violent Offenders on the Rorschach: Discriminative Features and Comparisons With Schizophrenic Inpatient and University Student Samples. **Journal of Personality Assessment**, v. 86, n.3, p. 291–305, 2006.

JACQUEMIN, R.C. **Padrões normativos do Psicodiagnóstico de Rorschach em adolescentes de 12 a 14 anos**. Ribeirão Preto: USP, 2012. 141 f. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade de São Paulo.

KERNBERG, O. F. **Agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LEVY, L.; GOMES, I. C. Relações amorosas: Rupturas e Elaboraões. **Revista Tempo Psicanalítico**, v. 43, n.1, p.45-57, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2007.

MORANA, H.C.P. **Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial**. São Paulo, 2003. 159 f. Tese. Faculdade de Medicina de São Paulo. Doutorado em Ciências. Universidade de São Paulo.

PERES, R. S.; DOS SANTOS, M.;A. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Revista Interações**, v. X, n.20, p. 109-126, 2005.

PESSÔA, J. G.; DE SOUZA, H.R.A. Crimes Passionais. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2013.

QUEIROZ, S.H. **Homicídio Passional**. Revista Jurídica. Jataí, 2007. 191 f. Monografia. Graduação em Direito. Centro de Ensino superior de Jataí Cesut.

RESENDE, A.C. A personalidade de adolescentes que cometeram homicídio por meio do método de Rorschach. **Revista Estudos**, v. 38, n. 01/03, p. 29-48, jan./mar. 2011.

RESENDE, A.C. **Metodo de Rorschach: Referências essenciais.** Dimensão: Goiânia, 2008.

RIBEIRO, C.C.L.R.R. **Crimes Passionais.** Rio de Janeiro, 2008. Universidade Candido Mendes. 46 f. Monografia. Pós Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Processual. Universidade Candido Mendes.

SCOTTI, A.R. **A Figura dos Crimes Passionais e suas Abordagem Atual nos Julgamentos Perante o Tribunal do Júri.** Criciúma, 2012.

VAZ, C.E. **O Rorschach: teoria e desempenho.** 3.ed. São Paulo: Manole, 1997.

WEINER, I. B. **Princípios da interpretação do Rorschach.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ESTRESSE LABORAL: MENSURANDO OS IMPACTOS DE UMA INTERVENÇÃO BASEADA NAS TÉCNICAS DE *MINDFULNESS* COM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

LABOR STRESS: MEASURING THE IMPACTS OF AN INTERVENTION BASED ON
MINDFULNESS TECHNIQUES WITH PROFESSIONALS IN THE EDUCATION
AREA

Ana Paula Spassini¹; Felipe Biasus²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: anapaulasspassini@gmail.com

² Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: febiasus@uricer.edu.br

Resumo: Reconhecendo as dificuldades de indivíduos lidarem com questões do adoecimento no campo psíquico, principalmente quando coligado à vida profissional, realizou-se uma pesquisa, com vistas a avaliar se uma intervenção baseada em *Mindfulness* pode auxiliar na redução do estresse laboral. O presente estudo seguiu um delineamento de caráter explicativo/comparativo e de corte transversal. Participaram da pesquisa dez professores que apresentavam algum nível de estresse, segundo o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos, de Lipp (ISSL). Os participantes foram divididos aleatoriamente em grupo experimental e grupo controle. Para avaliar o estresse dos participantes, antes e depois da intervenção, utilizou-se o ISSL. Para avaliação quantitativa dos dados, utilizou-se o método estatístico Teste *t* de *Student*, por meio do qual foi possível perceber que não houve diferença estatisticamente significativa entre aqueles que participaram da intervenção e aqueles que não participaram. Em contrapartida, a Análise de Conteúdo do material textual produzido a partir das respostas a perguntas abertas realizadas ao grupo experimental, apontou para uma autoavaliação positiva em relação ao controle de estresse e aceitação pessoal, repercutindo, segundo os participantes, na sua vida pessoal e profissional.

Palavras-chave: Atenção Plena. Estresse. Professores.

Abstract: Recognizing the difficulties of individuals dealing with issues of illness in the psychic field, especially when related to professional life, a research was carried out to

evaluate if an intervention based on Mindfulness can help reduce work stress. The present study followed an explanatory / comparative and cross-sectional design. Ten teachers with some level of stress participated in the study, according to Lipp's Inventory of Stress Symptoms for Adults (ISSL). Participants were randomly divided into experimental group and control group. In order to evaluate the stress of the participants, before and after the intervention, the ISSL was used. For the quantitative evaluation of the data, the statistical method Student's t-test was used, through which it was possible to perceive that there was no statistically significant difference between those who participated in the intervention and those who did not participate. On the other hand, in the Content Analysis of the textual material produced from the answers to open questions made to the experimental group, it pointed to a positive self-evaluation in relation to the stress control.

Keywords: Mindfulness. Stress. Teachers.

Introdução

Nas últimas décadas, após a Revolução Industrial, as exigências trabalhistas acabaram agravando o nível de estresse dos indivíduos, ocasionando, assim, danos à saúde do trabalhador. Na era Pós-Industrial, o cenário não é diferente. Marcada por grande volatilidade dos postos de trabalho e relativização das certezas, o estresse vivenciado no contexto de trabalho é ainda presente. Para se adaptar a esse contexto, a todo momento surgem novas referências de comportamento, as quais impactam diretamente no funcionamento das organizações. Como consequências dessas mudanças, os indivíduos, na tentativa de se readaptarem física e psicologicamente, acabam por demandar uma grande energia psíquica (ZANELLI, 2010).

Quando as demandas, às quais o indivíduo está submetido, são superiores à sua capacidade de suporte e adaptação, este passa a desenvolver uma série de respostas psicofisiológicas que podem resultar em cansaço mental, dificuldades de atenção e concentração, baixas na capacidade de memorização e também respostas emocionais de ansiedade e variação de humor (LIPP; MALAGRIS, 2001).

Uma pesquisa realizada por Lipp (2014) investigou o estresse no Brasil. Foram entrevistados 2.195 Brasileiros, os quais responderam à pesquisa, declarando sua percepção a respeito do seu nível de estresse. Participaram indivíduos, com idades entre 18 e 75 anos, sendo prevalente o público feminino (74,35%). Como resultados, a pesquisa encontrou que 34% dos participantes consideraram que seu estresse estava em nível extremo, sendo os relacionamentos profissionais e pessoais apontados como a maior fonte de estresse, seguido dos problemas financeiros e da sobrecarga laboral. Um terço dos participantes apontou que o nível de estresse vem aumentando nos últimos tempos, e 55,6% dos sujeitos disseram já terem sido diagnosticados com estresse. Percebe-se, por meio da pesquisa, que os brasileiros, que se identificaram como estressados, representam uma parcela significativa da amostra.

Zanelli (2010) aponta estudos de Maslach e Leiter (1999) e Lipp (2005), os quais buscavam descobrir e compreender as questões ligadas ao desgaste físico e emocional, identificando alguns aspectos determinantes localizados no ambiente de trabalho. As pesquisadoras concluíram que fatores referentes à vida profissional e pessoal, como

princípios e valores, associados a questões organizacionais, a estratégias e tecnologia, somados a fatores institucionais, culturais e políticos, estão diretamente ligados ao desenvolvimento de doenças nos trabalhadores. Isso corrobora com o momento atual que os profissionais da educação vivenciam, os quais são representados por políticas públicas de ensino fracassadas, por uma desvalorização acentuada da profissão e pela baixa faixa salarial.

Dessa forma, educadores tornam-se constantemente vítimas do estresse e, em casos mais graves, da Síndrome de Burnout, a qual pode ser definida por uma forma de estresse ocupacional que acomete principalmente profissionais que trabalham com cuidado e atenção, ligados ao âmbito emocional (SILVEIRA et al., 2014).

A síndrome de Burnout é caracterizada por um conjunto de esforços, cognitivos e comportamentais, apresentados pelos indivíduos para lidarem com situações ou demandas específicas, internas ou externas, oriundas de situações de estresse que são avaliadas pelo próprio indivíduo como algo que excede seus recursos pessoais, que podem gerar exaustão física e mental. A exaustão está ligada à esfera emocional (fadiga, insuficiência de recursos emocionais), à despersonalização (indiferença perante a atividade realizada) e à redução da satisfação profissional. Como consequência, a síndrome acarreta dificuldades sociais nos relacionamentos interpessoais, devido aos comportamentos impessoais no trabalho, e no caso de professores, acaba ocorrendo inclusive perante os alunos (SILVEIRA et al., 2014). Com o aumento súbito desses transtornos na sociedade atual, a psicologia vem evoluindo em suas pesquisas a fim de contribuir para a promoção da saúde do trabalhador e reduzir os impactos já existentes.

Representando um importante avanço nessas estratégias, a terapia baseada em *mindfulness* representa uma proporção da revolução que ocorre na área da saúde. Pode-se considerar que o *mindfulness* (atenção plena) é uma habilidade, sendo possível, assim, treiná-lo. O treino dessa habilidade ocorre por meio da prática formal, a qual é fundamentada em técnicas de meditação, e da prática informal, a qual consiste em local a atenção plena nas atividades diárias, como comer ou tomar banho. Apesar da prática ter alguns princípios meditativos, não se pode considerar o *mindfulness* como uma meditação, pois pode-se praticá-lo sem a meditação formal e pode-se praticar meditações sem praticar *mindfulness*. Todo esse treino, seja ele formal ou informal, acaba por modificar algumas partes da estrutura cerebral. Essas alterações podem ser observadas por meio de exames de neuroimagem, em áreas como o córtex cingulado anterior, o qual é ligado à atenção, à ínsula, que é relacionada com a consciência corporal, e ao córtex pré-frontal, o qual contribui para a regulação das emoções (MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016).

A perspectiva científica relaciona o *mindfulness* a vários parâmetros da saúde física e psicológica, sendo útil para o tratamento de muitas doenças. Dentre os principais impactos do *mindfulness*, nota-se um maior equilíbrio dos sistemas simpático e parassimpático, um afeto mais positivo, e indicadores de maior satisfação com a vida. Além disso, pode-se observar algumas consequências secundárias, ou mecanismos subjacentes, na saúde e bem-estar, como controle da atenção, consciência das experiências internas e externas e melhor regulação emocional (MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016).

Visando às inúmeras possibilidades de promover o bem-estar e reduzir os impactos causados pela aceleração do mundo pós-moderno, essa pesquisa teve como objetivo avaliar os impactos de uma intervenção baseada nas técnicas de *mindfulness*, em professores, visto que essa profissão passa por um momento de desassistência social, política e cultural.

Material e Métodos

A pesquisa seguiu delineamento explicativo/comparativo e de corte transversal. Para a análise quantitativa, como hipótese a ser testada, estabeleceu-se a seguinte afirmação: H1 = uma intervenção baseada em *mindfulness* pode reduzir o estresse laboral dos professores.

Para avaliar o nível de estresse, utilizou-se do instrumento Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL; LIPP, 2000). O ISSL, avalia o estresse e o localiza em uma das quatro fases: alerta, resistência, quase exaustão e exaustão. Cada fase apresenta características específicas:

- a) Alerta: considerada a fase positiva do estresse; produção excessiva de adrenalina; estado de alerta para lidar com situações específicas; apresenta taquicardia, tensão, insônia, porém se sente capaz de lidar com as situações.
- b) Resistência: baixa na produtividade; produção acentuada de cortisol; vulnerabilidade a bactérias e vírus; utiliza da energia destinada a outras funções do organismo, para tentar restabelecer a sua homeostase.
- c) Quase exaustão: aumento excessivo da produção de cortisol, tendo efeitos negativos na defesa imunológica; surgimento de doenças; ansiedade; experimentação de variabilidade emocional.
- d) Exaustão: é considerada a fase patológica e negativa do estresse; provoca grande desequilíbrio interior; aparecimento de quadros depressivos; falta de concentração; aumento da impulsividade; doenças graves podem começar a surgir nessa fase.

A avaliação, realizada com auxílio do ISSL, possibilita identificar a fase de estresse em que o participante se encontra, bem como se os sintomas predominantes são físicos, ou psicológicos. É importante referir que, apesar de todos os participantes da pesquisa apresentarem algum nível de estresse, para um maior controle experimental, constituíram-se dois grupos, um controle (GC), que não participou da intervenção, e um grupo experimental (GE), o qual foi convidado a participar de 6 encontros de aplicação de técnicas baseadas em *mindfulness*. A distribuição dos grupos deu-se por meio da separação randomizada simples, a qual consiste na divisão aleatória dos participantes nos grupos.

Para a constituição dos grupos controle e experimental, foi realizada a divulgação oral da pesquisa nas escolas municipais e estaduais do município de Erechim, a fim de recrutar participantes para a pesquisa. Após o recrutamento, foram aplicados um questionário sociodemográfico e o ISSL. Ao todo, responderam aos instrumentos 11 participantes, sendo que um foi excluído da pesquisa, pois não apresentou nível de estresse negativo, requisito para participar da pesquisa. A análise do ISSL foi realizada conforme descrito em seu manual, e os resultados obtidos pré e pós-teste foram analisados com o teste t de Student, a fim de verificar se houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos experimental e controle.

O GE participou de intervenções baseadas em técnicas de *mindfulness*, as quais foram divididas em seis encontros, realizados uma vez por semana e com duração de até uma hora cada encontro. Para a realização delas, utilizou-se de técnicas de *mindfulness* já existentes e escolhidas pelos pesquisadores, as quais podem ser observadas na Tabela 1. Também se utilizou de atividades psicoeducativas sobre as práticas informais e como elas podem ser realizadas.

Ao término das intervenções, foi realizada com o GE uma avaliação qualitativa dos encontros. A avaliação foi respondida, de forma individual e anônima, pelos participantes e tinha como objetivo avaliar a experiência subjetiva do sujeito perante os encontros. Para analisar cada pergunta, seguiu-se a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). A primeira etapa foi a leitura flutuante das respostas. A descrição das categorias analíticas, para a criação do corpus, aconteceu no modelo aberto, ou seja, foram construídas durante o curso da análise. Por último, foi realizada a interpretação das respostas, as quais mostraram, de forma subjetiva e específica, se houve e quais foram os impactos do *mindfulness* causados pelo processo de intervenção, segundo a percepção dos participantes do grupo experimental. A categorização das respostas pode ser observada na tabela 5.

Destaca-se que o projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da URI – Erechim, e foi aprovado sob o Parecer nº 2.410.082.

Tabela 1 - Técnicas utilizadas nas intervenções e seus objetivos

Técnica	Objetivo
Meditação do corpo e respiração presente	Praticar a habilidade de focar e desfocar a atenção de forma consciente; Aumento da consciência corporal; dar-se conta das sensações presentes no corpo, sejam elas agradáveis ou não.
Respiração dos três minutos	Treinar a capacidade de lidar com as distrações da mente; desenvolver o amor próprio.
Meditação do movimento atento	Aumento da consciência corporal e da capacidade de dar-se conta, observar e voltar a atenção ao corpo.
Explorar as dificuldades	Treinar a capacidade de identificar situações desagradáveis e olhar para elas de maneira diferente.
Meditação da amizade	Treinar o olhar compassivo e gentileza consigo mesmo.

Fonte: WILLIAMS; PENMAN, 2015.

Resultados e Discussão

Compreende-se estilo de vida como o combo de atitudes e comportamentos que constroem os padrões de vida de uma pessoa, definindo a qualidade de vida do sujeito (ZANELLI, 2010). Dessa forma, os participantes da pesquisa responderam ao questionário sociodemográfico, no qual pode-se delinear, minimamente, o estilo de vida dos indivíduos. Os dados podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 - Características sociodemográficas dos participantes

Variável		GC	GE
Sexo	M	1	1
	F	4	4
Idade	Σ^1	34	37,6
	D.P. ²	12,24	7,50
Estado Civil	Solteiro	3	3
	União Estável	1	1
	Casado	0	1
	Divorciado	1	0
Filhos	Sim	1	4
	Não	4	1
Escolaridade	Graduação	2	1
	Pós-graduação	3	3
	Mestrado	0	1
Tempo de atuação no magistério	Σ^1	7,8	11,4
	D.P. ²	4,65	9,19
Tempo de atuação na atual escola (meses)	Σ^1	41,29	84,28
	D.P. ²	34,92	99,15
Tipo de Escola	Municipal	1	3
	Estadual	3	2
	Particular	2	1
Tipo de Vínculo	Concurso	2	4
	Contratado	3	1
Nível educacional em que atua	Educação Infantil	0	4
	Fundamental	4	3
	Médio	3	2
	Superior	1	0
Em quantos locais atua	1	3	3
	2	2	2
Carga horária semanal	20	0	1
	30	1	1
	40	3	2
	Outros	1	1
Pratica exercícios físicos	Sim	2	5
	Não	3	0
Fuma	Sim	1	0
	Não	4	5
Bebe	Socialmente	3	3
	Não	2	2
Uso de medicamentos*	Sim	2	2
	Não	3	3
Transtorno Psiquiátrico na família	Sim	2	4
	Não	3	1
Já foi diagnosticado com algum transtorno	Sim	2	3
	Não	3	2
Realizou acompanhamento Psicológico	Sim	2	3
	Não	3	2

Σ^1 = média; D.P. ² = desvio padrão; *medicamentos não relacionados ao tratamento de problemas de ordem psíquica.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar que os indivíduos de cada grupo apresentam características bem distintas. Um dado a ser destacado é referente à prática de exercícios físicos. Nos

participantes do GE, todos costumam praticar exercícios físicos, no mínimo duas vezes na semana, enquanto no GC, apenas dois integrantes praticam algum tipo de atividade física. A prática de exercícios físicos contribui para benefícios desde o âmbito físico, como melhora na função cardiovascular e pulmonar, no tônus muscular, no equilíbrio corporal, na dissolução de coágulos, diminuição da pressão arterial, dentre outros, até benefícios sociais e psíquicos que aparecem por meio do aumento da predisposição com trabalhos físicos, ou mentais, diminuição do estresse, equilíbrio emocional, estimulação de relacionamentos interpessoais e afetividade (ZANELLI, 2010). Porém, mesmo com a prática regular de exercícios, percebe-se que ela por si só pode não ser suficiente para reduzir, ou controlar os níveis de estresse, visto que todos os indivíduos apresentaram algum nível de estresse.

Em relação à avaliação do nível de estresse, é importante lembrar que os indivíduos, no início da pesquisa, encontravam-se todos na fase da resistência, apresentando porcentagens diferentes. Ao término das intervenções, os indivíduos apresentaram mudanças em relações às fases e porcentagens. Os dados podem ser observados na Tabela 3.

Na reavaliação do estresse, os indivíduos apresentaram mudanças nas fases e, conseqüentemente, na porcentagem do nível de estresse. Dessa forma, 60% dos participantes deixaram de apresentar alguma fase; 30% permaneceram na fase de resistência; e 10% evoluíram para a fase da quase exaustão. Porém, esses dados apresentam mudanças iguais para os dois grupos.

Tabela 3 - Porcentagem de estresse pré-teste e pós-teste

Indivíduo	Pré teste	
	Grupo Controle	Grupo Experimental
1	8%	33%
2	17%	17%
3	33%	50%
4	50%	33%
5	8%	25%
Pós teste		
1	0%	17%
2	0%	17%
3	50%	67%
4	17%	0%
5	8%	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível analisar na tabela 4, $P(T \leq t)$ bi-caudal é igual a 0,745815. Isso significa que não existem diferenças estatisticamente significativas, entre os grupos experimental e controle, nas médias da variável de interesse, já que o valor de P foi $>0,05$.

Tabela 4 - Teste *t* de Student: duas amostras presumindo variâncias diferentes

	<i>GE</i>	<i>GC</i>
Média	0,202	0,15
Variância	0,07567	0,0432
Observações	5	5
Hipótese da diferença de média	0	
gl	7	
Stat t	0,33725	
P(T<=t) uni-caudal	0,372907	
t crítico uni-caudal	1,894579	
P(T<=t) bi-caudal	0,745815	
t crítico bi-caudal	2,364624	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Análise de Conteúdo permitiu inferir que as intervenções, baseadas em técnicas do *mindfulness*, podem causar benefícios em diversos âmbitos da vida, incluindo o estresse. Martí, Garcia-Campayo e Demarzo (2016) analisaram uma série de estudos sobre o *mindfulness*, os quais corroboram com os dados encontrados na avaliação subjetiva dos participantes dessa pesquisa. Entre os estudos destacados pelos autores, encontra-se a pesquisa de Hoge et al., (2013). Ao estudar os efeitos do *mindfulness* em quadros de ansiedade generalizada, Hoge et al., (2013), mostram que, após as intervenções, é possível observar uma redução da ansiedade, bem como menor ativação estressora e aumento da qualidade do sono. Outras pesquisas apontam que as terapias baseadas em *mindfulness* podem ser competentes na redução do estresse e em sintomas depressivos, ou ansiosos, ligados a doenças médicas (MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016).

Tabela 5 - Categorização das respostas qualitativas

Questões	Categorização das respostas
	Aumento no nível de concentração e atenção no momento presente.
Percepções do <i>mindfulness</i> na redução do estresse laboral.	Aumento da sensação de calma.
	Redução da tensão.
	Redução da sensação de cansaço.
	Aumento da capacidade de autocontrole.
	Aumento da empatia.
	Maior controle da respiração.
	Redução da culpa em situações negativas.
	Melhor aproveitamento dos momentos da vida.
	Melhora na percepção dos sentimentos e emoções.
Impacto das técnicas na vida cotidiana e profissional.	Aumento da capacidade de identificar situações estressoras e lidar com elas.
	Aumento da prática da gentileza consigo mesmo.
	Aumento da prática de gratidão.
	Aumento da concentração e foco no momento presente.
	Maior autocontrole.

Fonte: Dados da pesquisa.

Indo ao encontro dos benefícios da prática de *mindfulness*, Hözel (2011 apud MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016) apresenta alguns estímulos envolvidos na prática de *mindfulness*. O primeiro mecanismo envolve a regulação da atenção, a qual contribui para que ocorra, no córtex cingulado anterior, a sustentação da atenção. Esse mecanismo pode ser observado como consequência das intervenções, nos resultados apresentados na análise qualitativa, por meio da categoria “Aumento da concentração e foco no momento presente”. Martí, Garcia-Campayo e Demarzo (2016) consideram que um dos primeiros impactos do *Mindfulness* é a variação da atenção. Dessa forma, compreende-se que a atenção não é um mecanismo secundário da prática, e sim essencial à própria prática. Com o treino habitual, o indivíduo começa a adquirir a habilidade de manter a sua atenção em um objeto por um tempo maior, sendo que meditadores de longas datas apresentam aumento nas capacidades cognitivas atencionais.

Visando a esses efeitos, pesquisadores acreditam que o *mindfulness* pode contribuir na melhora dos problemas de déficit de atenção e/ou hiperatividade, mesmo que ainda não existam pesquisas comprovando o efeito (MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016). Germer, Siegel e Fulton (2016) apontam que estar atento pode tornar acontecimentos, que até então eram insignificantes, em experiências ricas e vívidas. Já Farb et al. (2007; 2010 apud GERMER; SIEGEL; FULTON, 2016) comprovaram, por meio de suas pesquisas, que a atenção ajuda na diminuição de pensamentos de autorreferência, principalmente em momentos de vulnerabilidade emocional. Como segundo mecanismo, a autora aponta a consciência corporal, a qual é responsável pela sustentação da atenção nas sensações corporais, como respiração, corpo e emoções, por meio da ínsula. Esse estímulo também foi observado na pesquisa por meio das classes “Redução da tensão” e “Maior controle da respiração”.

Por meio das técnicas focadas no corpo, pode-se alcançar, de forma direta e assertiva, a mudança do foco dos pensamentos obsessivos e destrutivos. Shapiro (2009 apud GERMER; SIEGEL; FULTON, 2016) aponta que a experiência de percepção corporal é capaz de dar novos significados às experiências. Dessa forma, o sujeito consegue enxergar as situações com mais clareza e objetividade, visto que se sente menos identificado com a mesma. Como terceiro mecanismo, Hözel (2011 apud MARTÍ; GARCIA-CAMPAYO; DEMARZO, 2016) apresenta a regulação emocional, a qual ocorre por meio de duas categorias: a de revalorização, que é responsável pela mudança na forma de reagir às emoções por meio do não julgamento e da aceitação, e a de exposição, extinção e reconsolidação, que visa a expor o que ocorre na consciência e não reagir à experiência interna. Pode-se inferir que esse seja o mecanismo mais observado nos resultados da Análise de Conteúdo, visto que se relaciona com as categorias: “Aumento da empatia”, “Redução da culpa em situações negativas”, “Melhor aproveitamento dos momentos da vida”, “Aumento da prática da gentileza consigo mesmo” e “Aumento da prática de gratidão”.

A regulação emocional pode ser definida como a capacidade de lidar com as emoções de maneira adaptativa. Experiências estressantes induzem o indivíduo a viver as emoções de forma intensa. A tendência é que, nessas situações, o sujeito aja de forma desadaptativa, ou seja, atacando, ou afastando-se dos outros. Por isso, entende-se que as práticas que contribuem para que as estratégias de enfrentamento sejam mais adaptativas, são

fundamentais no aumento do bem-estar dos indivíduos (LEAHY; TIRCH; NAPOLITANO, 2013).

Quando o sujeito adota uma postura curiosa, de aceitação e gentileza consigo mesmo, ele é capaz de observar e raciocinar sobre as suas cognições, descentralizando-se da sua própria experiência (metacognição), contribuindo para a homeostase das suas emoções. Sendo assim, cuidar dos sentimentos e sensações desagradáveis gera, em longo prazo, aumento da capacidade de regulação emocional. Consequentemente, com o passar do tempo, a postura de gentileza e empatia passa a estar presente também nas relações interpessoais. Por fim, destaca-se a mudança na perspectiva do *self*, que reflete no desapego de uma visão fixa de si. Isto é, o indivíduo aprende que aquilo que ele vive e sente são apenas momentos, desapegando-se, assim, da ideia de que aquilo que ele sente é parte dele em si e não algo passageiro (GERMER; SIEGEL; FULTON, 2016). Esse mecanismo não pode ser observado, diretamente, nas respostas qualitativas, visto que é um aspecto mais intrínseco, o qual exige um treino contínuo e mais aprofundado das práticas de *mindfulness*.

Considerações Finais

Os resultados quantitativos dessa pesquisa denotam que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos experimental e controle, uma vez que não se conseguiu reduzir o nível de estresse dos participantes. Entretanto, é necessário considerar que alguns aspectos podem ter ficado à mercê do controle metodológico aplicado, como o número de sessões de *mindfulness*. Programas de redução de estresse, com a utilização de técnicas de *mindfulness*, normalmente utilizam oito semanas (WILLIAMS; PENMAN, 2015).

Outro fator relativo à inexistência de diferença significativa entre os grupos e no próprio grupo experimental, nos dois momentos de aplicação do ISSL, pode estar relacionado ao aspecto multifatorial presente no estresse; afinal, os participantes da pesquisa podem ter vivenciado aspectos, não necessariamente vinculados às atividades laborais de professores, que mantiveram os resultados do ISSL, com nível de estresse negativo.

O baixo número de participantes do estudo também pode ter favorecido para os resultados encontrados, de modo que tal situação é destacada como uma limitação da pesquisa. Também, em relação aos dados estatísticos, pode-se inferir que o fato de os grupos não apresentarem níveis iguais de porcentagens, referentes ao estresse no pré-teste, pode ter interferido na acurácia dos resultados obtidos.

Por outro lado, as respostas referentes à autoavaliação que os participantes fizeram, após a vivência dos encontros de *mindfulness*, apontam efeitos positivos, destacando que as técnicas realizadas favoreceram ao bem-estar físico e mental de professores.

Em suma, pode-se considerar o *mindfulness* como uma estratégia de promoção de bem-estar e de redução de problemas físicos e psíquicos. Ainda que os benefícios possam ser visualizados, percebe-se a necessidade de estudos mais específicos para os transtornos de ordem mental, bem como o estudo de protocolos que abranjam um tempo mais curto, visto que muitos indivíduos não possuem tempo hábil para participar, semanalmente, dos encontros.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

GERMER, C. K.; SIEGEL, R. D.; FULTON, P. R. **Mindfulness e Psicoterapia**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

LEAHY, R. L.; TIRCH, D.; NAPOLITANO, L. A. **Regulação emocional em psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo comportamental**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. E. N. O estresse emocional e seu tratamento. In: B. Range (Org.) **Terapias Cognitivo-Comportamentais: um diálogo com a psiquiatria** (pp. 475-489). São Paulo: Artmed, 2001.

LIPP, M. **Stress no Brasil**. Instituto de Psicologia e Controle do Stress, 2014. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/pesquisa/stress-brasil/>> Acesso em: 02/06/2018.

LIPP, M. E. **Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp**, 2ª Ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARTÍ, A. C.; GARCÍA-CAMPAYO, J.; DEMARZO, M. **Mindfulness e Ciência: da tradição à modernidade**. São Paulo: Palas Athena, 2016.

SILVEIRA, K. A. et al. Estresse e enfrentamento em professores: uma análise da literatura. **Educação em Revista**, v. 30, n. 04, p. 15-36, 2014.

WILLIAMS, M.; PENMAN, D. **Atenção Plena**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

ZANELLI, J. C. **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE AGRICULTORES FAMILIARES

EXPERIENCES OF PLEASURE AND SUFFERING IN THE WORK OF FAMILY
FAMERS

Luciane Paula Gutowski; Letícia Ribeiro Souto Pinheiro²

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: lucianegutowski@hotmail.com

²Doutora em Psicologia, Professora do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim. E-mail: leticiaribeiro@uricer.edu.br

Resumo: O trabalho na agricultura familiar é uma das principais fontes de renda de muitas famílias, tornando-se relevante investigar o processo de saúde e adoecimento em tal setor. Esta pesquisa buscou investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de agricultores familiares. Participaram da pesquisa seis agricultores familiares do Norte do Rio Grande do Sul, que trabalham com gado de leite. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, que buscou investigar como o trabalho na agricultura se organiza e também as estratégias utilizadas para diminuir o sofrimento gerado por esse. Para a análise dos dados coletados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo. Os resultados apontam que os agricultores vivenciam situações de sofrimento em seu trabalho, com condições instáveis, que geram insegurança, além do desgaste físico causado pela sobrecarga de trabalho. Há ainda o pouco reconhecimento da atividade. Para o enfrentamento, os participantes utilizam estratégias como distrações, compartilhamento dos sentimentos e a expectativa de um futuro melhor. Percebendo-se, assim, a importância de uma maior atenção à população do meio rural, suscetível a diversos fatores causadores de sofrimento mental e físico.

Palavras-chave: Prazer. Sofrimento. Trabalho. Agricultores.

Abstract: Work in family agriculture is one of the main sources of income for many families, becoming relevant to investigate the process of health and illness in this sector. This study sought to investigate the experiences of pleasure and suffering in the work of family farmers. Six family farmers from the north of Rio Grande do Sul who worked with dairy cattle participated in the study. The instrument used was semi-structured interview which sought to investigate how work in agriculture is organized and also the strategies used to reduce the suffering generated by work. For the analysis of the collected data the content analysis method was used. The results indicate that farmers experience situations of suffering

in their work, with unstable working conditions that generate anxiety and insecurity, physical wear and tear caused by work overload, there is still little recognition of the activity. In order participants use strategies such as, distractions, sharing of feelings, and the expectation of a better future. Thus, the importance of a greater attention to the population of the rural environment, susceptible to several factors causing mental and physical suffering.

Keywords: Pleasure. Suffering. Job. Farmers.

Introdução

A agricultura familiar pode ser compreendida como o cultivo da terra, realizado por pequenos trabalhadores rurais, sendo a família a principal responsável pela gestão e mão de obra da propriedade (STEIN; AOSANI, 2016). Assim, o cultivo e a administração da produção no meio rural são em grande parte realizados pela família dona da propriedade de trabalho. É visto que a agricultura familiar é uma das principais fontes de renda de muitas famílias brasileiras, como afirmam Mesquita e Mendes (2012). Esse setor acaba sendo responsável pela geração de empregos no campo, além de contribuir para a produção alimentícia, econômica, social e ambiental do País. Contudo, muitas dessas famílias estão encontrando dificuldades no campo, como o baixo incentivo financeiro, a pouca valorização de seus produtos e as difíceis condições de trabalho (STEIN; AOSANI, 2016).

Stein e Aosani (2016) destacam que o agricultor familiar é o dono do próprio negócio, decidindo, dessa forma, a sua carga horária de trabalho e as atividades a serem realizadas. Percebem-se diversas características que podem ser causadoras dos processos de saúde e de doença, no contexto de trabalho, sendo que tais características podem criar consequências desgastantes, prejudicando a saúde do trabalhador, ou serem fonte de seu equilíbrio pessoal. Dessa forma, constata-se a necessidade de uma pesquisa acerca da saúde mental do agricultor familiar no que diz respeito à organização do seu trabalho. Partindo da ideia de que o trabalho é um mediador tanto dos processos de saúde quanto de doença, a Psicodinâmica do Trabalho entende que a saúde mental do trabalhador não está relacionada à ausência de doença, mas à capacidade que cada ser humano tem de transformar os meios causadores de sofrimento em outras formas mais gratificantes de trabalho (MENDES, 2007).

A partir das contribuições abordadas pela Psicodinâmica do Trabalho, e da necessidade de aprofundar pesquisas sobre saúde mental de trabalhadores do meio rural, a pesquisa objetivou investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de agricultores familiares, caracterizando a organização do trabalho nesse meio e compreendendo as estratégias defensivas utilizadas por esses trabalhadores frente ao sofrimento vivenciado.

Material e Métodos

Foi realizada uma pesquisa de enfoque qualitativo e descritivo, a fim de investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de agricultores familiares. Participaram da pesquisa seis agricultores familiares do Norte do Rio Grande do Sul, que trabalham com a produção de gado de leite há, pelo menos, dois anos, com idade maior que 18 anos. A seleção dos participantes ocorreu por meio do método de *Snowball* (“Bola de Neve”), pelo qual os

participantes iniciais do estudo indicavam novos participantes, e assim, sucessivamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Os participantes da pesquisa estão indicados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Erechim, de acordo com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde – CNS (Ministério da Saúde, 2012). Para a coleta de dados, foi utilizado roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), composta de uma união de técnicas de análise da comunicação, ou seja, técnicas de pesquisa que visam à obtenção de indicadores, permitindo a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção/recepção das mensagens dos sujeitos da pesquisa.

Resultados e Discussão

Caracterização dos participantes

A caracterização dos participantes da pesquisa é apresentada na Tabela 1. Os participantes têm idades entre 34 e 60 anos, sendo que o tempo de trabalho na agricultura familiar varia entre 20 e 45 anos. A maioria iniciou tal atividade ainda na adolescência. Constata-se que não há filhos trabalhando na agricultura, pois os jovens tendem a deslocar-se para o meio urbano em busca da realização de seus sonhos e projetos de vida e também por melhores condições de vida (AIRES; SALAMONI, 2013).

Tabela 1 - Caracterização dos Participantes

Participantes	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de trabalho na agricultura familiar	Nº de pessoas que residem na propriedade
P1	F	46	Casada	Ens. Médio	21 anos	4
P2	M	34	Casado	Ens. Médio	20 anos	2
P3	M	60	Casado	5ª ANO	45 anos	3
P4	M	48	Casado	8ª ANO	36 anos	5
P5	F	54	Casada	8ª ANO	40 anos	3
P6	M	49	Casado	Ens. Médio	36 anos	4

Fonte: Dados da pesquisa

A organização do trabalho na agricultura familiar

A organização do trabalho é caracterizada pela divisão do trabalho e pela divisão dos homens (DEJOURS, 1991). Na divisão do trabalho, estão os aspectos atrelados à organização das tarefas e aos processos prescritos. Todos os participantes trabalham com a produção de gado de leite, ordenham as vacas e alimentam os animais diariamente.

Não é só o leite, não é só o que tem perto de casa pra tu fazer, tu precisa ir plantar pastagem, tu precisa ir plantar soja, tu precisa plantar milho, precisa cuidar a erva-mate, precisa cortar a lenha, lascas a lenha, e é isso (P6).

A maioria dos participantes da pesquisa comenta que trabalha em torno de 10 horas por dia. A longa jornada de trabalho e as diversas atividades realizadas diariamente contribuem para a ausência de períodos de descanso, levando à sobrecarga e à exaustão (GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2017). As mulheres também mencionam que além de suas atividades na agricultura, ainda têm os afazeres da casa. Segundo Tonet, Garcia, Reuter e Pohl (2016), estudos apontam que a maioria das agricultoras executa o trabalho doméstico além das atividades na lavoura.

O trabalho é realizado de forma manual e mecânica. Todos os participantes referem a utilização da ordenhadeira mecânica (para tirar o leite das vacas); alguns deles possuem sala de ordenha, que é uma estrutura física que facilita o manejo com os animais, além do resfriador, que serve para resfriar o leite retirado na ordenha. Tais condições facilitam o trabalho dos agricultores, pois diminui a necessidade da força braçal:

Nossas condições são boas porque a gente tem sala de ordenha, tem o resfriador próprio, tem a ordenhadeira mecânica, então... as instalações também são boas, tem sala de ordenha, daí é relativamente bom, não é precário, as condições não são precárias (P1).

A Tabela 2, abaixo, apresenta a descrição das categorias e subcategorias encontradas por meio da Análise de Conteúdo.

Tabela 2 - Descrição das categorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Prazer	Autonomia/Independência Apreço pelo trabalho
Sofrimento	Falta de reconhecimento Clima Instabilidade financeira Desgaste Físico Imprevistos Falta de perspectiva
Estratégias Defensivas	Lazer Expectativa de um futuro melhor

Fonte: Dados da pesquisa

Prazer

Autonomia/Independência

Rosenfield (2004) aponta que a autonomia, na maneira de executar a tarefa laboral, motiva o trabalhador. Dessa forma, o agricultor familiar, como trabalhador autônomo

consegue adequar a realização do seu trabalho de acordo com seu desejo, aumentando seu interesse e satisfação pelo que realiza.

A gente não tem patrão, não precisa de transporte pra se deslocar (...) a gente faz o nosso horário (P1).

Tu é dono do que tu faz (...) (P2).

A gente é o próprio patrão (...) faz o essencial que precisa fazer e depois o resto do dia se quiser tirar uma folga (P4).

Apreço pelo trabalho

Os agricultores demonstram que gostam do que fazem, citando fatores que lhes trazem prazer e estimulam, positivamente, o seu trabalho no dia a dia. De acordo com Mendonça e Mendes (2005), o prazer no trabalho surge da capacidade do trabalhador mobilizar-se em busca de uma relação mais gratificante com suas tarefas. Assim, o estabelecimento de gratificações pessoais, diante do trabalho exercido, contribui para a construção da identidade do sujeito (DEJOURS, 2004).

É o que a gente gosta de fazer, é o que escolhi pra fazer e é bom de trabalhar na agricultura (P1).

Tu gosta de trabalhar e ficar com os animais, ficar no interior, na colônia (P2).

A gente gosta do que faz né, eu gosto de trabalhar com vaca (P5).

Sofrimento

Falta de reconhecimento/desvalorização

Percebe-se, como fonte de sofrimento, a pouca valorização do trabalho realizado na agricultura. Como afirmam Dejours (2008, apud GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2017), o reconhecimento no trabalho é oferecido pelos pares, por meio da validação social, sendo obtido por meio do retorno financeiro, elogios e também a partir da valorização da importância da atividade.

As pessoas não reconhecem o trabalho dos agricultores, todos se alimentam com o trabalho dos agricultores e os agricultores não são valorizados pelo que fazem (P1).

É a coisa menos reconhecida que tem né, tu não é reconhecido pelo que tu trabalha (P2).

A falta de reconhecimento pode contribuir para a fragilidade dos fatores de prazer no trabalho, pois, quando não há um retorno positivo sobre o trabalho realizado, o prazer do fazer cotidiano deixa de existir, e o sentido da realização da atividade fica no passado, ou na dependência da atividade para sobreviver (MENDES, 2010).

Clima

Outra subcategoria, citada pelos participantes, foi a variação climática, sendo que dependem dela para a realização de seu trabalho. De acordo com Dejours (1991), o sofrimento surge de vivências dolorosas, como angústia, medo e insegurança. As condições climáticas instáveis e suscetíveis a mudanças de forma repentina, geram insegurança e medo

daquilo que pode vir a acontecer em relação ao futuro, gerando também incertezas quanto à produção.

O clima atrapalha porque quando a gente faz o plantio do alimento para os animais espera que o clima ajude, a gente depende dele (P1).

Condições do tempo, as vezes chove demais às vezes falta chuva (P3).

(...) tu depende do tempo (P5).

Quando vem aquelas enxurradas que leva a terra, às vezes granizo, e secas né, o maior problema do agricultor é esse (P6).

Instabilidade financeira

Os participantes apontam a instabilidade financeira como fator de sofrimento; percebem uma desvalorização financeira de seu produto, que acaba gerando insegurança, e sentimentos de impotência. A forma com que os trabalhadores são remunerados intensifica a falta de reconhecimento e valorização, na medida em que avalia apenas o resultado final, desvalorizando o fazer diário da atividade laboral (LANCMAN; SZNELWAR, 2008). Assim, os agricultores percebem o seu esforço cotidiano sem valor, ou reconhecimento algum.

As preocupações e incertezas quanto à remuneração recebida geram ansiedade (BACKES, 2012), e também insegurança quanto ao futuro, por esses agricultores não possuírem um salário fixo e estável, mas que se modifica de acordo com o mercado. Tal insegurança evidencia uma situação desconfortável que gera certo sofrimento aos participantes.

Vende o produto e não sabe quanto vai receber (P1).

A gente não tem um salário certo, não sabe quanto vai ganhar durante o mês, única coisa certa que a gente tem é as contas que vem (P4).

E é bastante a desvalorização do preço do agricultor, e as coisas que tu vai comprar são muito caras né, então por isso que muita gente tá deixando da agricultura (P6).

Desgaste físico

A partir das circunstâncias do trabalho e das condições climáticas insalubres em que é realizado, surge a subcategoria desgaste físico. Mendes (1995, apud DEJOURS, 1987) afirma que a organização do trabalho é responsável pelas consequências físicas e psíquicas na saúde do trabalhador, sendo a fadiga física um dos fatores prejudiciais à sua saúde. Além do trabalho se configurar como constante e rotineiro, há ainda aspectos climáticos a que o agricultor está suscetível, como o trabalho no sol e no calor. Tais características são penosas à sua saúde.

A esposa tem problema de coluna, por causa do trabalho né (P2).

Tenho problema de visão, fiz cirurgia uns dias atrás, é por causa do trabalho no sol, no calor que dá esses problemas (P3).

Mais a física, que tá me incomodando bastante, que seria o desgaste do quadril e agora o embolamento das vértebras da coluna (P6).

Percebe-se que o trabalho pesado do dia a dia influencia negativamente a saúde dos agricultores, trazendo desgastes, doenças e, conseqüentemente, um maior sofrimento em

relação a atividade exercida. Assim como relatam Giongo, Monteiro e Sobrosa (2017) na pesquisa realizada sobre vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário de suinocultores, da consequência da precarização e da sobrecarga de trabalho surge o esgotamento físico, causado pela organização do trabalho.

Imprevistos

O sofrimento no trabalho também está relacionado a vivências simultâneas de esgotamento emocional, e este se expressa entre outros aspectos por vivências de frustração, insegurança e estresse (FREITAS; FACAS, 2013). Quando surgem imprevistos, tais fatores são vivenciados pelos agricultores, pois uma situação não esperada gera frustração e estresse, além de causar preocupação quanto à realização de seu trabalho.

Sempre tem dificuldade... o tratamento das vacas, doenças (P3).

Tu nunca sabe o que vem no outro dia, o que vai acontecer né, é sempre naquela incerteza, naquela expectativa, se vai 'dá' tudo certo, se não vai 'dá', se não vai acontecer algo de imprevisto (P4).

Falta de perspectivas

Os agricultores trazem, em suas falas, experiências vivenciadas que se caracterizam como a falta de perspectivas para mudanças de suas condições. De acordo com Giongo, Monteiro e Sobrosa (2017) os trabalhadores frente às explicações para continuarem trabalhando deixam de refletir sobre as possibilidades de transformação e melhoria das condições de vida e de trabalho. Pode-se perceber, nas falas, dos participantes uma imobilidade frente às circunstâncias, como citam:

Olha, o cara pensa seriamente em parar mas se tu hoje abandonar tudo que tem, e pra depois se tiver que um dia voltar e pra tu chegar de novo no nível que a gente chegou hoje, é muito difícil (P2).

Porque a gente nasceu, cresceu e vai viver aqui na agricultura né, porque não tem outra opção de tu fazer outra coisa agora na idade que a gente tem né, por isso a gente se adapta à esse meio né (P5).

Estratégias Defensivas

Lazer

Para Mendes (2007), as defesas são modos de pensar, sentir e agir compensatórios, utilizados pelos trabalhadores para suportar o sofrimento. Para tanto, os agricultores familiares utilizam o lazer como distração diante dos fatores de desgaste, estresse e desvalorização de seu trabalho, assim como utilizam o “conversar” como espaço de discussão e desabafo sobre as situações de sofrimento vivenciadas.

A gente tenta sair, se distrair, se tem algum lazer por perto ou ir para mais longe (P2).

Vem os filhos aqui em casa também, a gente conversa (P5).

Percebe-se que os agricultores fazem uso de estratégias de lazer para minimizar o sofrimento causado pelo trabalho, além de trocarem experiências a partir de conversas com

outros agricultores e pessoas de seu convívio, contribuindo, também, para a livre discussão sobre suas vivências. Tais estratégias auxiliam na sustentação da saúde dos participantes.

Expectativa de um futuro melhor

Os participantes também utilizam estratégias de racionalização para se adaptar às situações de sofrimento. Na racionalização, o trabalhador busca suavizar a angústia, o medo e a insegurança presentes no contexto do trabalho (FERREIRA; MENDES, 2003).

Sempre na esperança que melhore um dia né (P3).
Tem que esperar que o amanhã seja melhor (P4).

Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objetivo investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de agricultores familiares, permitindo um maior conhecimento sobre o contexto e a realização de seu trabalho. Os agricultores familiares realizam diversas tarefas durante o dia e apresentam sobrecarga de trabalho por terem uma longa jornada de trabalho, sem os direitos trabalhistas.

Constatou-se que, para manter certo equilíbrio mental e físico, eles criam estratégias para se defender das situações de sofrimento, utilizando-se de fontes de lazer e conversas para diminuir seu sofrimento. A autonomia na realização das tarefas e o gosto pelo que fazem, motivam-nos em seu trabalho, pois conseguem encontrar nas tarefas a própria identidade, e subjetividade, favorecendo à saúde e ao bem-estar no trabalho.

Em virtude disso, enfatiza-se a necessidade de maior atenção ao trabalho do meio rural, em razão do impacto que os aspectos organizacionais do trabalho na agricultura produzem no indivíduo, visto que a realização de um trabalho pesado, em condições desgastantes e sem um amparo adequado, podem gerar danos à saúde física e psicológica dos trabalhadores. Dessa forma, há necessidade de investigações sobre formas de proteção de tal população, buscando intervir de maneira a propiciar vivências de maior satisfação em seu trabalho.

Além disso, tendo em vista os dados levantados, observa-se que não há filhos dos participantes trabalhando na agricultura. Percebe-se, assim, a importância de investigações sobre as causas da não permanência no meio rural, assim como a realização de ações que visem à continuação do trabalho na agricultura, pelos jovens.

Referências

AIRES, C. H. L. SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. Rio Grande do Sul: **Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 17, n. 1, p. 41-54, 2013.

BACKES, A. L. Trabalho e subjetividade: Sofrimento psíquico em contexto de mudanças organizacionais. Belo Horizonte: **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 117-138, 2012.

BALDIN, N. MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (bola de neve):** Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Paraná: FAP, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Almedina, 2011.

BARTH, M. et. al. Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. Porto Alegre: **Illuminuras**, v. 17, n. 41, p. 256-276, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré, 1991.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação.** São Paulo: Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

DEJOURS, C. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real.** São Paulo: Blucher, 2008.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento:** o caso dos auditores-fiscais da Previdência Social brasileira. Brasília: Ler, Pensar e Agir, 2003.

FREITAS, L. G. FACAS, E. P. Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. Rio de Janeiro: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 7-26, 2013.

GIONGO, C. R. MONTEIRO, J. K. SOBROSA, G. M. R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. Rio Grande do Sul: **Psicologia & Sociedade**, 2017.

LANCMAN, S. e SZNELWAR, L. I. Patologia da comunicação, situação de trabalho e espaço público: a geração de energia com combustível nuclear. In: **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Brasília: Revista e Ampliada, 2008.

MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. Brasília: **Psicologia, ciência e profissão**, v. 15, n. 1, 1995.

MENDES, A. M. B. Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho. In: **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, p.29-48, 2007.

MENDES, A. M. B. Chegar feliz e sair feliz do trabalho: aportes do reconhecimento no trabalho para uma ergonomia aplicada à qualidade de vida no trabalho. In: **Trabalho e saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão.** Curitiba: Juruá, 2010.

MENDONÇA, H. MENDES, A. M. B. Experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública do Estado de Goiás. Maringá: **Psicologia em estudo**, v. 10, n.3 p. 489-498, 2005.

MESQUITA, L. A. P, MENDES, E. P. P. Agricultura familiar e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. Goiás: **Espaço em Revista**, v. 14, n. 1, p. 14-23, 2012.

ROSENFELD, C. L. Autonomia outorgada e apropriação do trabalho. Porto Alegre: **Sociologias**, p. 202-227, 2004.

STEIN, J. AOSANI, T. R. A percepção de agricultores familiares sobre o seu fazer no campo e o adoecimento psíquico. Joaçaba: **Unoesc e Ciência**, v. 7, n. 1, p. 7-14, 2016.

TONET, M. S. et. al. Prazer e trabalho: estudo sobre mulheres trabalhadoras rurais. Florianópolis: **Saúde & Transformação Social**, v.7, n.3, p. 84-95, 2016.

